

Autogestão de territórios tradicionais

Diferentes olhares

Organizadores

Francisco Fabbro Neto

Maria do Carmo Cataldi Mutterle



Autogestão de territórios tradicionais

Diferentes olhares

Organizadores

Francisco Fabbro Neto

Maria do Carmo Cataldi Mutterle



João Pessoa | Goiânia, 2024

EDITORA FILIADA



**Associação Brasileira
das Editoras Universitárias**

Copyright © Francisco Fabbro Neto e Maria do Carmo Cataldi Muterle. Todos os direitos reservados. Proibida a venda.
As informações contidas no livro são de inteira responsabilidade dos seus autores.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Ficha catalográfica elaborada na Editora IFPB por Valmira Perucchi CRB/15 – 240

A939 Autogestão de territórios tradicionais: diferentes olhares / Francisco Fabbro Neto e
 Maria do Carmo Cataldi Muterle (Orgs.) – João Pessoa: Editora IFPB; Goiânia,
 Editora IF Goiano, 2024.

144 p.: il. Color.

ISBN: 978-65-87572-70-3 (e-book)

1. Povos e comunidades tradicionais. 2. Autogestão de territórios tradicionais. 3.
Desenvolvimento comunitário. 4. Gestão territorial. 5. Transformação social. I. Fabbro
Neto, Francisco. II. Muterle, Maria do Carmo Cataldi.

CDU: 316.35

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA

REITORA

Mary Roberta Meira Marinho

PRÓ-REITORIA DE ENSINO

Neilor Cesar dos Santos

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

Silvana Luciene do Nascimento Cunha Costa

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA

Maria José Batista Bezerra de Melo

PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS

Rivania de Sousa Silva

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Jose Albino Nunes

EDITORA IFPB

DIRETOR EXECUTIVO

Ademar Gonçalves da Costa Junior

DIAGRAMAÇÃO E CAPA

Fabício Vieira de Oliveira

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

REITOR

Elias de Pádua Monteiro

PRÓ-REITORIA DE ENSINO

Geisa D'Ávila Ribeiro Boaventura

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

Alan Carlos da Costa

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

Luciano Carlos Ribeiro da Silva

PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS

Fabiano Arantes

PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

Ana Maria Resende

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Gilson Dourado da Silva

EDITORA IF GOIANO

COORDENADORA DO NÚCLEO DA EDITORA

Sarah Suzane Bertolli

ASSESSOR TÉCNICO

Sarah Suzane Bertolli

REVISÃO TEXTUAL

Coelum Editorial (Bárbara Rayne Cardoso)



CONTATO

Av. João da Mata, 256 - Jaguaribe. CEP: 58015-020, João Pessoa - PB.
Fone: (83) 3612-9722 | E-mail: editora@ifpb.edu.br



CONTATO

Rua 88, nº 310, Setor Sul, Goiânia - GO | CEP 74085-010 - Brasil
Fone: (62) 3605-3600 | E-mail: editora@ifgoiano.edu.br

Este livro é dedicado à Associação da Comunidade dos
Remanescentes do Quilombo da Caçandoca, pelos anos de luta
e resistência na manutenção de seu território.

Sumário

Olhar acadêmico

Prefácio 9

Caroline Jango

CAPÍTULO I 11

Introdução

Francisco Fabbro Neto

Maria do Carmo Cataldi Mutterle

CAPÍTULO II 19

Povos indígenas, comunidades tradicionais e hidrelétricas na Amazônia brasileira: desafios e estratégias de garantia de direitos

Renata Utsunomiya

CAPÍTULO III 34

Os rios da bacia Amazônica: propriedades físico-químicas e as diferentes faces das águas

Samara Salamene

Victor Miguel Ponce

Olhar estudantil

CAPÍTULO IV

50

Desenvolvimento regional:
povos e comunidades
tradicionais e os impactos
socioambientais no litoral
norte de São Paulo

Layla Oliveira de Moraes

CAPÍTULO V

62

Mapeamento da infraestrutura
do Quilombo da Caçandoca,
Ubatuba-SP

Laura Cerruti

Bruno Fiszuk Borges

Francisco Fabbro Neto

Olhar profissional

CAPÍTULO VI

78

Projeto de turismo de base
comunitária na praia do
Bonete, Ilhabela - SP

Mariane Carla Checon Salvador

Roberta Pedroso

Fátima Bezerra Bastos

Olhar das lideranças populares

CAPÍTULO VII

93

Superação dos impactos do
derramamento de petróleo na
produção de marisco

José Luiz Alves

CAPÍTULO VIII**101**

Preservação do mangue e
educação ambiental infantil
no Quilombo da Caçandoca,
Ubatuba-SP

Marlene Almeida

CAPÍTULO IX**108**

Movimento negro organizado
em Caraguatatuba

Teresinha Marciano Costa

CAPÍTULO X**122**

Perguntas e respostas

CAPÍTULO XI**138**

Considerações finais

Francisco Fabbro Neto

Maria do Carmo Cataldi Muterle

Biografia dos organizadores do livro**142**

Prefácio

Caroline Jango¹

Enquanto coordenadora e membra fundadora do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas do Instituto Federal de São Paulo, que acompanhou, portanto, o florescer de relevantes ações educativas e extensionistas que culminaram na presente publicação, posso afirmar que este livro condensa elementos indispensáveis a diversas reflexões acadêmicas e sociais no que tange às políticas de desenvolvimento comunitário, às políticas educacionais e às políticas de redução de desigualdades socioeconômicas e raciais.

Assim, ressalto que o leitor que inicia essa jornada será apresentado com um conjunto de conteúdos e discussões atuais e urgentes. Reflexões que foram protagonizadas pelos mais diversos agentes sociais e, por isso, agregam um valor inestimável a esta publicação. Professores, estudantes, microempreendedores, pesquisadores e lideranças populares trouxeram, nas linhas deste livro, a riqueza dos seus saberes, de suas práticas e perspectivas para ampliar a nossa compreensão a respeito das dinâmicas e dos desafios dos territórios em que vivem os povos e as comunidades tradicionais, como quilombolas, indígenas e caiçaras.

Interlocutores e interlocutoras desta obra poderão se apropriar de informações e reflexões sobre questões teóricas, práticas e conflitos do cotidiano, poderão se aprofundar em assuntos como o descompasso entre legislação ambiental e populações tradicionais do litoral norte de São Paulo, sobre os recursos hídricos e as populações urbanas, sobre o aprimoramento dos instrumentos de gestão territorial, sobre a adequação da

1 Pedagoga e Diretora geral do IFSP campus Hortolândia. Contato: caroljango@ifsp.edu.br.

infraestrutura, a geração de renda e a preservação ambiental, sobre o ecoturismo e o turismo de base comunitária e muito mais.

O livro do grupo Povo & Mar agrega um conjunto de experiências, estudos e legislações que, ao serem analisados e refletidos, desvelam as dinâmicas de vivência e sobrevivência das comunidades tradicionais mediante um olhar crítico que aponta as interferências negativas, mas também compartilha ações positivas que emergem do campo educativo e do bojo das lutas dos movimentos organizados que resistem historicamente com o objetivo de promover a manutenção dessas comunidades.

Este trabalho é um exemplo concreto do que profissionais da educação comprometidos com a transformação social podem desenvolver por meio de suas práticas educativas ancoradas nas instituições de ensino e em infinitas possibilidades de atuação. Um exemplo do que significa colocar o conhecimento acadêmico a favor da sociedade, em uma troca essencialmente extensionista, uma via de mão dupla em uma ação horizontal entre a comunidade e a instituição de ensino. Portanto, um exemplo a ser conhecido e seguido.

CAPÍTULO I

Introdução

Francisco Fabbro Neto²

Maria do Carmo Cataldi Mutterle³

Povos e comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados, que se reconhecem como tais, têm formas próprias de organização social, ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Monteiro *et al.*, 2015). O litoral norte de São Paulo abrange os municípios de Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião e Ilhabela, sendo uma região de forte interesse turístico por apresentar centenas de praias e rios e manter a preservação da Mata Atlântica (Poletto *et al.*, 2009). Nessa região, na época atual, existem diversos povos e comunidades tradicionais, como quilombolas, indígenas e caiçaras. Em Ubatuba, existem quatro comunidades quilombolas: Quilombo da Caçandoca, Quilombo da Fazenda, Quilombo do Sertão de Itamambuca e Quilombo do Cambury (Pólis, 2012; Monteiro *et al.*, 2015), além de quatro povos indígenas: Aldeia Boa Vista, Aldeia do Rio Bonito, Aldeia Akaray Mirim e Aldeia Renascer (Conferência, 2022) e diversas comunidades caiçaras, distribuídas ao longo do território.

Os povos e as comunidades tradicionais de Ubatuba são alvo de projetos de pesquisa e extensão universitária do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), campus Caraguatatuba. Nessa instituição existe o grupo de pesquisa chamado Povo & Mar⁴,

2 Prof. Dr. do IFSP – Campus Caraguatatuba, área Construção Civil. Contato: ffneto@ifsp.edu.br.

3 Profa. Dra. do IFSP – Campus Caraguatatuba, área Gestão. Contato: mcarmomutterle@ifsp.edu.br.

4 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Campus Caraguatatuba. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.ifspcaraguatatuba.edu.br/cpi/pesquisa>.

inicialmente dedicado a fomentar e desenvolver projetos no Quilombo da Caçandoca, localizado na região sul de Ubatuba, com o objetivo de criar ações que possam ser replicadas a outros povos e comunidades tradicionais. O grupo desenvolve e aplica tecnologias sociais que contribuam para o aprimoramento dos instrumentos de gestão territorial, a adequação da infraestrutura, a geração de renda e a preservação ambiental. As demandas locais, o envolvimento comunitário e o arcabouço legal são utilizados como critérios na definição de ações do grupo. O grupo é composto por professores e alunos de ensino técnico e nível superior, nas áreas de Engenharia Civil, Administração e Meio Ambiente.

Os organizadores deste livro são os membros fundadores do grupo Povo & Mar. Um dos organizadores também participou do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI)⁵ do IFSP desde a sua fundação. O NEABI-IFSP, composto por servidores e estudantes, foi criado em 2015 e tem por objetivo a promoção de estudos e ações sobre a temática das relações étnico-raciais na instituição educacional, fundamentadas nas Leis Federais nº 10.639/2003 e 11.645/2008, que instituíram as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino da História e Culturas Afro-brasileiras e Indígenas⁶. O NEABI, ligado à reitoria do IFSP, tem entre suas práticas o fomento de projetos de extensão nos diferentes campi do IFSP.

Desde 2018, ano da criação e do cadastramento do grupo Povo & Mar no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)⁷, atividades foram desenvolvidas no Quilombo da Caçandoca, com bolsas concedidas pelo NEABI-IFSP. Tais atividades envolvem a comunidade quilombola da Caçandoca e a aproxima dos membros internos do IFSP campus Caraguatatuba.

As relações com a comunidade quilombola da Caçandoca são de longa data. Maria do Carmo Cataldi Mutterle, organizadora deste li-

5 Portaria IFSP 63/2021 – Composição de membros do NEABI.

6 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://ifsp.edu.br/acoes-e-programas/9-reitoria/310-nucleo-de-estudos-afro-brasileiros-e-indigenas-neabi>.

7 GRUPO de pesquisa - Povo & Mar. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, São Paulo, 2018. Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/581165>.

vro, realizou sua tese de doutorado nessa comunidade no período 2006-2010, intitulada *Quilombo da Caçandoca: desafios da (re)construção*. O problema da pesquisa foi surgindo ao longo do processo de trabalho - “O capital está presente na Caçandoca mesmo parecendo ausente” como propõe Pais (2003) - e foi emergindo da compreensão dos contextos individuais e sociais.

Em um delineamento quase etnográfico e na prática da lógica da descoberta, e não da demonstração, emerge o caiçara-quilombola, que inspirou a Professora Dra Maura Pardini Bicudo Vêras a sugerir um título para a tese *Os caiçambolas*, por mostrar os impactos do reconhecimento da presença negra na cultura caiçara, baseado na instituição da pessoa jurídica “comunidade de quilombo”. Muitos assuntos dessa tese foram revisitados quando das falas dos membros dos movimentos sociais, a saber: a tensão entre o individual e o coletivo (expressa na relação entre o caiçara e a associação quilombola); a importância da informação para que os membros da comunidade possam agir e resolver seus problemas; o tempo que as instituições levam para resolver juridicamente as demandas da comunidade (seja para a obtenção de titulação, seja para resolver questões ambientais); o impacto do mercado imobiliário sobre os territórios e a importância do turismo como fonte de renda.

Em virtude da pandemia do coronavírus, iniciada em 2020, as ações de extensão do grupo Povo & Mar precisaram ser adaptadas, uma vez que o isolamento social não permitiu a realização de encontros e atividades presenciais na comunidade quilombola. Como alternativa, surgiu a criação de um webinar para discutir, de maneira remota, a autogestão territorial de povos e comunidades tradicionais. O evento foi realizado entre maio e agosto de 2021, com o objetivo de discutir conflitos e soluções para o desenvolvimento de territórios tradicionais, e promoveu o debate e abordou diferentes olhares, a saber: o acadêmico, o estudantil, o dos profissionais da área e dos movimentos sociais.

O webinar teve a participação de 11 palestrantes, com apresentações divididas em 4 dias. No primeiro dia, dedicado ao olhar acadêmico, professoras e pesquisadoras abordaram as interações entre os recursos hídricos e as populações urbana e rural na Amazônia. No segundo dia, dedicado ao olhar estudantil, alunos que desenvolveram trabalhos

como membros do grupo Povo & Mar abordaram temas relacionados ao descompasso entre legislação ambiental e populações tradicionais do litoral norte de São Paulo. No terceiro dia de evento, dedicado ao olhar profissional, servidores públicos, empreendedores e membros do terceiro setor abordaram estratégias para promover a autogestão de territórios tradicionais. No último dia de evento, dedicado aos movimentos sociais, lideranças comunitárias apresentaram os trabalhos realizados pelos respectivos grupos no litoral norte paulista.

O webinar buscou olhares de diferentes atores que atuam com a gestão das comunidades tradicionais para que se viabilizasse um entendimento mais amplo, abarcando questões teóricas, práticas e conflitos do cotidiano. A separação por grupos (acadêmico, estudantil, profissional e lideranças populares) foi um cuidado adotado para não inibir a fala e o posicionamento entre atores com diferentes escolaridades, permitindo um ambiente favorável para a explanação e o debate entre os palestrantes do mesmo grupo.

O webinar foi aberto e gratuito, transmitido pelo canal do IFSP Caraguatatuba na plataforma YouTube, e atingiu 652 visualizações no somatório dos 4 dias de evento⁸. Em razão do êxito do evento, surgiu a oportunidade desta publicação, apresentando o conteúdo da maioria das palestras ministradas na forma de capítulos de livro. Todos os palestrantes foram convidados, mas nem todos se sentiram à vontade ou tiveram disponibilidade para redigir um capítulo. Para as lideranças populares, por exemplo, foi adotada a técnica de transcrição das palestras, seguido da revisão para formatação em texto narrativo.

O processo da transcrição dos capítulos que compõem tal seção foi feito com a utilização do recurso disponível na plataforma Microsoft Teams. Posteriormente, com a colaboração de discentes e das lideranças populares, foi feita a revisão do texto da transcrição. Por fim, os organizadores deste livro e a revisora de língua portuguesa organizaram a redação final.

A primeira seção do livro é dedicada ao olhar acadêmico, proveniente de pesquisas de doutorado e pós-doutorado, contemplando as

8 Dados coletados em 22 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/user/IFSPCampusCaragua/videos>.

populações tradicionais da Amazônia. No segundo capítulo, é abordado o licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, na cidade de Altamira (PA), que mostra como os povos indígenas e as comunidades ribeirinhas foram impactados e envolvidos no processo de modo negativo. A alteração do regime hídrico trouxe mudanças irreversíveis aos modos de vida, e o direito à participação livre, prévia e consentida das comunidades tradicionais, previstos pela resolução nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), poderia ter sido mais respeitado. No terceiro capítulo, são abordados os principais rios da bacia Amazônica e como as características físico-químicas os diferenciam entre si, impactando diretamente na coloração.

A segunda seção do livro é dedicada ao olhar estudantil, escrita por discentes de projetos de extensão e de iniciação científica, contemplando as populações tradicionais do litoral norte do estado de São Paulo. O quarto capítulo aborda a falta de adequação de diferentes Relatórios de Impacto Ambiental (Rimas), apresentados durante o licenciamento ambiental de empreendimentos relacionados à exploração de petróleo e gás em camadas profundas, conhecidas como pré-sal. A linguagem técnica e a complexidade de informações não respeitam as diretrizes legais para a elaboração desses documentos, que teriam a função de informar a população afetada. O quinto capítulo apresenta perspectivas para a elaboração de um possível zoneamento territorial para o Quilombo da Caçandoca, realizado a partir do mapeamento de parte da infraestrutura existente. O reconhecimento do território foi acompanhado de crescimento populacional e da mudança no perfil das atividades econômicas, trazendo a necessidade de um planejamento que integre diferentes recursos à demanda atual.

A terceira seção do livro é dedicada ao olhar profissional, escrita por pequenas empreendedoras de ecoturismo, e aborda o contexto do litoral norte do estado de São Paulo. O sexto capítulo descreve como o turismo de base comunitária foi implementado na comunidade caiçara da praia do Bonete, em Ilhabela. O município possui o turismo como um dos principais pilares econômicos, e o protagonismo da comunidade pode auxiliar na condução de um turismo menos predatório e capaz de potencializar a cultura local.

A quarta seção do livro é dedicada ao olhar das lideranças populares. O sétimo capítulo apresenta a fala do presidente da Associação dos Pescadores e Maricultores da Praia da Cocanha, que relata a experiência de superação da comunidade no enfrentamento dos impactos do derramamento de petróleo na produção de mexilhões. O oitavo capítulo mostra o testemunho da representante da ONG Manguezal, Terra do Guaiamum, nascida e criada na Caçandoca, que conta como o manguezal e os guaiamuns sofreram os impactos das investidas da Construtora Continental, do turismo desorganizado e do crescimento populacional na área do Quilombo da Caçandoca. O nono capítulo traz a fala da líder do movimento negro urbano organizado de Caraguatatuba, que ressalta o racismo estrutural, as atividades da associação Zambô para preservar a cultura africana no litoral norte, os projetos nos bairros com forte predominância de negros em Caraguatatuba e a sua trajetória de vida, motivadora de sua militância. Encerrando a seção, no décimo capítulo estão as perguntas e respostas feitas pelos participantes do webinar para as lideranças dos movimentos.

No encerramento deste livro, os organizadores escreveram suas considerações finais.

Referências

BRASIL. **Lei Federal 10.639 de 20 de dezembro 2003**. Altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003.

BRASIL. **Lei Federal 11.645 de 2008**. Altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei Federal 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF: Presidência da República, 2008.

CONFERÊNCIA das comunidades tradicionais encerra com apresentação de propostas. **Prefeitura Municipal de Ubatuba**, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.ubatuba.sp.gov.br/destaques/encerramentonconfcomunidades/>. Acesso em: 9 ago. 2022.

MONTEIRO, O. P.; NAVARRO, F. C. S.; SIMÕES, E.; BUSSOLOTI, J. M. **Turismo de Base Comunitária e Planos de Negócios**: uma experiência participativa com comunidades tradicionais. Ubatuba: Instituto Cunhambebe, 2015.

PAIS, José Machado. **Vida Cotidiana**: enigmas e revelações. São Paulo: Cortez, 2003.

POLETO, C. B.; POETA, C.; ISOLA, C.; FORMAGGIA, D. M. E.; ROCHA, G.; MILANELLI, J. C.; CARVALHO, J. F.; SALIMBENI, L. M.; VIANNA, L. P.; QUITÉRIO, L. A. D.; SANTOS, M. J.; MANCINI, R. M. O. M.; BUCHIANERI, V.. **Curso d'água: Litoral Norte de São Paulo**. São Paulo: CETESB/SMA, 2009.

POLIS. **Resumo Executivo de Ubatuba**. Ubatuba: Instituto Pólis, p. 1-44, 2012.



Olhar acadêmico

CAPÍTULO II

Povos indígenas, comunidades tradicionais e hidrelétricas na Amazônia brasileira: desafios e estratégias de garantia de direitos

Renata Utsunomiya⁹

Introdução

A bacia hidrográfica Amazônica é a maior da Terra e a mais rica em biodiversidade, com mais de 5,8 milhões de km² de área, abrangendo oito países. Nessa região habitam cerca de 35 milhões de pessoas, vivendo em áreas urbanas e rurais, apresentando uma grande diversidade sociocultural, com mais de 180 povos indígenas que falam cerca de 300 idiomas diferentes, além de grupos socioculturais como quilombolas, ribeirinhos, entre outros (Athayde *et al.*, 2021). Na Amazônia brasileira, sobretudo a partir da década de 1970, grandes projetos de desenvolvimento foram iniciados durante o período da Ditadura Militar. Nesse contexto, autores descrevem os cenários de espólio das populações locais, marcadas historicamente por grandes obras e atividades extrativas ou de infraestrutura, como rodovias, hidrelétricas, mineração, desmatamento/venda de madeira, criação de gado, expansão da fronteira agrícola pelo agronegócio e da economia baseada em exportação de commodities. Em muitos casos, estes ocorrem sobrepostos em uma mesma região (Fearnside *et al.*, 2021; Moran; Athayde, 2019; Fearnside, 2015; Laufer *et al.*,

9 Doutoranda em Ciência Ambiental no Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo. Mestre e bacharel em Engenharia Ambiental pela Universidade de São Paulo e consultora na área socioambiental há 9 anos. E-mail: renata.uts@gmail.com.

2017). Além dos intensos cenários de desmatamento desde a década de 1980 na Amazônia, a região passou a ser visada para expansão do setor hidrelétrico (Moretto *et al.*, 2012). As primeiras usinas hidrelétricas (UHEs) na Amazônia brasileira foram construídas nos anos 1970, como a UHE Tucuruí, a primeira de grande porte instalada no rio Tocantins, no Pará, que atingiu de forma direta os povos indígenas Parakanã, Asurini e Gavião, inundando parte das Terras Indígenas (Fearnside, 2015; Magalhães *et al.*, 1996). Neste capítulo serão abordados os desafios enfrentados por povos indígenas e comunidades tradicionais em relação a grandes projetos hidrelétricos na Amazônia brasileira. Inicialmente é retomado o histórico com os principais marcos jurídicos em relação aos povos indígenas e às comunidades tradicionais; em seguida, são discutidos a política ambiental, o desenvolvimento de hidrelétricas na Amazônia e, por fim, as atuais estratégias de governança e garantia de direitos dos povos e comunidades diante desses desafios.

Povos indígenas e comunidades tradicionais

Os povos indígenas são em geral definidos como “grupos étnicos que descendem e se identificam com os habitantes originais de uma determinada região” (Athayde *et al.*, 2021, p. 2). Entre os principais marcos jurídicos no Brasil, temos de início o Estatuto do Índio (Lei Federal nº 6.001/73), que, à época, refletia o ideal “assimilacionista”, perspectiva segundo a qual os indígenas eram considerados “relativamente incapazes” e deveriam ser integrados à sociedade nacional, ou seja, deveriam “deixar de ser índios”. Esse ideal permaneceu até a Constituição Federal de 1988, que estabeleceu uma nova relação entre o Estado brasileiro e os povos indígenas (Souza Filho; Bergold, 2013). A Constituição Federal trouxe marcos importantes, com diversos povos indígenas presentes no processo de construção. A Carta Magna concebeu o direito à diferença, isto é, o direito de manter a própria cultura, além dos direitos originários sobre suas terras, que constam no artigo 231: “são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam [...]” (Brasil, 1988, p. 133).

A Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais foi instituída em 1989 e visa consolidar direitos coletivos de povos indígenas e tribais ao autorreconhecimento, ao direito sobre o território, à participação e o direito à consulta e ao consentimento livre, prévio e informado de qualquer atividade ou projeto que venha a afetá-los. O Brasil aprovou a Convenção nº 169 em 2002 e a internalizou por meio do Decreto Federal nº 5.051 de 2004 (Joca *et al.*, 2021). Outro importante marco jurídico no âmbito internacional é a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas de 2007, que discorre, dentre diversos temas, sobre a autodeterminação, o direito ao consentimento livre, prévio e informado e sobre o direito a manter suas culturas.

Em 2007, no Brasil, foi instituída a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), que abrange povos indígenas e comunidades tradicionais, como quilombolas, ribeirinhos, caiçaras, entre outros. Povos e comunidades tradicionais são definidos como:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Brasil, 2007, p. 1).

Portanto, os povos tribais, referidos pela Convenção nº 169, são referidos no Brasil como comunidades tradicionais, de acordo com a definição da PNPCT.

Política ambiental brasileira e o licenciamento ambiental

O licenciamento ambiental no Brasil foi instituído pela Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) – Lei Federal nº 6.938/81 –, marco da legislação ambiental brasileira que, dentre os instrumentos da política, estabeleceu a obrigatoriedade de realização de Estudo de Impacto Am-

biental (EIA) no caso de obras ou atividades de significativa degradação ambiental para avaliação da viabilidade de projetos de desenvolvimento. A PNMA também criou o Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), órgão consultivo e deliberativo que estabeleceu as regras e os procedimentos para o licenciamento ambiental, nas resoluções Conama nº 001/1986 e Conama nº 237/1997, que orientam a realização do EIA e as etapas do licenciamento ambiental (Sanchez, 2020). O órgão ambiental é o responsável pelo licenciamento ambiental e este pode ser na escala estadual ou federal, sob responsabilidade do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama). A Portaria Interministerial nº 60/2015 estabeleceu regras de intervenção de outros órgãos federais no licenciamento ambiental nos casos que há possibilidade de impactar grupos sociais ou locais específicos relativos às atribuições destes: Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), no caso de obras que afetam Terras Indígenas; Fundação Cultural Palmares (FCP), caso haja interferências em Terras Quilombolas; e Instituto do Patrimônio Histórico e Artística Nacional (IPHAN), caso haja interferências em sítios arqueológicos. Esses órgãos intervêm no processo de licenciamento ambiental, emitindo Termos de Referência para orientar a elaboração de capítulos específicos do EIA, como o Estudo de Componente Indígena e/ou o Estudo de Componente Quilombola, além de acompanhar os projetos de mitigação e compensação dos impactos (Sanchez, 2020; Joca *et al.*, 2021).

Hidrelétricas na Amazônia brasileira, povos indígenas e comunidades tradicionais

Durante o período militar, na década de 1970, o governo realizou diversos estudos do potencial hidrelétrico de rios da bacia Amazônica divulgados em 1987 no Plano 2010, documento elaborado pela Eletrobrás (**Figura 1**). O plano apresentou uma lista de 79 barragens na Amazônia brasileira, em áreas com grandes concentrações de povos indígenas, e provocou muitas críticas na época (Fearnside, 2015). A primeira hidrelétrica construída na Amazônia brasileira foi a Coaracy-Nunes, no Amapá, que iniciou a operação em 1975. A primeira de grande porte foi a

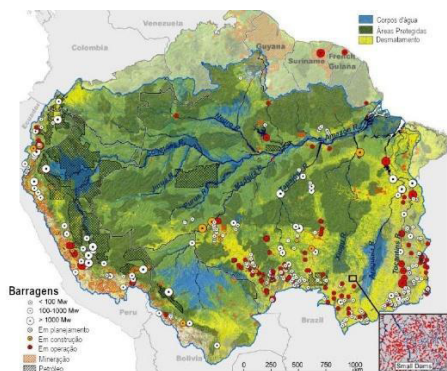
hidrelétrica de Tucuruí, construída entre 1975 e 1984 no Pará, pioneira a ter um estudo sobre impactos ambientais e sociais, realizado pela Comissão Mundial de Barragens (World Commission on Dams, 2000). Nesse relatório são narradas as consequências da UHE, como o alagamento de florestas, bem como impactos sociais em razão do reassentamento de comunidades rurais e dos povos Asurini, Gavião e Parakanã, que tiveram parte de seus territórios alagados (WCD, 2000; Fearnside, 2015).

Figura 1 — Mapa do Plano 2010 (Eletrobrás, 1987) com as hidrelétricas planejadas na época na Amazônia Legal brasileira



Fonte: Fearnside (2015)

Figura 2 — Mapa das hidrelétricas planejadas em construção e em operação em 2015 no bioma Amazônia, incluindo outros países além do Brasil (Castello *et al.*, 2013)



Fonte: Castello *et al.*, (2013)

Já sobre o caso da UHE Balbina, construída entre 1985 e 1989 no Amazonas e que afetou os indígenas Waimiri Atroari, há relatos de comunidades que foram reassentadas de forma forçada, sem planejamento, ignorando as especificidades culturais desse povo e excluindo antropólogos que os acompanhavam no processo de licenciamento ambiental (Magalhães *et al.*, 1996). Apesar dessas experiências negativas, estas não refletiram em lições para os casos seguintes de empreendimentos hidrelétricos na Amazônia (Fearnside, 2015).

Após Tucuruí e Balbina, houve um intervalo na implantação de hidrelétricas, em razão da recessão econômica e após o fracasso na geração hidrelétrica da UHE Balbina – com área alagada maior que a prevista e pouca geração de energia – somado à resistência dos povos indígenas frente à UHE Belo Monte. A hidrelétrica era, à época, chamada de Kararaô e, no Encontro de Povos Indígenas do Xingu, realizado em Altamira (PA) em 1989, houve grande repercussão dessa questão na mídia mundial, quando ocorreu o célebre episódio da indígena Tuíre Kayapó posicionando o facão no rosto do engenheiro da Eletrobrás (Fainguelernt, 2016).

A partir dos anos 2000, sobretudo após a crise energética de 2001, quando houve os “apagões”, a agenda hidrelétrica voltou a lançar

planos na região Amazônica. Nesse período também há um avanço na criação de Áreas Protegidas na Amazônia, como as Terras Indígenas e as Unidades de Conservação (UC). As Reservas Extrativistas e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável são UCs de uso sustentável, onde residem comunidades tradicionais, que foram instituídas pela Lei Federal nº 9.985/00, que implementou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Em 2004 teve início o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM), que refletiu em uma diminuição do intenso desmatamento da floresta Amazônica em alguns dos anos seguintes. A lógica de construção de obras de grande porte continuou, como a UHE Belo Monte, no rio Xingu, e as hidrelétricas Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira, localizadas em regiões com grande diversidade biológica e sociocultural.

O caso da UHE Belo Monte é um exemplo de violação de direitos de povos indígenas e comunidades tradicionais, localizada na região do Médio Xingu, onde há 9 povos indígenas ocupando 11 Terras Indígenas, e um mosaico de Áreas Protegidas conhecido como Terra do Meio, com diversas Reservas Extrativistas (Magalhães; Cunha, 2017). Fainguernt (2016) cita, nesse contexto, o não cumprimento das consultas aos povos indígenas impactados. De acordo com o processo de licenciamento ambiental, as audiências públicas ocorrem após a realização do EIA, quando o projeto já foi elaborado, o que limita a participação efetiva dos potenciais atingidos e viola o direito de consulta prévia dos potencialmente afetados (Joca *et al.*, 2021). Em 2015, ano que a hidrelétrica obteve a Licença de Operação, o Ministério Público Federal (MPF) entrou com uma Ação Civil Pública alegando o etnocídio causado pela obra devido às grandes ameaças à reprodução cultural dos povos indígenas da região. Os ribeirinhos foram excluídos do processo de licenciamento ambiental, sem realização de consulta específica, e não foram incluídos nas ações de mitigação e compensação, como retratou o relatório da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (Magalhães; Cunha, 2017).

Em 2019 houve uma auditoria realizada pelo MPF, em conjunto com outros órgãos, na Volta Grande do Xingu. Esse trecho do rio Xingu passou a ter as águas desviadas para a geração de energia na Casa de Força de Belo Monte, e a equipe visitou as comunidades ribeirinhas e indígenas,

reportando os impactos nos modos de vida dessas comunidades, demonstrando que a operação da hidrelétrica não garante a vida do ecossistema e dos povos e das comunidades que ali residem (Utsunomiya, 2024; MPF *et al.*, 2019; Pezzuti *et al.*, 2018).

Estudos como estes, bem como outros realizados sobre outras hidrelétricas na Amazônia, retratam impactos ambientais negativos causados por hidrelétricas com processos biofísicos, socioecológicos e culturais que interagem entre si. Estes abrangem não apenas o rio onde é implantada, mas também a escala da bacia hidrográfica, como as alterações na dinâmica de sedimentos e na interrupção de rotas migratórias de peixes, e a escala regional, como o avanço do agronegócio viabilizado por hidrovias associadas às barragens e a construção de estradas que induzem à mudança no uso do solo.

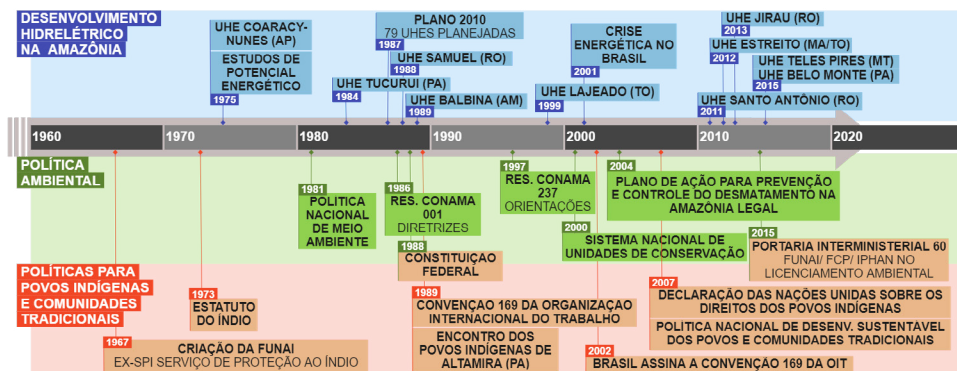
Ao longo da história, a literatura científica se debruçou sobre esses processos que variam em cada projeto, mas têm como principais impactos negativos: a diminuição e mortandade de peixes e outras espécies da fauna aquática; o deslocamento e reassentamento de populações urbanas e rurais/ribeirinhas; a diminuição ou o fim da pesca de subsistência e comercial; as perdas na agricultura de várzea à jusante da barragem; o reassentamento e a ruptura de modos de vida dependentes do rio; a proliferação de insetos na área do reservatório; a perda de áreas de lazer; a emissão de gases de efeito estufa, entre outros (Fearnside, 2015; Moran; Athayde, 2019; Laufer *et al.*, 2017).

O projeto Gestão da biodiversidade em Terras Indígenas afetadas por hidrelétricas na Amazônia (2015-2017) realizou intercâmbios entre povos indígenas afetados por hidrelétricas na Amazônia (Laufer *et al.*, 2017). Entre as percepções relatadas pelos indígenas no processo de consulta foi recorrente o silenciamento e, em alguns casos, apenas a Funai foi consultada. Outros impactos relacionados à etapa de construção das hidrelétricas foram a interferência em atividades de caça e pesca, em razão da iluminação noturna das obras, além das explosões que espantavam os animais. Já em relação à etapa de operação da hidrelétrica, diversas percepções sinalizam a não efetividade dos programas de compensação e mitigação, como a concepção de projetos sem consulta aos indígenas, insumos agrícolas não adequados à realidade local, entre outros. Além disso,

houve relatos sobre a dificuldade de gestão de tempo devido às rápidas mudanças no modo de vida, à maior dependência de produtos da cidade e ao aumento de problemas sociais, como a alta nos índices de alcoolismo e criminalidade, além de pressões territoriais, como invasão de caçadores e pescadores na TI (Laufer *et al.*, 2017; Utsunomiya *et al.*, 2020).

O histórico sobre o desenvolvimento hidrelétrico na Amazônia, a política ambiental e as políticas para povos indígenas e comunidades tradicionais estão resumidos na linha do tempo, na **Figura 3**.

Figura 3 — Linha do tempo: desenvolvimento hidrelétrico na Amazônia; política ambiental; políticas para os povos indígenas e comunidades tradicionais



Fonte: elaborado pelos autores com base em Fearnside (2015).

Atualmente o planejamento hidrelétrico na Amazônia segue com obras em processo de licenciamento ambiental, como a UHE Bem Quer (RR), UHE Tabajara (RO) (Empresa de Pesquisa Energética, 2022). O cenário futuro das mudanças climáticas aponta tendências de diminuição de chuvas e consequente menor vazão dos rios em algumas áreas da Amazônia, o que coloca incertezas sobre a disponibilidade hídrica e a oferta de energia gerada pelas hidrelétricas (Moran; Athayde, 2019).

Estratégias para garantia de direitos, gestão e governança socioambiental em territórios tradicionais: protocolos de consulta e planos de gestão

Diante dos desafios enfrentados pelos povos indígenas e pelas comunidades tradicionais, instrumentos políticos e de planejamento vêm sendo desenvolvidos para assegurar a autodeterminação e a governança dos territórios. Os Planos de Gestão Territorial e Ambiental e os protocolos de consulta são exemplos desses instrumentos de diálogo intercultural, pois são ferramentas complementares de “[...] governança de base cultural que almejam salvaguardar os territórios indígenas” (Joca *et al.*, 2021, p. 160).

Os protocolos de consulta se referem ao direito de sujeitos coletivos à consulta, como preconiza a Convenção nº 169 da OIT. Joca *et al* afirmam que:

Os protocolos demonstram aos Estados Nacionais e à sociedade envolvente o modo como cada povo considera adequada, oportuna, honesta e respeitosa a realização da consulta de boa-fé e da obtenção do consentimento livre, prévio e informado (Joca *et al.*, 2021, p. 9).

O protocolo consiste em um conjunto de regras de uma comunidade para guiar o processo de consulta, de forma a compreender e respeitar as tradições jurídicas de cada povo ou comunidade e garantir o direito à participação e outros direitos humanos correlatos, como direitos sociais, culturais, linguísticos, civis e políticos (Joca *et al.*, 2021). Os primeiros protocolos foram elaborados pelos povos Wajãpi e Munduruku em 2014, e o povo Munduruku utilizou o protocolo, dentre outras estratégias, durante a resistência contra hidrelétricas propostas para o rio Tapajós, como a UHE São Luiz do Tapajós, e conseguiu o arquivamento desse projeto pelo governo. No protocolo Munduruku, o povo reforça a importância da consideração do seu conhecimento tradicional, que é reiteradamente desconsiderado nos processos de avaliação de impactos ambientais, ao afirmarem que seus saberes “devem ser levados em consi-

deração, no mesmo nível que o conhecimento dos *pariawat* [não-indígenas]” (Protocolo [...], 2014, p. 6).

Além dos povos indígenas, na atualidade há também protocolos elaborados por comunidades tradicionais tais quais os ribeirinhos, como os de Montanha e Mangabal (PA), e quilombolas, como a comunidade Abacatal/Aurá (PA). Apesar do avanço na elaboração de protocolos por diferentes povos e comunidades, ainda há desafios na implementação prática desses regulamentos. Além disso, em relação ao planejamento de políticas, como planejamentos energéticos, planejamentos estaduais/regionais etc., há uma falta de instrumentos de participação efetiva para esses povos e comunidades (Joca *et al.*, 2021). Com relação à participação no licenciamento ambiental de projetos de desenvolvimento, alguns desafios são: exclusão de povos indígenas e quilombolas que não possuem seu território demarcado ou reconhecido pelo Estado; exclusão de outras comunidades tradicionais (como os ribeirinhos, por exemplo) e falta de órgão que atue na defesa de seus direitos; falta de consulta nas etapas prévias de definição técnica do projeto e do escopo dos estudos de impacto ambiental; critérios arbitrários de definição de área de influência de impactos e de quem é afetado; não aplicação do direito de veto no caso de não concordarem com projeto/obra; entre outros. O diálogo e a obtenção do consentimento livre, prévio e informado deve ser visto de forma contínua, com maior antecedência possível, e seguido em etapas posteriores, como na etapa de planejamento das ações de mitigação e compensação após obtenção das licenças ambientais pelos empreendimentos (Joca *et al.*, 2021; Hanna; Vanclay, 2013).

Outro importante instrumento voltado para os povos indígenas é o Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA), também conhecido como Plano de Vida:

Os PGTA consistem em um conjunto de metas, ações e atividades pensado, discutido, organizado, acordado coletivamente para serem realizados a curto, médio e longo prazo, visando atingir o objetivo maior de controle e gestão do próprio território e dos recursos naturais que existem nele (Grupioni *et al.*, 2020, p. 9).

Como instrumento de planejamento para gestão e governança territorial, os PGTAs são elaborados como um processo dinâmico por meio de diagnósticos e levantamentos, com base no patrimônio cultural material e imaterial e no estabelecimento de acordos, a fim de melhorar a qualidade de vida e a sustentabilidade ambiental. O Plano foi regulado no Brasil pela Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – Decreto Federal nº 7.747/12 – e vem sendo elaborado por diferentes povos, tendo viabilizado ações como o monitoramento e a vigilância do território; o manejo ambiental; a recuperação de áreas degradadas; as alternativas econômicas com base na sociobiodiversidade; a transmissão de conhecimento para novas gerações, entre outras (Grupioni *et al.*, 2020). Os PGTAs, ao apresentarem as prioridades de ações para o território, auxiliam a pautar a relação com o Estado e a sociedade civil de forma a orientar projetos a serem desenvolvidos.

Considerações finais

Tópicos acerca do desenvolvimento de projetos hidrelétricos na Amazônia e os desafios enfrentados por povos indígenas e comunidades tradicionais foram discutidos e a bibliografia utilizada aprofunda mais sobre esse tema, que permanece atual. No licenciamento ambiental brasileiro de projetos de desenvolvimento, prevalece uma visão tecnicista e que separa os campos ambiental e social, em oposição à visão integrada e holística de grupos sociais intimamente ligados ao ambiente onde vivem. A construção de grandes hidrelétricas na Amazônia, com experiências de altos custos sociais e ambientais, coloca a necessidade de repensar o modelo energético considerando outras fontes renováveis (Moran; Athayde, 2019). Em vista desses desafios, povos indígenas e comunidades tradicionais vêm desenvolvendo estratégias, como os protocolos de consulta e Planos de Gestão Territorial e Ambiental, porém avanços são necessários para garantir o direito à consulta, seus direitos territoriais e socioambientais e a reprodução física e cultural dos povos indígenas e das comunidades tradicionais.

Referências

ATHAYDE, S.; LARREA-ALCÁZAR, D. M.; ARDAYA, Z. L.; NEVES, E.; ROSERO-PEÑA, M. C. Definição de Povos Indígenas e Comunidades Locais para o Painel de Ciência para a Amazônia. Anexo II, Science Panel for the Amazon. Nova Iorque: United Nations Sustainable Development Solutions Network, 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 5 out. 2023.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Relatório de Vistoria Interinstitucional**: Garantia da vida e proteção do patrimônio natural e socioambiental da Volta Grande do rio Xingu. Relatório Técnico: Altamira. Brasília, DF: MPF, 2019.

CASTELLO, L.; MCGRATH, D. G.; HESS, L. L.; COE, M. T.; LEFEBVRE, P. A.; PETRY, P.; ARANTES, C. C. The vulnerability of Amazon freshwater ecosystems. **Conservation Letters**, v. 6, n. 4, p. 217-229, 2013. DOI: 10.1111/conl.12008.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. Plano Decenal de Expansão de Energia 2031. Brasília: Ministério de Minas e Energia/ Empresa de Pesquisa Energética, 2022.

FAINGUELERNT, M. B. A Trajetória Histórica do Processo de Licenciamento Ambiental da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 247-265, 2016.

FEARNSIDE, P. **Hidrelétricas na Amazônia**: Impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras. Manaus: Editora do INPA, v. 1, 2015.

FEARNSIDE, P. M.; ARMENTERAS, D.; BERENGUER, E.; DUPONCHELLE, F.; GUERRA, F. M.; JENKINS, C. N.; BYONE, P.; GARCÍA-VILLACORTA, R.; VAL, A. L.; ALMEIDA-VAL, V. M. F. Drivers and impacts of changes in aquatic ecosystems. Chapter 20, Science Panel for the Amazon. **Chapter 20 in Brief**, [s. l.], 2021.

GRUPIONI, L. D. (org.). **Em busca do bem viver**: Experiências de elaboração de Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas. São Paulo: Rede de Cooperação Amazônica, 2020.

HANNA, Philippe; VANCLAY, Frank. Human rights, Indigenous peoples and the concept of Free, Prior and Informed Consent. **Impact Assessment and Project Appraisal**, [s. l.], v. 31, n. 2, p. 146-157, 2013. DOI: 10.1080/14615517.2013.780373.

JOCA, P.; GARZÓN, B. R.; SILVA, L. A. L.; OLIVEIRA, R. M.; GRUPIONI, L. D. B. **Protocolos autônomos de consulta e consentimento**: um olhar sobre o Brasil, Belize, Canadá e Colômbia. São Paulo: Rede de Cooperação Amazônica, 2021.

LAUFER, J.; ATHAYDE, S.; MARQUES, E. E.; SETÚBAL, S.; SOARES, L. R. Projeto de Pesquisa: Gestão Participativa da Biodiversidade em Terras Indígenas afetadas por Barragens Hidrelétricas na Amazônia Brasileira. Relatório Técnico n. 4. Local: Universidade Federal do Tocantins e Universidade da Flórida, Palmas e Gainesville, 2017.

MAGALHÃES, S. B.; BRITO, R. C.; CASTRO, E. M. R. (orgs.). **Energia na Amazônia**. Belém: Editora da UFPA, v. 2, 1996.

MAGALHÃES, S. B.; CUNHA, M. C. **A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte**: Relatório da SBPC. São Paulo: Sociedade Brasileira do Progresso da Ciência, 2017.

MORAN, E. F.; ATHAYDE, S. Editorial overview: Introduction to the special issue: Hydropower and sustainability in the Anthropocene. **Current Opinion in Environmental Sustainability**, [s. l.], v. 37, 2019. Doi: 10.1016/j.cosust.2019.06.003.

MORETTO, E. M.; GOMES, C. S.; ROQUETTI, D. R.; JORDÃO, C. O. Histórico, tendências e perspectivas no planejamento espacial de usinas hidrelétricas brasileiras: a antiga e atual fronteira Amazônica. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 141-164, 2012. DOI: 10.1590/s1414-753x2012000300009.

PEZZUTI, J.; CARNEIRO, C.; MANTOVANELLI, T.; GARZÓN, B. R. **Xingu**: O rio que pulsa sem nós: Monitoramento independente para registro de impactos da UHE Belo Monte no território e no modo de vida do povo Juruna (Yudjá) da Volta Grande do Xingu. Altamira: Instituto Socioambiental, 2018.

PROTOCOLO de Consulta Munduruku. Movimento Munduruku Ipereg Ayu, Associações: DA'UK, PUSURU, WUYXAXIMÃ, KEREPO e PAHYHYYP, 2014. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/mud00083.pdf>. Acesso em: 5 out. 2023.

SANCHEZ, L. E. Avaliação de Impacto Ambiental: conceitos e métodos. 3. ed. São Paulo: Oficina de textos, 2020.

SOUZA FILHO, C. F. M.; BERGOLD, R. C. Os direitos dos povos indígenas no Brasil: desafios no século XXI. Curitiba: Letra da Lei, 2013.

UTSUNOMIYA, R.; ATHAYDE, S.; XERENTE, P. W.; SETÚBAL, S.; LAUFER, J.; MARQUES, E. E. Povos Indígenas e Hidrelétricas na Amazônia: Percepções e Avaliação de Impactos a Partir de Abordagem Transdisciplinar e Participativa. In: Senhoras, E. M. (org.). A Produção do conhecimento interdisciplinar nas Ciências Ambientais. Ponta Grossa: Atena, 2020.

UTSUNOMIYA, R.; BEVERIDGE, C.; LOBO, G.; ASSAHIRA, C.; MORETTO, E. M.; ATHAYDE, S. Dewatering the Xingu River: hydrological alterations and biocultural connections among the Arara Indigenous People in the Volta Grande region, Brazilian Amazon. **Regional Environmental Change**, v. 24, n. 2, 2024. Doi: 10.1007/s10113-024-02230-7.

WORLD COMMISSION ON DAMS. **Tucuruí Hydropower Complex**, Brazil. Final Report. Cape Town: WCD, 2000.

CAPÍTULO III

Os rios da bacia Amazônica: propriedades físico-químicas e as diferentes faces das águas

Samara Salamene¹⁰

Victor Miguel Ponce¹¹

Classificação dos rios amazônicos

A bacia Amazônica é a maior do mundo, abrangendo aproximadamente 7,5 milhões de km² na América do Sul. A bacia também é a maior fonte de água doce do planeta, com uma descarga média de aproximadamente 220 mil m³s⁻¹ em sua foz, constituindo cerca de 1/6 de toda a água doce que flui para os oceanos (Ponce, 1992). Localizada nos trópicos e coberta sobretudo por floresta, 68% da área da bacia está no Brasil; o restante (32%) abrange oito países: Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana Francesa, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela.

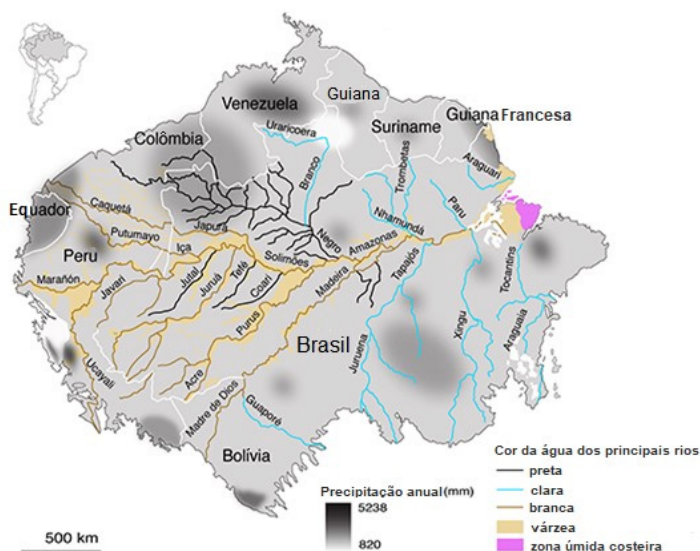
As águas dos rios amazônicos apresentam cores diferentes, fáceis de discernir. Os habitantes nativos pré-colombianos já classificavam os rios de acordo com a cor de suas águas. Eles sabiam que a cor da água indicava diferenças na qualidade dos recursos pesqueiros, na fertilidade do solo e na presença/ausência de mosquitos. Posteriormente, os colonos europeus usaram a cor para classificar os rios da Amazônia, o que podemos observar em nomes como rio Claro, rio Negro, rio Preto, rio Branco e rio Verde (Junk *et al.*, 2011).

10 Prof. Dra. do IFSP – Campus Caraguatatuba, área Recursos Naturais. E-mail: salamene@ifsp.edu.br.

11 Prof. Dr. Emérito da San Diego State University (SDSU), Califórnia, EUA. E-mail: vponce@sdsu.edu.

A primeira tentativa de desenvolver uma classificação científica para os rios amazônicos foi realizada na década de 1950 por Harald Sioli (Junk, 2001). O cientista usou a cor da água bem como várias características físicas e químicas para explicar as propriedades limnológicas dos principais rios da Amazônia. Sioli relacionou essas características às propriedades geológicas e geomorfológicas das bacias de drenagem contribuintes (**Figura 1**) (Junk *et al.*, 2011).

Figura 1 — Distribuição espacial dos principais afluentes de água negra, água clara e água branca da bacia Amazônica



Fonte: traduzido de: Junk *et al.* (2011).

Sioli estabeleceu três tipos de cor de água para os principais rios da Amazônia: (1) clara; (2) branca; e (3) preta (**Figura 2**). Dados hidroquímicos mais recentes indicam que a composição química dos corpos d'água da Amazônia é muito mais complexa do que a inicialmente previs-

ta por Sioli (Valerio *et al.*, 2021). No entanto, devido à sua simplicidade, a classificação de Sioli permanece válida (Rios-Villamizar *et al.*, 2014).

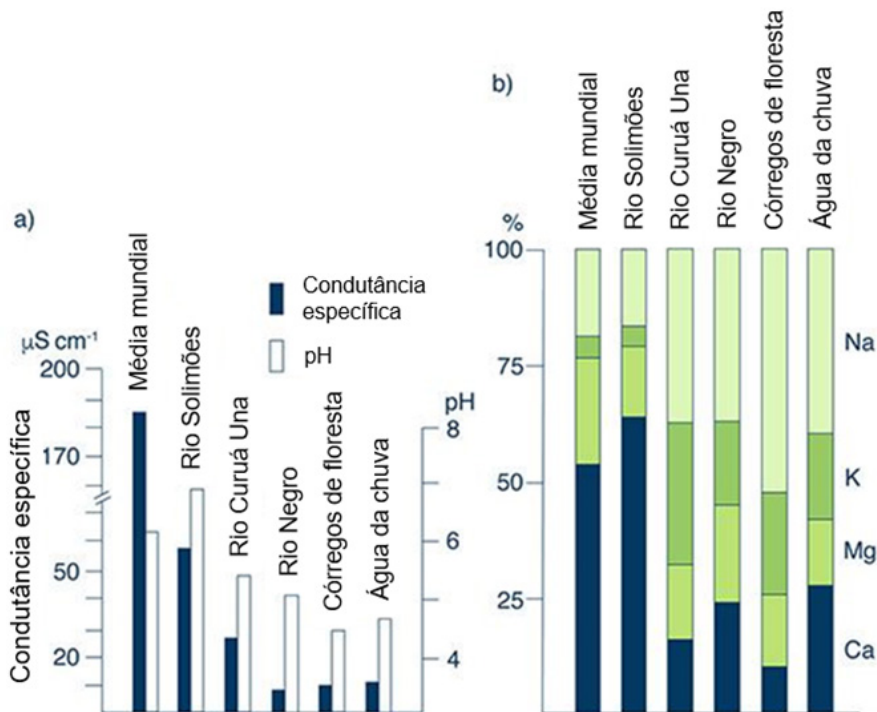
Figura 2 — Da esquerda para a direita, exemplos de rios de cor clara, branca e preta, respectivamente



Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

A cor da água de um rio é o resultado de transformações físicas e químicas que ocorrem durante o escoamento superficial e subterrâneo. Na bacia Amazônica, a água branca drenada da Cordilheira dos Andes (o que ocorre, por exemplo, com o rio Solimões no Brasil, chamado de rio Amazonas no Peru) tem uma concentração relativamente alta de sedimentos ricos em nutrientes; assim, sua cor aparenta um marrom claro. Por outro lado, a água preta, originária da floresta tropical hileia ao norte (por exemplo, rio Negro) possui uma alta concentração de substâncias húmicas (matéria orgânica parcialmente decomposta), o que lhe confere uma cor escura (preta). Além disso, há a água clara (encontrada em rios como Curuá Una, Tapajós e Xingu), proveniente da região dos escudos cristalinos, pobres em sedimentos e, portanto, transparentes, com composição química semelhante à água da chuva (**Figura 3**).

Figura 3 — Propriedades físico-químicas de rios amazônicos: a) condutância específica (a 20°C) e pH; b) distribuição dos principais metais alcalinos (Na – sódio, e K - potássio) e alcalino-terrosos (Mg – magnésio; e Ca - cálcio)



Fonte: traduzido de: Furch e Junk (1997).

Rio Solimões: água branca

A maioria dos rios da Amazônia ocidental é classificada como água branca. Estas são barrentas no geral, contendo grandes quantidades de sedimentos e, muitas vezes, um tom acastanhado. O principal rio Amazonas, o Solimões, é classificado como água branca; afluentes importantes como o Juruá, Purus e Madeira também são de águas brancas.

As cabeceiras dos rios de águas brancas ficam em direção ao oeste, na Cordilheira dos Andes do Equador, Peru e Bolívia, e transportam grande quantidade de sedimentos ricos em nutrientes, dando à água característica de cor marrom clara. Além disso, nas temperaturas (altas) prevalentes, os metais e carbonatos alcalino-terrosos determinam a coloração enlameada das águas brancas, com um valor relativamente alto de condutividade elétrica. Nas bacias das terras altas, esse valor é em torno de $100 \mu\text{S} \cdot \text{cm}^{-1}$, diminuindo para $40 \mu\text{S} \cdot \text{cm}^{-1}$ nas bacias das terras baixas. Além disso, o pH das águas brancas é praticamente neutro (Furch; Junk, 1997).

Esses rios depositam seus sedimentos ricos em nutrientes em extensas áreas de várzea. Portanto, as várzeas são muito férteis e cobertas por comunidades herbáceas terrestres e aquáticas muito produtivas, além das florestas de várzea.

Os sedimentos transportados por rios de águas brancas consistem em grandes quantidades de material de grão fino. Esse material aumenta a capacidade de retenção de água durante o período seco, mas também impede a aeração do solo. As raízes grandes da vegetação de várzea são profundas, e a seca pode danificar os sistemas radiculares. A fração argila contém caulinita, illita e esmectita. Ao contrário da caulinita, a esmectita tem uma alta capacidade de troca catiônica e libera potássio ao longo do tempo. A caulinita e a esmectita são essenciais para a fertilidade dos solos das várzeas (Junk *et al.*, 2011).

Em ambientes montanhosos, é mais provável que o intemperismo físico predomine sobre o químico. Assim, o intemperismo físico da Cordilheira dos Andes condiciona a geoquímica dos afluentes a jusante. De fato, na bacia Amazônica, cerca de 84% da quantidade total de sólidos dissolvidos e suspensos se originam em apenas 12% de sua área de contribuição, localizada a oeste (Rios-Villamizar *et al.*, 2014).

Rio Negro: água preta

Os rios amazônicos de água preta, entre eles os rios Negro, Jutai, Tefé e Coari, apresentam tonalidade escura devido à química do solo, geologia, geomorfologia e hidrologia local. Os rios de água preta são pobres em nutrientes, e o solo circundante é predominantemente arenoso,

contendo grande quantidade de matéria orgânica, como ácidos húmicos e fúlvicos, que conferem à água a sua cor característica (Junk *et al.*, 2011; Marinho *et al.*, 2021).

Embora a superfície da água seja aparentemente escura, ao coletar a água do rio em uma garrafa transparente, a cor da água irá variar de vermelho a marrom escuro. As águas vermelhas encontradas no rio Negro, na cidade de São Gabriel da Cachoeira, no centro-norte da Amazônia, enquadram-se na categoria água preta por serem águas ácidas que contêm uma grande quantidade de ácidos húmicos (Gibbs, 1967).

A maioria das cabeceiras dos afluentes a noroeste do rio Negro possui águas transparentes em até 3 m de profundidade, apresentando baixa quantidade de matéria em suspensão. Eles drenam a água originária do Escudo Pré-Cambriano da Guiana, caracterizado por grandes áreas de areia branca (podzóis). É o caso do rio Branco, um afluente do rio Negro, que possui uma alta carga de matéria em suspensão e a aparência de um rio de água branca. No entanto, as características químicas desses rios indicam que, no geral, eles têm um baixo estado nutricional e, portanto, uma relação mais próxima com os rios de água clara. Tornam-se de cor enegrecida e com muitos ácidos após fluírem ao longo de áreas cobertas por densa floresta tropical (Junk *et al.*, 2011). O naturalista alemão Alexander von Humboldt, no século XIX, se referiu a essas florestas como hileias.

Os rios de água preta apresentam valores de pH entre 4 e 5 e uma menor condutividade elétrica, abaixo de $20 \mu\text{S} \cdot \text{cm}^{-1}$. Eles transportam principalmente carga arenosa e uma pequena fração de caulinita de baixa fertilidade. A água é ácida e a quantidade de substâncias inorgânicas dissolvidas é pequena (Furch; Junk, 1997). A transparência da água fica em torno de 60 a 120 cm, com baixa quantidade de matéria em suspensão e alta quantidade de ácidos húmicos. A quantidade de substâncias húmicas dissolvidas é cerca de dez vezes maior do que nos demais rios da Amazônia. A água é pobre em nutrientes e eletrólitos, com predominância de sódio entre os principais cátions salinos (Gibbs, 1967).

As planícies de inundação dos rios de água preta, chamadas de igapós, apresentam baixa fertilidade. As plantas herbáceas terrestres e aquáticas são escassas e muitas espécies típicas de águas brancas estão ausentes devido à baixa fertilidade, baixo pH ou ambos. As praias arenosas

sofrem severo estresse de seca devido à baixa capacidade de retenção de água. A jusante do rio Negro, próximo à confluência com águas brancas, tem uma maior disponibilidade de sedimentos ricos em nutrientes e, consequentemente, um número maior de plantas (Figura 4) (Junk *et al.*, 2011).

Figura 4 — Encontro das águas do rio Negro (água preta, à direita) e rio Solimões (água branca, à esquerda)



Fonte: Portal Amazônia (2022). Disponível em: <https://portalamazonia.com/amazonia/portalamazonia-responde-por-que-as-aguas-do-rio-negro-e-do-rio-solimoes-nao-se-misturam>

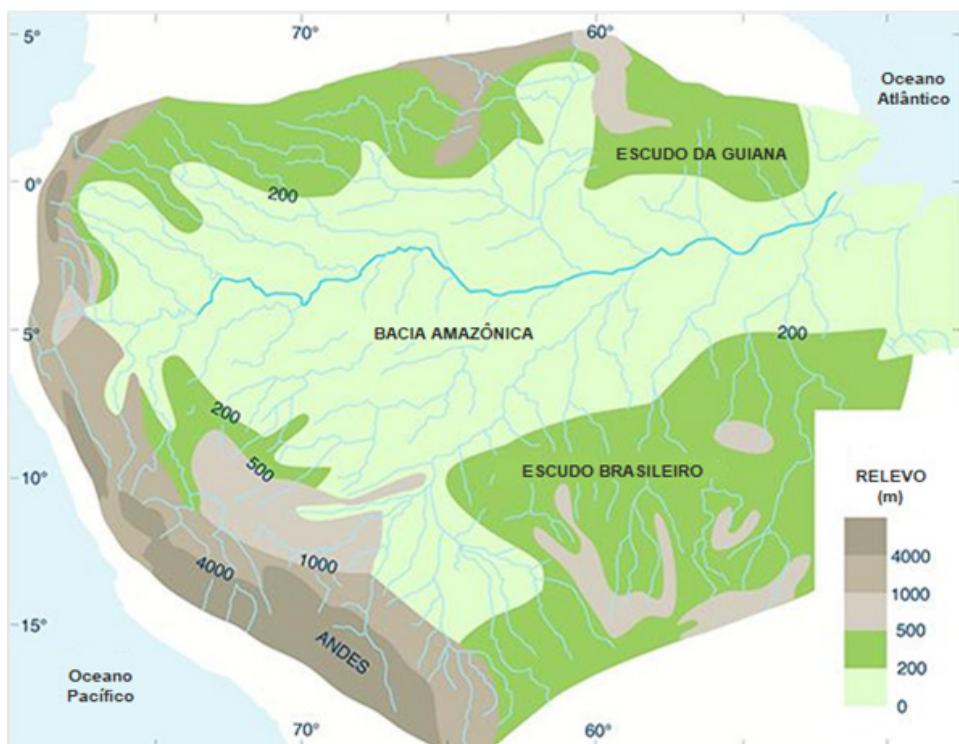
Rios Tapajós e Xingu: água clara

Os maiores rios amazônicos de águas claras são os rios Trombetas, Tapajós e Xingu. Os rios de águas claras geralmente têm tons que variam de esverdeado a transparente. Eles se originam nos crátons da

Amazônia, ou seja, formações rochosas muito antigas que datam do período Arqueano (Pré-Cambriano); portanto, eles têm uma quantidade muito pequena de sedimentos (Junk *et al.*, 2011).

Os crátons estão localizados em duas regiões da bacia Amazônica: (1) ao norte, chamado escudo da Guiana; e (2) no centro-sul, chamado escudo brasileiro (**Figura 5**). Essas formações rochosas se encontram sob um relevo plano, com pouca erosão superficial e baixa quantidade de matéria orgânica. Como consequência, as águas são mais claras (Gibbs, 1967).

Figura 5 — Mapa generalizado mostrando o relevo da bacia Amazônica



Fonte: traduzido de Silva *et al.* (2013).

Os grandes rios de águas claras têm uma condutividade elétrica que varia de 10 a 50 $\mu\text{S}.\text{cm}^{-1}$, que pode diminuir para 5 $\mu\text{S}.\text{cm}^{-1}$ em rios de ordem inferior. O pH é ácido, variando de 5 a 7, enquanto a transparência das águas esverdeadas é superior a 100 cm e pode exceder 350 cm.

As planícies de inundação dos rios de águas claras, também conhecidas como igapós, costumam apresentar uma fertilidade intermediária (Junk *et al.*, 2011). Elas são cobertas por uma floresta de várzea de crescimento lento, onde a produção de serapilheira é aproximadamente 30% menor do que em outras florestas. A taxa de crescimento de árvores nos igapós é até dois terços menor do que a taxa encontrada nas várzeas (Furch; Junk, 1997).

Os rios de águas claras recebem água principalmente das chuvas, com pouca ou nenhuma produção de sedimentos das terras altas contribuintes. Seus igapós são, em geral, pobres em nutrientes; no entanto, seu estado nutricional pode variar em virtude das diferenças na qualidade do solo nos cerrados vizinhos, as chamadas savanas tropicais do Brasil central. Macrófitas submersas podem ocorrer em áreas com penetração de luz profunda e pouca variação no nível da água. Assim, a diversidade de macrófitas aquáticas é maior em rios de águas claras do que em rios de águas brancas ou negras (Rios-Villamizar *et al.*, 2014).

As faces das águas

A bacia Amazônica como um todo apresenta três grandes paisagens: (1) a Cordilheira dos Andes, a oeste; (2) os Escudos Cristalinos (da Guiana, ao norte, e o brasileiro, ao sudeste); e (3) a planície sedimentar na porção central, sob domínio da floresta hileia. As características geológicas das terras onde essas paisagens estão localizadas determinam a composição química das águas dos rios que compõem a bacia Amazônica. Não são apenas as características químicas bastante distintas, mas também há uma diferença visual, que levou Sioli a classificá-las em: (a) água clara, (b) água branca e (c) água preta (**Tabela 1**) (Silva *et al.*, 2013). A classificação de Sioli foi apoiada por botânicos e limnologistas, que encontraram diferenças na ocorrência de espécies arbóreas (Junk *et al.*, 2011).

Tabela 1 — Valores médios de pH, cor, turbidez, oxigênio dissolvido e íon amônio nos rios da Amazônia estudados

Rio	pH	Cor (mgPt/L)	Turbidez (NTU)	O.D. (mg/L)	NH ₄ ⁺ (mg/L)
Solimões (montante)	7,5	53,86	165,36	3,03	0,03
Solimões (jusante)	6,86	77,42	50,05	4,48	0,31
Negro (montante)	4,65	45,23	3,03	4,4	-
Negro (jusante)	4,95	129,59	5,14	4,36	0,31
Tapajós	6,71	18,48	2,26	7,03	0,1
Xingu	6,98	9,48	1,69	8,94	0,1

Fonte: adaptado de Silva *et al.* (2013).

A combinação de vários parâmetros químicos, como a quantidade e a relação entre metais alcalinos e alcalino-terrosos com ânions principais, em especial bicarbonatos e cloretos, bem como a condutividade elétrica, o pH, o nitrogênio e fósforo total, a cor da água, a turbidez e a transparência, permitem distinguir três tipos de água (branca, preta e clara) e outros corpos d’água de cor intermediária. À medida que a ordem de um rio aumenta, a complexidade tende a ser oculta, porque o fluxo do rio fornece a integração de todos os tipos de água ao longo da bacia, misturando águas de diferentes qualidades. A distribuição de metais alcalinos, metais alcalino-terrosos e dos principais ânions é particularmente útil para distinguir entre rios de águas brancas, águas pretas e águas claras. Uma maior variabilidade é mostrada por corpos d’água que não se enquadram nessas três categorias clássicas. Portanto, muitos rios e córregos devem ser considerados como “águas mistas”, resultantes da influência de tributários de ordem inferior com diferentes propriedades físico-químicas (Ríos-Villamizar *et al.*, 2014; Ríos-Villamizar *et al.*, 2022).

Referências

FURCH, K.; JUNK, W. J. Physicochemical conditions in the floodplains. *In*: JUNK, W. J. (ed.). **The Central Amazon Floodplain: Ecology of a Pulsing System**. Berlin: Springer-Verlag, v. 126, 1997. p. 69-108.

GIBBS, R. J. The Geochemistry of the Amazon River System: Part I. The Factors that Control the Salinity and the Composition and Concentration of the Suspended Solids. **Geological Society of America Bulletin**, Boulder, v. 78, n. 10, p. 1203-1232, 1967.

JUNK, W. J. Appraisal of the scientific work of Harald Sioli. **Amazoniana**, [s. l.], v. 16, n. 3, p. 285-297, 2001.

JUNK, W. J.; PIEDADE, M. T. F.; SCHONGART, J.; COHN-HAFT, M.; ADENEY, J. M.; WITTMANN, F. A classification of major naturally-occurring Amazonian lowland wetlands. **Wetlands**, McLean, v. 31, p. 623-640, 2011.

MARINHO, R. R.; HARMEL, T.; MARTINEZ, J. M.; FILIZOLA-JUNIOR, N. P. Spatiotemporal Dynamics of Suspended Sediments in the Negro River, Amazon Basin, from In Situ and Sentinel-2 Remote Sensing Data. **International Journal of Geo-Information**, Basel, v. 10, n. 86, p. 1-22, 2021.

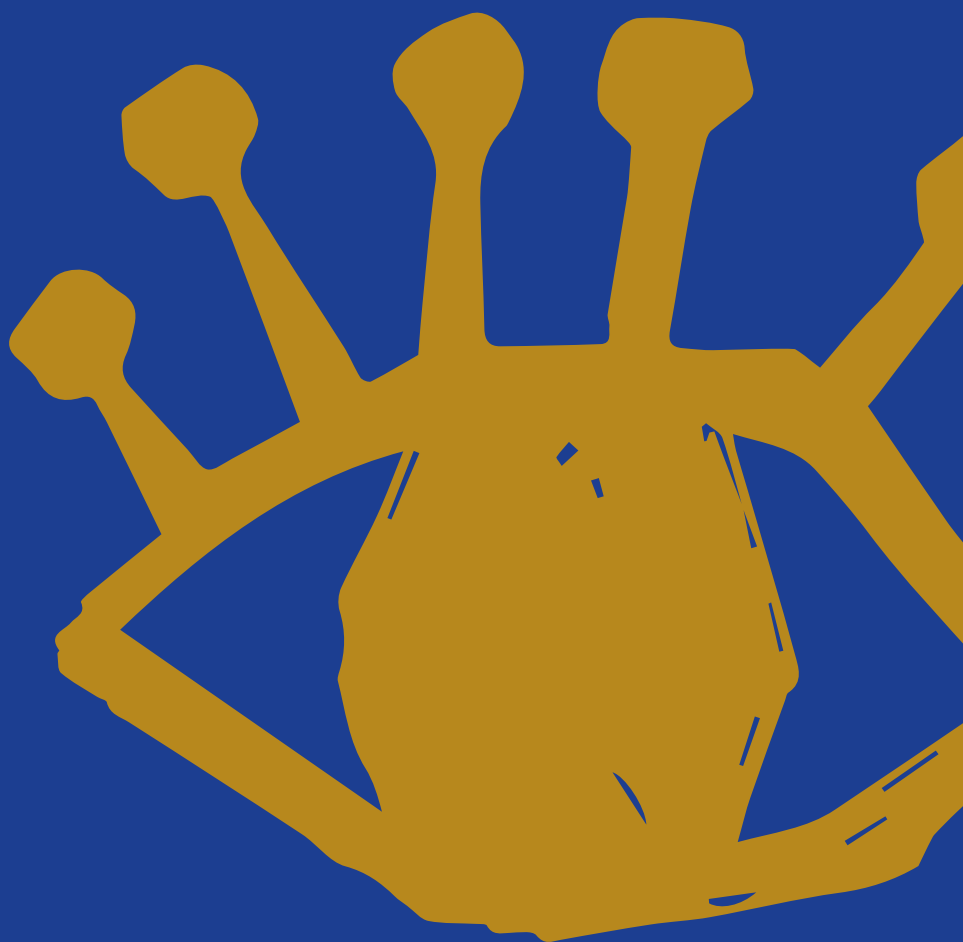
PONCE, V. M. *This letter appeared in South American Explorer*, 31, May 1992. Ponce SDSU, San Diego, 1992. Disponível em: http://ponce.sdsu.edu/sae_letter_amazon_flow_2.html. Acesso em: 5 out. 2023.

RÍOS-VILLAMIZAR, E. A.; LOPES, A.; SILVA, M. S. R.; SANTOS, N. A. S.; OLIVEIRA, R.; CALAZÃES, R. M.; PIEDADE, M. T. F.; SCHÖNGART, J.; FORSBERG, B. R.; WITTMANN, F.; JUNK, W. J. Water chemistry of rivers and streams from the Jaú and Uatumã basins in central Brazilian Amazon. **Sustainable Water Resources Management**, Tuscaloosa, v. 8, n. 117, p. 1-12, 2022.

RÍOS-VILLAMIZAR, E. A.; PIEDADE, M. T. F.; COSTA, J. G. da; ADENEY, J. M.; JUNK, W. J. Chemistry of different Amazonian water types for river classification: A preliminary review. **Water and Society II**, Southampton, v. 178, p. 17-28, 2014.

SILVA, M. S. R.; MIRANDA, S. A. F.; DOMINGOS, R. N.; SILVA, S. L. R.; SANTANA, G. P. Classificação dos rios da Amazônia: Uma estratégia para preservação desses recursos. **Holos Environment**, Rio Claro, v. 13, n. 2, p. 163-174, 2013.

VALERIO, A. M.; KAMPEL, M.; VANTREPOTTE, V.; WARD, N. D.; RICHEY, J. E. Optical Classification of Lower Amazon Waters Based on In Situ Data and Sentinel-3 Ocean and Land Color Instrument Imagery. **Remote Sensing**, Basel, v. 13, p. 1-21, 2021.



Olhar estudantil

Na seção anterior foram discutidas questões que os povos e as comunidades tradicionais enfrentam na gestão de seus territórios na Amazônia brasileira. Como ponto positivo, existe a iniciativa recente da criação dos chamados protocolos de consulta, elaborados para alguns povos e comunidades tradicionais no estado do Pará (Joca *et al.*, 2021), a fim de viabilizar o direito à consulta livre, prévia e consentida, preconizada pela Convenção nº 169 OIT, ratificada pelo Brasil em 2003. Esses protocolos de consulta são ferramentas de auto-organização e resistência diante das ameaças de projetos de desenvolvimento. Dessa maneira, empreendimentos passíveis de licenciamento ambiental devem seguir os referidos protocolos, a fim de viabilizar os direitos dos povos e das comunidades tradicionais no processo de tomada de decisão.

Como ponto negativo, é destacada a ausência de amparo institucional das comunidades ribeirinhas. Segundo Diegues (2000), no Brasil há um certo consenso para povos e comunidades que possuem uma continuidade histórica e cultural desde antes da colonização da América. Esse conceito de preservação cultural também está associado à etnia e pode ser estendido para as comunidades afrodescendentes. Esse argumento ajuda a esclarecer o motivo de povos e comunidades indígenas e quilombolas já estarem amparadas por órgãos públicos como a Funai, a FCP e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que respondem em nível federal para as causas indígenas e quilombolas, respectivamente.

Na próxima seção discutiremos a realidade do litoral norte de São Paulo, que também passa por processos de desenvolvimento associado a vários empreendimentos sob licenciamento ambiental. Nos povos e comunidades tradicionais do litoral norte paulista ainda não existem protocolos de consulta, como acontece em alguns povos e comunidades tradicionais na região amazônica, mas essa experiência poderia ser replicada no litoral.

No entanto, diferentemente das comunidades ribeirinhas na região amazônica, os caiçaras são reconhecidos, de modo formal, como comunidades tradicionais no litoral norte de São Paulo, assim como os povos e as comunidades indígenas e quilombolas. Segundo Diegues (2000), o caiçara tem um comportamento familiarizado com a mata e depende da pesca artesanal, assim como os ribeirinhos, que vivem nas várzeas dos rios e têm a pesca como fonte de proteína e renda. Em Ubatuba,

município que integra o litoral norte, foi elaborada pela prefeitura municipal a 1ª Conferência Municipal das Comunidades Tradicionais, que gerou um relatório que reconhece, em nível de alteridade, a existência de três tipos de povos e comunidades tradicionais: indígenas, quilombolas e caiçaras (Conferência, 2022).

Dessa maneira, na ausência de órgão formalmente instituído pelo poder público, nas esferas federal e estadual, o poder público municipal pode promover o amparo legal das comunidades tradicionais que não estejam associadas ao conceito de etnia. Assim, o protagonismo do poder público municipal realizado em Ubatuba pode servir de exemplo para os municípios amazônicos, a fim de promover o devido reconhecimento e amparo para as comunidades ribeirinhas.

Para além da etnia, a identidade comunitária de um grupo está associada à autoidentificação e à identificação da sociedade envolvente (Cunha, 2012). Podemos destacar ainda uma terceira característica das comunidades tradicionais: a dependência do território e dos ciclos naturais, com os quais se constroem os modos de vida. O território é intrínseco e singular para a reprodução econômica e social das comunidades tradicionais (Diegues, 2000). Na seção anterior, foram abordadas as diferenças entre os rios amazônicos. Apesar de todos serem corpos hídricos superficiais de água doce, as características físicas e químicas são diferentes, influenciando na composição limnológica e na fertilidade das várzeas, afetando diretamente os modos de vida dos povos e das comunidades tradicionais que dependem desses recursos.

Referências

CONFERÊNCIA das comunidades tradicionais encerra com apresentação de propostas. **Prefeitura Municipal de Ubatuba**, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.ubatuba.sp.gov.br/destaques/encerramentofcomunidades/>. Acesso em: 9 ago. 2022.

CUNHA, M. C. Índios no Brasil: história, direitos e cidadania. 1. ed. São Paulo: Claro Engima, 2012.

DIEGUES, A. C. (org.). **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. São Paulo: NUPAUB-USP, 2000.

JOCA, P.; GARZÓN, B. R.; SILVA, L. A. L.; OLIVEIRA, R. M.; GRUPIONI, L. D. B. **Protocolos autônomos de consulta e consentimento**: um olhar sobre o Brasil, Belize, Canadá e Colômbia. São Paulo: Rede de Cooperação Amazônica, 2021.

CAPÍTULO IV

Desenvolvimento regional: povos e comunidades tradicionais e os impactos socioambientais no litoral norte de São Paulo

Layla Oliveira de Moraes¹²

A vocação turística do litoral norte paulista salta aos olhos antes mesmo de chegarmos às cidades que o constituem. Não importa por qual rota você esteja se deslocando, as frondosas árvores que formam, juntamente a uma rica diversidade de flora e fauna, um dos biomas mais importantes e ameaçados do país, passam suntuosas por nossas janelas. E, quando menos se espera, a imensidão do Oceano Atlântico se mostra, às vezes de relance, mas confirmando que estamos chegando ao destino tão esperado.

A região apresenta diversos ecossistemas em sua formação, como áreas de restinga e manguezal, ecossistemas costeiros associados à Mata Atlântica (MMA, 2010), assim como um bioma considerado um *hotspot* ambiental, caracterizado pelo elevado risco de extinção e por apresentar um grande número de espécies endêmicas (Myers *et al.*, 2000), demonstrando a importância da conservação de sua biodiversidade para todo o planeta, considerada Reserva da Biosfera pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco).

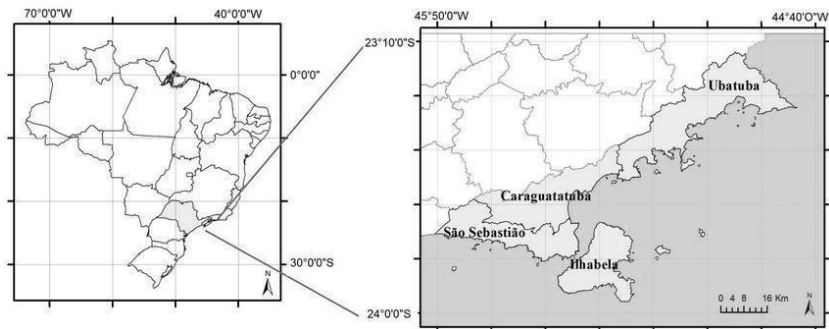
Densamente povoada, a área originalmente de domínio da Mata Atlântica vem sofrendo historicamente com o desmatamento cau-

12 Técnica em Assuntos Educacionais - Unifesp. Mestra no programa de pós-graduação Multiunidades de Ensino de Ciências e Matemática - PECIM/Unicamp. Licenciada em Ciências Biológicas - Unesp. Técnica em Edificações formada pelo IFSP Caraguatatuba. Contato: lyaloliver@gmail.com.

sado pela exploração do solo e pela ocupação desordenada, restando, nos dias atuais, cerca de 12% de área preservada em todo o país, situada em Unidades de Conservação e Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) (SOS Mata Atlântica, 2022). Segundo Poletto *et al.* (2009), a segunda maior extensão contínua de Mata Atlântica, cerca de 1.389 km², está situada no litoral norte paulista, o equivalente a 0,1% de toda a área remanescente desse bioma no Brasil.

É nesse cenário, esquadrihado pelas escarpas da Serra do Mar, ilhas e ilhotas cercadas pela vastidão esmeralda do Oceano Atlântico, que se encontram os municípios de Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião e Ilhabela (ilha continental ligada a São Sebastião). O litoral norte paulista (Figura 1) divisa ao extremo norte com o município de Paraty (RJ) e ao sul da costa litorânea com o município de Bertioga (SP), totalizando, segundo a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb, 2020), 479 km de extensão de linha de costa marítima, somando 193 praias (Cetesb, 2021).

Figura 1 — Municípios do Litoral Norte de São Paulo



Fonte: adaptado de Arruda *et al.* (2017).

Principal acesso daqueles que vêm do Vale do Paraíba, da região Metropolitana e do interior do estado de São Paulo em direção ao litoral norte, a Rodovia dos Tamoios interliga Caraguatatuba ao Vale do Paraíba e é a principal rota rodoviária da região. Além dela, pode-se

chegar ao litoral norte pela cidade de Ubatuba utilizando a Rodovia Oswaldo Cruz ou pela costa sul de São Sebastião, pela Rodovia Mogi-Bertioga. Já para aqueles que chegam advindos da Baixada Santista, do estado do Rio de Janeiro, e para o deslocamento entre os municípios da região, a rodovia utilizada é a BR-101, conhecida também nesse trecho como Rodovia Rio-Santos (SP-55).

Assim, a proposta deste texto é discutir como o desenvolvimento regional, a partir dos processos de modernização e ampliação dos aparatos de infraestrutura, seja náutica, seja viária, estão impactando, e ainda podem impactar, povos e comunidades tradicionais do litoral norte paulista, sem perder de vista a exploração econômica histórica do uso do solo, da diversidade natural e daqueles que ali vivem.

No início de sua história colonial, a economia da região baseava-se na produção de cana-de-açúcar e café, commodities típicas desse período no Brasil (Diegues, 2007). Após um breve período de expansão econômica, entre 1836 e 1854, com o fim do tráfico de escravizados e a abolição da escravatura, políticas protecionistas favorecendo a região do Vale do Paraíba e uma malha viária que não favorecia o transporte da produção fez com que o litoral norte entrasse em um período de decadência, no final do século XIX, que perdurou até meados do século XX, permanecendo apenas uma agricultura de subsistência desenvolvida pela população local (Cardoso; Ricci, 2013). Essa população era formada, inicialmente, por povos indígenas, população originária, massacrada com a chegada dos colonizadores (Adams, 2000). Com o início das grandes navegações, os colonizadores brancos europeus chegaram à região trazendo consigo negros africanos escravizados para trabalharem nas lavouras das sesmarias.

Fruto dessa miscigenação, nasceram os caiçaras que, para Diegues (2007), vêm vivendo no interstício entre a Mata Atlântica e o mar, estuários, manguezais, restingas e lagunas, usando os recursos naturais para a reprodução de seu modo de vida, construindo um território rico em diversidade biológica e cultural e constituindo-se em comunidades tradicionais.

Conforme o Decreto Federal nº 6.040/2007, art. 3, inciso I, Povos e Comunidades Tradicionais são:

[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Assim, além das comunidades tradicionais caiçaras, estão presentes na região comunidades quilombolas e povos originários indígenas (também caracterizados como comunidades tradicionais), utilizando de seus conhecimentos ancestrais e dos espaços para reprodução cultural, social, econômica e religiosa (Brasil, 2007; Athayde *et al.*, 2021). No litoral norte paulista podemos citar os povos indígenas guarani, da Aldeia da Boa Vista, ao norte de Ubatuba, e da Terra Indígena Rio Silveira, que abriga famílias da etnia tupi-guarani no extremo sul de São Sebastião. Em Ubatuba, encontramos as comunidades caiçaras de Ubatumirim, Picinguaba, Puruba, Bonete e Almada, e as comunidades quilombolas da Caçandoca, Cambury, Sertão de Itamambuca e Fazenda (Monteiro *et al.*, 2015).

Comunidades indígenas, caiçaras e quilombolas constituíram sociedades e povos singulares, porém, ao longo do século XX, foram sendo, progressivamente, marginalizados pelo processo de urbanização e industrialização (Instituto Pólis, 2013).

Foi em meados do século XX que a região recebeu a interligação viária com o Vale do Paraíba, facilitando a locomoção e aumentando o interesse turístico, que assume papel de destaque como atividade econômica, com a especulação imobiliária levando a população residente para áreas distantes da linha marítima (sertão). Na década de 1960, ocorreu a instalação do Terminal Marítimo Almirante Barroso (Tebar) e de infraestrutura portuária em São Sebastião; contudo, essas instalações não causaram grandes alterações na importância do turismo para a região (Cardoso; Ricci, 2013).

Além do turismo e da cadeia produtiva a ele relacionada, o litoral norte desenvolve atividades econômicas diversas, como a pesca e toda as estruturas náuticas envolvidas, o comércio, uma tímida atividade agropecuária, o mercado imobiliário, atividades portuárias (carregamento de produtos de importação e exportação e armazena-

mento e distribuição de petróleo) e extração de gás com a exploração das camadas do pré-sal (São Paulo, 2022).

A partir da última década, a região passou a receber diversos investimentos nas áreas de petróleo, gás e infraestrutura. A instalação da Unidade de Tratamento de Gás de Caraguatatuba (UTGCA), a expansão do Tebar, além do projeto de ampliação do Porto de São Sebastião – que busca ser uma alternativa ao Porto de Santos – exigia uma adequação da malha viária regional, de modo a suportar o fluxo das cargas transportadas e não colapsar o trânsito local das cidades, já bastante problemático, além de garantir a capacidade de deságue dos produtos chegados pela via marítima. Para tanto, estão sendo realizadas, pelo Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo (DER/SP), obras de infraestrutura viária, como a duplicação da Rodovia dos Tamoios, além das ligações desta rodovia com os municípios de São Sebastião e Ubatuba, com a construção dos Contornos Sul e Norte, respectivamente. Assim, os municípios de Caraguatatuba e São Sebastião vêm se constituindo como um polo industrial regional (Instituto Pólis, 2013).

Nitidamente, todo esse desenvolvimento ocorrendo em um curto espaço de tempo vem trazendo grandes mudanças para a dinâmica regional e o modo de vida de toda a população local, em especial, a das comunidades tradicionais. Utsunomiya argumenta sobre a relevância de se analisar de maneira holística os impactos gerados pela implantação conjunta de vários empreendimentos (megaempreendimentos):

Ainda que a região seja bem servida de informações disponibilizadas pelos Estudos de Impactos Ambientais dos diferentes projetos a serem implantados, bem como pelos diferentes estudos ambientais e planos estratégicos [...] já elaborados, não se verifica a sua integração ou muito menos a consideração dos efeitos cumulativos das transformações sociais e ambientais na área (Utsunomiya, 2014, p. 63).

O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) é uma exigência legal para que haja a concessão das licenças ambientais pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e órgãos ambientais estaduais, necessárias para a implementação de um empreendimento (MMA, 1986; Sanchez, 2020). Deve ser elaborado, também,

o Relatório de Impactos Ambientais (Rima), que tem a finalidade de informar, de maneira objetiva e de fácil compreensão, à população afetada direta ou indiretamente sobre os possíveis impactos gerados e as soluções (medidas mitigadoras) que serão adotadas para minimizá-los (Eijssen; Jesus, 2015; MMA, 1986; Sanchez, 2020). Esse instrumento de informação deve, ou deveria, subsidiar a população para sua participação efetiva durante as audiências públicas e a tomada de decisão consciente.

Porém, ao analisarmos os Rimas de alguns desses empreendimentos, percebemos que o uso de linguagem acessível à população em geral, não cientificista, com recursos gráficos (tabelas, infográficos, imagens etc.), não é uma prática nas elaborações dos documentos, caracterizando-se, muitas vezes, como um resumo do EIA (Moraes; Fabbro Neto, 2015), diferentemente do que preconiza a Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente – Conama nº 001/86, em seu art. 9, parágrafo único: “o Rima deve apresentar linguagem acessível, técnicas de comunicação visual, objetividade, possibilitando o entendimento das vantagens e desvantagens do projeto e todas as consequências ambientais de sua implantação”.

Ao analisarmos os Rimas do Contorno Sul e da Ampliação do Porto de São Sebastião quanto à utilização de **dificultadores** (siglas, nomes científicos, termos técnicos ou jargões) e de **facilitadores** (recursos gráficos) da leitura e compreensão do documento (Tabela 1), observamos excesso do uso de jargões e termos técnicos, além da ausência ou baixo uso de mapas, gráficos e tabelas. Apesar de quantitativamente presentes, verificamos que as imagens apresentadas tinham pouca relevância no entendimento dos impactos das obras nas regiões de implantação.

Dito isso, ponderamos sobre como seria possível a participação da população nas audiências públicas realizadas baseadas nesses Rimas. Indo um pouco além, considerando o destaque feito por Utsunomiya (2014), referente à falta de uma avaliação global dos impactos causados por todos os projetos: teria a população condição de fazer uma avaliação associada de documentos individuais?

Tabela 1 — Quantitativo de ocorrência de elementos facilitadores e dificultadores nos RIMAs

		CONTORNO SUL	AMPLIAÇÃO DO PORTO DE SÃO SEBASTIÃO
SIGLAS		2	12
NOMES CIENTÍFICOS		3	3
TERMOS TÉCNICOS/ JARGÕES		16	45
RECURSOS GRÁFICOS	MAPAS	0	13
	IMAGENS	29	51
	GRÁFICOS	0	5
	TABELAS	3	8

Fonte: elaborada pela autora, 2016.

Segundo Teixeira (2013), os efeitos cumulativos e sinérgicos que emergem da instalação colocalizada de grandes projetos sobre uma mesma região são identificados de maneira indevida, mensurados e tratados pelas atuais ferramentas de gestão de impactos, e são relevantes na evolução da degradação ambiental em escala regional. Torna-se evidente que o problema é ainda maior quando pensamos no impacto gerado pelos projetos de forma acumulada, pois individualmente as informações disponíveis já são deficitárias, em especial nos Rimas.

Tais impactos são sentidos também pelos povos e comunidades tradicionais. Apesar de a maioria dos povos e comunidades tradicionais estarem localizadas mais distantes das áreas de implantação dos projetos, estas serão negativamente impactadas, mesmo que de forma indireta. A facilidade de acesso à região, além do aumento do número de moradores (mesmo que temporário para construção dos empreendimentos), favorece o mercado imobiliário, aumentando a especulação e a pressão sobre territórios tradicionais, situados sobretudo em regiões de interesse para imóveis de veraneio. Problemas históricos como a regularização fundiária e a falta de reconhecimento por parte do Estado dos territórios tradicionais colocam esses povos e comunidades em situação de vulnerabilidade diante do mercado da construção civil (Instituto Pólis, 2013).

A Baía do Araçá, localizada na região central de São Sebastião – importante reduto caiçara, que mantém a tradição da pesca artesanal,

utilizando pequenas canoas que servem também para o transporte – abriga uma alta biodiversidade e é uma das poucas áreas de manguezal restantes no litoral norte. Tal região vem sofrendo com a ação antrópica, além das perturbações provenientes das atividades do Tebar e do Porto de São Sebastião (Santos; Turra, 2017), sendo impactada pela ampliação do Porto de São Sebastião, alterando a dinâmica das comunidades que dela vivem.

Segundo Joca *et al.* (2021), a importância da participação dos povos e das comunidades tradicionais nos projetos que avançam em seus territórios e a compreensão acerca deles é reconhecida internacionalmente. Carmo (2017) ressalta que foi a participação de diversos setores da população (pesquisadores, ONGs, Prefeituras, Associações de Moradores e pessoas físicas), sugerindo inúmeras propostas de melhorias e questionamentos sobre o empreendimento, que culminou na suspensão da licença ambiental cedida para a ampliação do Porto de São Sebastião após proposição de uma Ação Civil Pública pelo Ministério Público.

Exemplificamos aqui alguns dos impactos a curto prazo gerados aos povos e às comunidades tradicionais e à população em geral em razão da implantação (construção e atividade) desses megaempreendimentos (viários, portuários e de exploração do pré-sal) no litoral norte paulista. Os impactos socioambientais cumulativos só poderão ser percebidos a médio e longo prazo, apesar de serem decisivos para a manutenção do modo de vida dos povos e das comunidades tradicionais.

A dificuldade de participação desses povos e comunidades nos espaços de tomada de decisão, mas, principalmente, o apagamento dos impactos causados a eles nos documentos que deveriam propor medidas para mitigá-los, demonstra como a proteção de seus territórios depende também da conservação do entorno, isto é, de um posicionamento ativo dos municípios em prol da preservação dos modos de vida desses povos e comunidades.

Assim, aos municípios do litoral norte paulista restaria prezar por um desenvolvimento mais sustentável, avaliando de maneira crítica e global os investimentos propostos para a região, apostando na diversidade natural e na vocação conservacionista a fim de contribuir com a viabilidade da manutenção do estilo de vida dos povos e das comunidades tradicionais.

Referências

ADAMS, C. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem. *Rev. Antropologia*, [s. l.], v. 43, n. 1, p. 145-182, 2000. ISSN 0034-7701.

ARRUDA, K. E. C.; GARCIA, M. G. M.; LAMA, E. A. Inventário Geológico do Patrimônio Construído no Litoral Norte do Estado de São Paulo, Brasil. **Boletim Paranaense de Geociências**, Paraná, v. 73, n. 1, p. 15-33, 2017.

ATHAYDE, S.; LARREA-ALCÁZAR, D. M.; ARDAYA, Z. L.; NEVES, E.; ROSERO-PENÑA, M. C. Definição de Povos Indígenas e Comunidades Locais para o Painel de Ciência para a Amazônia. **Science Panel for the Amazon**, [s. l.], 2021.

BRASIL. **Decreto Nº 6.040–2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 5 out. 2023.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Gerência de Biodiversidade Aquática e Recurso Pesqueiro**. Panorama da conservação dos ecossistemas costeiros e marinhos no Brasil. Brasília: MMA/SBF/GBA, 2012.

BRASIL. **Resolução CONAMA Nº001/86**. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, p. 2548, 1986.

CARDOSO, B. B. V.; RICCI, F. O desenvolvimento tardio no Litoral Norte de São Paulo: influência da infra-estrutura de transporte – Século XVIII a 1960. **Revista Ciências Humanas – UNITAU**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 74-87, 2013.

CARMO, A. B. Governança e o licenciamento ambiental do porto de São Sebastião: da regularização à ampliação. In: SANTOS, C. R.; TURRA, A. **Rumos da sustentabilidade costeira**: uma visão do Litoral Norte Paulista. São Paulo: Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo, 2017. p. 386-414. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/AlexanderTurra/publication/321978478_Rumos_da_Sustentabilidade_Costeira_uma_visao_do_Litoral_Norte_paulista/links/5a3c1358a6fdcc21d877f3a3/Rumos-da-Sustentabilidade-Costeira-uma-visao-do-Litoral-Norte-paulista.pdf. Acesso em: 22 mar. 2022.

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. Apêndice A - Características do litoral de São Paulo. São Paulo: CETESB, 2020. Disponível em: <https://cetesb.sp.gov.br/praias/wp-content/uploads/sites/31/2021/06/Apendice-A-Balneabilidade-Praias-2020.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2022.

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. Qualidade das praias litorâneas no estado de São Paulo. São Paulo: CETESB, 2021. Disponível em: <https://cetesb.sp.gov.br/praias/wp-content/uploads/sites/31/2021/06/Relatorio-de-Qualidade-das-Praias-Litoraneas-no-Estado-de-Sao-Paulo-2020.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2022.

DIEGUES, A. C. O. Vale do Ribeira e Litoral de São Paulo: meio-ambiente, história e população. São Paulo: CENPEC, 2007. Disponível em: <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/cenpec.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2022.

EIJSEN, P.; JESUS, J. Resumos não técnicos. FASTIPS. **International Association for Impact Assessment**, [s. l.], v. 9, 2015.

INSTITUTO PÓLIS. Resumo executivo: dinâmicas regionais. São Paulo, 2013. Disponível em: <https://polis.org.br/wp-content/uploads/2020/03/Resumo-Executivo-DINAMICAS-REGIONAIS-Litoral-Sustentavel.pdf>. Acesso em: 5 out. 2023.

JOCA, P.; GARZÓN, B. R.; SILVA, L. A. L.; OLIVEIRA, R. M.; GRUPIONI, L. D. B. **Protocolos autônomos de consulta e consentimento**: um olhar sobre o Brasil, Belize, Canadá e Colômbia. São Paulo: Rede de Cooperação Amazônica, 2021.

MONTEIRO, P. O.; NAVARRO, F. C. S.; SIMÕES, E.; BUSSOLOTI, J. M. **Turismo de Base Comunitária e Plano de Negócios**. Uma experiência participativa em Comunidades Tradicionais. São Paulo: Páginas e Letras Editora Gráfica, 2015.

MORAES, L. O.; FABBRO NETO, F. Impactos gerados às populações locais tradicionais devido à implantação de obras viárias e portuárias no Litoral Norte - Sp. In: CONGRESSO DE DIVERSIDADES E QUESTÕES ETNICORRACIAIS, 2015, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: IFPA, 2015. Disponível em: <https://eventos.ifpa.edu.br/index.php/cndqet2015/CNDQET2015/paper/view/63>. Acesso em: 7 maio 2022.

MYERS, N.; MITTERMEIER, R. A.; MITTERMEIER, C. G.; FONSECA, G. A. B.; KENT, J. Biodiversity hotspots for conservation priorities. **Nature**, [s. l.], v. 403, p. 853-858, 2000.

POLETO, C. B.; POETA, C.; ISOLA, C.; FORMAGGIA, D. M. E.; ROCHA, G.; MILA-NELLI, J. C.; CARVALHO, J. F.; SALIMBENI, L. M.; VIANNA, L. P.; QUITÉRIO, L. A. D.; SANTOS, M. J.; MANCINI, R. M. O. M.; BUCHIANERI, V., **Curso d'água: Litoral Norte de São Paulo**. São Paulo: CETESB/SMA, 2009..

S.O.S. MATA ATLÂNTICA. A Mata Atlântica. Disponível em: <https://www.sosma.org.br/causas/mata-atlantica/> Acesso em: 29nov. 2023.

SANCHEZ, L. E. **Avaliação de impacto ambiental**: conceitos e métodos. 3. ed. São Paulo: Oficina de textos, 2020.

SANTOS, C. R.; TURRA, A. **Rumos da sustentabilidade costeira**: uma visão do Litoral Norte Paulista. São Paulo: Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Alexander-Turra/publication/321978478_Rumos_da_Sustentabilidade_Costeira_uma_visao_do_Litoral_Norte_paulista/links/5a3c1358a6fdcc21d877f3a3/Rumos-da-Sustentabilidade-Costeira-uma-visao-do-Litoral-Norte-paulista.pdf. Acesso em: 7 abr. 2022.

SÃO PAULO. Infraestrutura e Meio Ambiente: Gerenciamento Costeiro - Litoral Norte. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/gerco/litoral-norte/>. Acesso em: 7 abr. 2022.

TEIXEIRA, L. R. **Megaempreendimentos no Litoral Norte Paulista**: O papel dos grandes empreendimentos de infraestrutura na transformação regional. 2013. Tese (Doutorado em Filosofia) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/teses/leonardoteixeira.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2022.

UNESCO. **Atlantic Forest South-East Reserves**. Brasil, 1999. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/list/893>. Acesso em: 7 abr. 2022.

UTSUNOMIYA, R. **Impactos Sociais e Efeitos Cumulativos decorrentes de grandes projetos de desenvolvimento**: Aplicação de Rede de Impactos e Sobreposição de Mapas em

estudo de caso para o Litoral Norte Paulista. 2014. Dissertação (Mestrado em Engenharia) — Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2014. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18139/tde-25082014-083805/publico/DissertacaoRenataUtsunomiya.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2022.

CAPÍTULO V

Mapeamento da infraestrutura do Quilombo da Caçandoca, Ubatuba-SP

Laura Cerruti¹³

Bruno Fiszuk Borges¹⁴

Francisco Fabbro Neto¹⁵

O território e suas peculiaridades

A zona costeira brasileira possui mais de 8.000 km de extensão, abrangendo 17 estados e totalizando 3% da área total do território nacional (Andrade; Santiago, 2020). Em razão da intensa exploração do ecossistema e dos recursos naturais, as zonas costeiras vêm atraindo os olhares do poder público (MMA *et al.*, 2020). Essas regiões abrigam cerca de 25% da população e são consideradas áreas fragilizadas pela gestão, em razão da alta exploração e do uso desorganizado do solo ocasionado pelo intenso processo de urbanização (Nicolodi, 2017).

O município de Ubatuba, localizado no litoral norte de São Paulo, é uma região de forte interesse turístico por apresentar mais de uma centena de praias e pela preservação da Mata Atlântica (Poletto *et al.*, 2009). Na região atualmente existem diversos povos e comunidades tradicionais, como quilombolas, indígenas e caiçaras. Dentre as comunidades quilombolas existentes estão o Quilombo da Caçandoca, Quilom-

13 Engenheira Civil formada pelo IFSP Caraguatatuba. Contato: cerrutilaura1@gmail.com.

14 Engenheiro Civil formado pelo IFSP Caraguatatuba.

15 Prof. Dr. do IFSP Caraguatatuba, área Construção Civil.

bo da Fazenda, Quilombo Sertão de Itamambuca e Quilombo Cambury (Polis, 2012; Monteiro *et al.*, 2015).

Entre 1960 e 1970, os moradores do Quilombo da Caçandoca passaram a enfrentar problemas relacionados à posse do território, inicialmente devido à construção de empreendimentos imobiliários de alto padrão para casas de veraneio e, depois, pela construção da Rodovia Rio-Santos/BR-101, que ocasionou forte especulação imobiliária. Grande parte da população caiçara perdeu suas terras para os especuladores imobiliários, inclusive os moradores da Caçandoca (Costa, 2016).

No ano 1998, foi fundada a Associação da Comunidade dos Remanescentes do Quilombo da Caçandoca, conseguindo contato com a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), que iniciou o processo de reconhecimento histórico das comunidades tradicionais. Em 2000, foi publicado o Relatório Técnico-Científico identificando a área de 890 hectares como território da comunidade (Costa, 2016). Em 2003, foi publicado o Decreto Federal nº 4887 (Brasil, 2003), que prevê a desapropriação de terras por interesse social.

Em 2006 a Presidência da República desapropriou terras e as atribuiu para a comunidade da Caçandoca, sendo este o primeiro quilombo no Brasil a ter seu território reconhecido pelo referido Decreto (Costa, 2016). Atualmente estão em posse dos quilombolas 410 dos 890 hectares citados, aguardando ações do poder público para finalização da regularização territorial (Costa, 2016). O reconhecimento legal do território atraiu de volta quilombolas que haviam deixado a área para viver em outras cidades, promovendo o crescimento populacional do quilombo.

A taxa geométrica de crescimento anual da população do município de Ubatuba em 2020 foi de 1,23%, enquanto a taxa no estado de São Paulo foi de 0,80%, segundo o Seade (2020). Tomando-se por base esse elevado crescimento populacional em Ubatuba, acompanhado do crescente aumento da ocupação do Quilombo da Caçandoca, faz-se necessária a realização de um mapeamento da situação atual. Tal levantamento contempla aspectos de extensão territorial, número de casas, uso e ocupação do solo, disponibilidade de energia elétrica e as técnicas construtivas adotadas. Por meio desse mapeamento, a comunidade poderá traçar diretrizes em relação ao uso e à ocupação do solo bem como o controle sobre as

técnicas construtivas utilizadas, a fim de que o aumento populacional não descaracterize o quilombo e respeite as leis incidentes na área em questão.

Motivação

Em 1981 foi instituída a Política Nacional de Meio Ambiente, Lei Federal nº 6.938, com o objetivo de preservar e melhorar a qualidade ambiental propícia à vida (Brasil, 1981). Desde então, alguns instrumentos estão sendo utilizados, como o zoneamento ambiental (Santos, 2010).

Baseado nos problemas ocasionados pelo crescimento populacional desordenado, a Lei nº 6.938/81 e o Decreto Federal nº 4.297/02 preveem o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), que tem como objetivo organizar o crescimento socioeconômico e os integrantes ambientais de cada estado, orientando as atividades produtivas de forma que estas não afetem as delimitações mais vulneráveis (São Paulo, 2022). Além disso, o ZEE busca considerar as fragilidades dos ecossistemas, visando o crescimento econômico de forma sustentável (Vagula *et al.*, 2021).

Por sua vez, o relatório final de avaliação de ZEE das regiões costeiras do Brasil indica que o estado de São Paulo apresenta conflitos desde o planejamento até a implementação do ZEE, ocasionando problemas na credibilidade e na eficiência do zoneamento realizado pelo estado. Pode-se citar como principais causas por conflitos territoriais no setor econômico: energia, aquicultura, mineração, turismo, indústria, pesca, porto, áreas especiais e expansão urbana. Dentre essas áreas, estão presentes no Quilombo da Caçandoca dois setores que causam mais conflitos, turismo e pesca, além das áreas especiais protegidas como Unidades de Conservação (MMA *et al.*, 2020).

Nesse contexto, uma das alternativas para o ordenamento territorial do Quilombo da Caçandoca seria o ZEE da área, de maneira que os membros da comunidade possam protagonizar o processo de elaboração. O controle da zona costeira por meio de zoneamento foi instituído pela Lei nº 7.661/1988 (Brasil, 1988), que considera Zonas Costeiras espaços com interação do ar, do mar e da terra, incluindo os recursos disponíveis. A realização do zoneamento inicia-se a partir da identificação dos problemas decorrentes da ocupação do território, relacionando os meios

socioeconômicos, jurídico-institucional e físico-biótico na elaboração de condutas legais para as delimitações territoriais e ações corretivas para possíveis impactos ambientais (Brasil, 1988).

Segundo o artigo 9º do Decreto Federal nº 5.300 de 2004, o ZEE deverá ser elaborado de forma participativa. Nesse sentido, um conceito importante a ser incorporado é o etnodesenvolvimento, que propõe que o desenvolvimento deve ser definido de acordo com cada contexto cultural existente, proporcionando à comunidade o direito de decisão sobre o uso dos recursos e o futuro da comunidade, questões que muitas vezes entram em conflito com o desenvolvimento econômico atual. Sendo assim, os governantes devem agir de maneira correta com a comunidade, proporcionando o direito à consulta e informação antes da aprovação de projetos que influenciem nos recursos ou no território (Hanna; Vanclay, 2013).

O Projeto de Decreto Legislativo Federal nº 34/93 validou a publicação da Convenção nº 169, redigido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), que faz referência aos povos indígenas e às comunidades tradicionais, e foi sancionado pelo Decreto Legislativo Federal nº 143 de 20/06/2002 no Brasil. Os artigos 6, 14 e 15 da Convenção OIT nº 169 destacam o direito de participação e consulta dos indígenas e quilombolas na gestão, no uso e na conservação dos territórios, além de prever a proteção contra remoção ou despejo do território tradicional e indenização por possíveis danos (Instituto Sócio-ambiental, 2021).

Na etapa de realização do diagnóstico, é indicado o apoio por instituições de ensino, a fim de que envolvam a participação direta dos moradores locais. O objetivo é levar em conta as considerações feitas por eles, proporcionando um espaço participativo, relacionado a atividades e interesses existentes no território costeiro, o que permite a ascensão no tratamento dos fatores sociais como protagonistas (MMA *et al.*, 2020).

Assim como a participação da comunidade, também é importante que os quilombolas estejam cientes das restrições legais implementadas para que não sejam criminalizados ou punidos sem conhecimento do que foi imposto, evitando conflitos com o ZEE do litoral norte do estado de São Paulo. Não raro, o descompasso entre os dispositivos legais e a demanda das comunidades rurais propicia infrações ambientais, difi-

cultando o acesso às linhas de financiamento disponíveis para tais comunidades (Fabbro Neto *et al.*, 2009).

A alternativa proposta para o Quilombo da Caçandoca consiste na delimitação de alguns setores territoriais com suas atividades e usos, visto que o município de Ubatuba está retomando a elaboração de seu Plano Diretor (Prefeitura Municipal de Ubatuba, 2021), estando em vigência a Lei Municipal nº 711 de 1984, que dispõe sobre o uso e a ocupação do solo do município (Ubatuba, 1984). Essa alternativa proporcionará informações para um futuro ZEE do quilombo, algo de extrema relevância para a comunidade por prezar pelo desenvolvimento sustentável, harmonizando o crescimento socioeconômico com a conservação ambiental, além da conciliação com as diretrizes do ZEE como técnica de apoio relacionadas a ações de licenciamento, monitoramento e fiscalização ambiental (Sema, 2021).

Metodologia

Inicialmente o trabalho foi realizado em forma de projeto de extensão, sendo adaptado em função da pandemia do coronavírus. Foi executado em sete etapas: etapa A, revisão bibliográfica sobre o ZEE; etapa B, revisão bibliográfica sobre a dificuldade na implementação do ZEE no estado de São Paulo; etapa C, revisão bibliográfica sobre populações tradicionais, histórico de ocupação do Quilombo da Caçandoca e expansão urbana de Ubatuba; etapa D, cinco reuniões com a Associação de Remanescentes de Quilombo da Caçandoca para a discussão dos principais problemas encontrados na comunidade e consulta sobre a possibilidade da realização do ZEE na Caçandoca; etapa E, visita e coleta de dados *in loco* junto da comunidade para a realização do diagnóstico; etapa F, realização dos mapas da infraestrutura disponível; e etapa G, devolutiva dos mapas e informações presentes no trabalho para a comunidade, seguida das alterações propostas por eles.

O protocolo de consulta, previsto no artigo 6º da Convenção nº 169 (AMPQUA, 2017), apesar de não estar formalmente instituído no Quilombo da Caçandoca, foi aplicado, desde a apresentação do projeto, por meio de reuniões, em dezembro de 2019, com a Associação de Rema-

nescentes de Quilombo da Caçandoca, até a visitação *in loco* guiada por um representante local escolhido pelos quilombolas, em agosto de 2020. As reuniões contaram com a presença de diversos moradores locais, como previsto no artigo nº 15 da Convenção OIT nº 169, que diz que os povos têm direito a fazer parte da administração, utilização e conservação dos recursos (Organização Internacional do Trabalho, 2021), possibilitando que sejam mostradas as principais dificuldades encontradas por eles na comunidade. Além desse contato com os moradores, durante a visita *in loco* houve momentos de rodas de conversa com os quilombolas, que fizeram considerações levadas em conta durante a execução do trabalho.

Para a coleta de dados, foram utilizados, em cada uma das edificações, os critérios de abastecimento elétrico, uso do solo e método construtivo. Tais critérios foram selecionados durante o trabalho de extensão, contexto em que seria realizado um canteiro-escola de técnicas construtivas de baixo custo, envolvendo mutirão com membros da comunidade quilombola e alunos de engenharia civil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), campus Caraguatatuba. Entretanto, o isolamento social provocado pela pandemia impossibilitou a realização dos mutirões de construção. Assim, o projeto foi adaptado para o mapeamento da infraestrutura disponível. Foram consideradas 141 edificações totais, sendo 22 no setor do Sertão, 59 na Estrada Benedita Luiza (acesso à praia da Caçandoca) e 60 nas redondezas da praia da Caçandoca.

Resultados obtidos

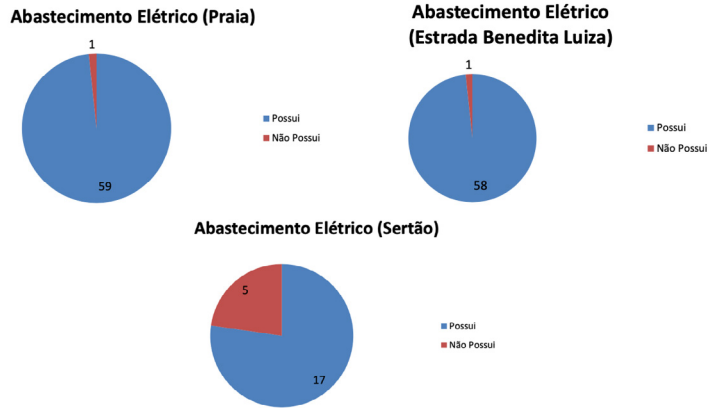
Dentro da área total do quilombo, foram selecionados três setores mais densamente povoados do Quilombo da Caçandoca. O primeiro, nomeado como praia da Caçandoca (setor 1); o central, como Estrada Benedita Luiza (setor 2); e o Sertão, mais distante da praia (setor 3). Em cada um dos setores, foram estudadas as edificações de acordo com a disponibilidade de energia elétrica, o tipo de uso e o método construtivo utilizado.

Analisando a disponibilidade de energia elétrica foi possível concluir que nem todas as edificações nos setores analisados possuem abastecimento elétrico, e que o setor de sertão é o que possui o maior déficit.

O segundo estudo analisou o uso de cada uma das edificações existentes no quilombo, divididas em residencial, comercial/serviços, institucional e misto. Na análise de situação de uso das edificações, é possível concluir que a predominância de uso das edificações no setor da praia é residencial, com destaque para um número significativo de edificações destinadas ao uso comercial e de serviços, além do uso institucional e misto. Diferente do sertão, que consiste em um setor totalmente residencial, no setor da estrada é possível notar a presença de edificações institucionais em meio à predominância residencial.

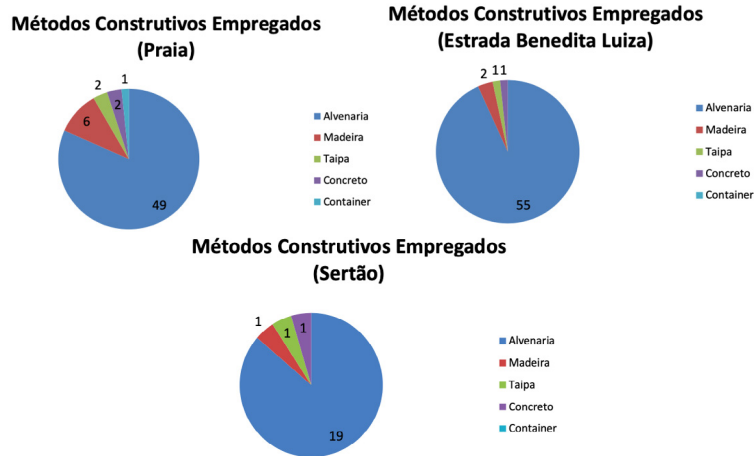
O último estudo teve como referência os métodos construtivos utilizados em cada uma das edificações, sendo eles alvenaria, madeira, taipa-de-mão, concreto pré-moldado e metálico (contêiner). Analisando o local, pode-se perceber a predominância de alvenaria como método construtivo nas edificações. Há a presença, também, de taipa-de-mão nas três situações, e o uso unitário de contêiner metálico no setor da praia. Foram confeccionados gráficos para facilitar a compreensão de todos os mapeamentos apresentados e melhorar a discussão dos resultados obtidos.

Gráfico 1, 2 e 3 — Abastecimento elétrico no setor da praia da Caçandoca com 60 unidades, Estrada Benedita Luiza com 59 unidades e de Sertão com 22 unidades respectivamente



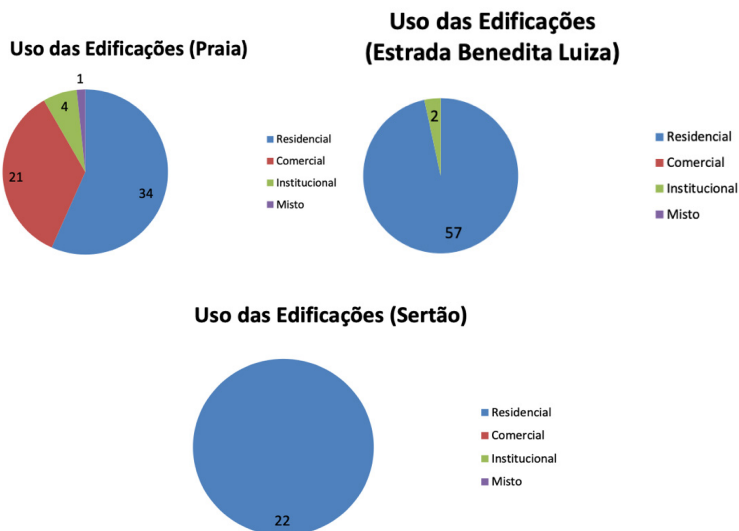
Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Gráfico 4, 5 e 6 — Métodos construtivos empregados nas edificações presentes na praia da Caçandoca, Estrada Benedita Luiza e Sertão respectivamente



Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Gráfico 7, 8 e 9 — Uso e ocupação do solo na praia da Caçandoca, Estrada Benedita Luiza e Sertão respectivamente



Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

No setor da praia da Caçandoca, percebe-se que a predominância do uso é residencial, seguido por edificações destinadas ao uso comercial e de serviços e, por último, institucional e misto. O abastecimento elétrico atinge quase todas as edificações, e os métodos construtivos são um pouco mais variados, seguindo a predominância da alvenaria, mas também com edificações em madeira. Nesse setor, é possível observar a maior concentração do uso destinado a comércio e serviços, em virtude dos quiosques que beiram a orla da praia para atender ao público turístico que frequenta a praia da Caçandoca, principalmente na época da temporada de verão, sendo uma importante fonte de renda para a comunidade. O uso da madeira nos quiosques pode ser explicado pelo baixo custo e a rapidez durante a construção. As outras técnicas construtivas mostram a ocupação mais recente da região por causa da maior procura turística dos últimos anos, incentivando cada vez mais a prestação de serviços pelos moradores.

No setor ao redor da Estrada Benedita Luiza, pode-se ver que o contraste da falta de abastecimento elétrico é bem menor quando comparado ao sertão. O uso das edificações segue na maioria o padrão residencial, com pontos institucionais e predominância de alvenaria como método construtivo, com algumas edificações de madeira, concreto pré-moldado e taipa de mão. Nesse setor, o número de edificações é elevado (59), quase igual ao número de edificações presentes no setor da praia (60). Porém, pôde-se observar durante visita *in loco* que algumas edificações são mais recentes. Por ser uma área muito utilizada por moradores e turistas, a maioria apresenta disponibilidade de energia elétrica.

Por fim, no último setor analisado, o Sertão, é possível observar a partir dos gráficos que este é totalmente residencial, com falta de abastecimento elétrico em locais pontuais, e o método construtivo de predominância é o de alvenaria, apesar de também apresentar edificações de madeira, taipa de mão e concreto pré-moldado.

Ao analisar os três setores mapeados, é possível visualizar que o setor do Sertão é o mais antigo do território quilombola, possuindo número inferior de edificações (22) comparado aos outros setores e, aparentemente, com predominância de edificações mais antigas. Os dados obtidos nessa região durante o mapeamento apresentam relação direta com o fato de ser a área mais afastada da praia e ser de difícil acesso, onde residem alguns dos moradores mais antigos da comunidade. É possível visualizar o uso da taipa de mão, considerada pelos moradores o método construtivo tradicional dos quilombolas.

Os mapas realizados foram entregues no Quilombo da Caçandoca, em julho de 2021, para serem avaliados e corrigidos pelos moradores. Além disso, as discussões sobre as informações presentes no trabalho ocorreram em setembro e outubro de 2021, sendo incorporadas ao longo do texto para estarem em conformidade com as informações cedidas e vivenciadas pelos quilombolas.

Conclusão

Por meio do estudo realizado, foi possível notar a importância do mapeamento da comunidade para os moradores da região para gerenciar o uso e a ocupação do solo, bem como a preservação das áreas representativas da comunidade, como a praia e o manguezal adjacentes.

Os dados coletados, o mapeamento do território e as análises realizadas foram levadas para a comunidade da Caçandoca, estando disponíveis durante as discussões para iniciar o processo de ZEE do quilombo, coerentemente com o previsto pela Lei nº 7.661/1988, que afirma que a identificação e discussão dos problemas decorrentes da ocupação são as etapas iniciais do zoneamento (Brasil, 1988).

É importante ressaltar que a protagonização dos moradores durante a etapa de diagnóstico, que remete à consulta livre, prévia e informada prevista no artigo nº 15 da Convenção OIT nº 169, pode diminuir os conflitos territoriais entre os quilombolas, o poder público e a iniciativa privada, embates estes que ocorrem desde 1960 nesse território (Costa, 2016), além de promover um espaço mais representativo e informado, desafio encontrado no processo de elaboração do ZEE (Itani; Zuquim, 2021).

Referências

ANDRADE, Jaqueline; SANTIAGO, Alina. O zoneamento ecológico econômico costeiro e os desafios da gestão integrada. *Revista Gestão e Planejamento*, Salvador, 2020, v. 21, p. 438-455, 2020.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E PRODUTORES DE ABACATAL E AURÁ - AMPQUA (PA). **Protocolo de consulta:** Quilombolas de Abacatal/Aurá. [S. l.: s. n.], 2017. 12 p.

BRASIL. **Decreto nº 4.887 de 2003.** Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, DF: Presidência da República, 2003.

BRASIL. **Decreto nº 5.051 de 2004.** Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Brasília, DF: Presidência da República, 2004.

BRASIL. **Decreto nº 5.300 de 2004.** Regulamenta a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC, dispõe sobre regras de uso e ocupação da zona costeira e estabelece critérios de gestão da orla marítima, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2004.

BRASIL. **Lei no. 6.938 de 1981.** Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília: DF, Presidência da República, 1981.

BRASIL. **Lei nº 7.661 de 1988.** Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

CEARÁ. Secretaria do Meio Ambiente. **Zoneamento ecológico-econômico da zona costeira (ZEEC).** Ceará: SEMA, [202-?]. Disponível em: <https://www.sema.ce.gov.br/gerenciamento-costeiro/zoneamento-ecologico-economico-da-zona-costeira-zeec/>. Acesso em: 30 mar. 2021.

COSTA, A. C. E. **Comunidade Quilombola Caçandoca.** Belo Horizonte: FAFICH, 2016.

FABBRO NETO, F.; SANTOS, M. R. R.; SOUZA, M. P. Licenciamento Ambiental e os assentamentos da reforma agrária. *In*: VI CONGRESSO DE MEIO AMBIENTE DA ASSOCIAÇÃO DE UNIVERSIDADES GRUPO DE MONTEVIDÉU, 2009, São Carlos. **Anais [...]**. São Carlos: UFSCar, v. 5, p. 1-15, 2009.

HANNA, P.; VANCLAY, F. Human rights, Indigenous people and the concept of Free, Prior and Informed Consent. **Taylor & Francis Online**, [s. l.], 2013. DOI: 10.1080/14615517.2013.780373. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14615517.2013.780373>. Acesso em: 30 mar. 2021.

INSTITUTO SÓCIO-AMBIENTAL. **Convenção OIT sobre Povos Indígenas e Tribais em países independentes n° 169**. Brasília, DF: ISA, 2021. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Conven%C3%A7%C3%A3o_OIT_sobre_Povos_Ind%C3%ADgenas_e_Tribais_em_pa%C3%ADses_independentes_n%C2%BA._169#:~:text=pa%C3%ADses%20independentes%20n%C2%BA.-,169,direitos%20econ%C3%B4micos%2C%20sociais%20e%20culturais. Acesso em: 30 mar. 2021.

ITANI, M.; ZUQUIM, M. I. Zoneamento Ecológico-Econômico e territorialidades: um estudo de caso no Litoral Norte paulista. **Confins**, São Paulo, 2021. DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.35924>. Acesso em: 7 jun. 2022.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente; Universidade Federal do Rio Grande; Universidade Federal do Vale do Itajaí; Universidade de São Paulo. **Avaliação dos Zoneamentos Ecológico-Econômicos Costeiros elaborados no Brasil**. GAIGERCO, [s. l.], p. 1-182, 2020.

MONTEIRO, O. P.; NAVARRO, F. C. S.; SIMÕES, E.; BUSSOLOTI, J. M. **Turismo de Base Comunitária e Planos de Negócios**: uma experiência participativa com comunidades tradicionais. Ubatuba: Instituto Cunhambebe, 2015.

NICOLODI, J. L.; ASMUS, M. L.; TURRA, A.; POLETTE, M. Avaliação dos Zoneamentos Ecológico-Econômicos Costeiros (ZEEC) do Brasil: proposta metodológica. **DeMA**, [s. l.], p. 1-27, 2017.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção nº 169: Sobre Povos Indígenas e Tribais**. Brasília, DF: OIT, 2004. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/convencoes/WCMS_236247/lang--pt/index.htm. Acesso em: 30 mar. 2021.

SÃO PAULO (Estado). SEADE. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados Estatísticos. **Perfil dos municípios paulistas**. Disponível em: <https://perfil.seade.gov.br/>. Acesso em: 8 out. 2020.

POLETTTO, C. B.; POETA, C.; ISOLA, C.; FORMAGGIA, D. M. E.; ROCHA, G.; MILANELLI, J. C.; CARVALHO, J. F.; SALIMBENI, L. M.; VIANNA, L. P.; QUITÉRIO, L. A. D.; SANTOS, M. J.; MANCINI, R. M. O. M.; BUCHIANERI, V. J. **Curso d'água: Litoral Norte de São Paulo**. São Paulo: CETESB/SMA, 2009.

POLIS. **Resumo Executivo de Ubatuba**. Ubatuba: Instituto Pólis, p. 1-44, 2012.

SANTOS, M. R. R. **Critérios para análise do zoneamento ambiental como instrumento de planejamento e ordenação territorial**. 2010. 144 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Engenharia Ambiental) — Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SÃO PAULO. **Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.infraestrutura meioambiente.sp.gov.br/portalzee/>. Acesso em: 30 mar. 2022.

UBATUBA (Município). **Lei nº 711 de 1984**. Dispõe sobre o Plano Diretor Físico do Município: o Sistema Viário, o Zoneamento, o Parcelamento, o Uso e Ocupação de Território do Município da Estância Balneária de Ubatuba. Ubatuba: Câmara Municipal, 1984.

UBATUBA (Município). **Ubatuba retoma revisão do Plano Diretor após paralisação em decorrência da pandemia**. Ubatuba: Prefeitura Municipal de Ubatuba, 2021. Disponível em: <https://www.ubatuba.sp.gov.br/noticias/retomadapd/>. Acesso em: 31 jan. 2022.

VAGULA, P. R.; ULIANA, M. R.; ARANA, A. R. A. Panorama do Zoneamento Ecológico-Econômico no Brasil. **Geopauta**, Bahia, v. 5, n. 2, p. e8431, 2021. DOI: 10.22481/rg.v5i2.2021.e8431. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/geo/article/view/8431>. Acesso em: 5 jun. 2023.



Olhar profissional

Na seção anterior foram apresentados os conflitos que os povos e as comunidades tradicionais do litoral norte paulista enfrentam em vista do desenvolvimento da infraestrutura, especialmente relativos aos setores de energia e transporte. É possível identificar que as pressões exercidas pelo desenvolvimento são sentidas dentro e fora dos territórios tradicionais. No lado de fora, os empreendimentos que buscam ampliar a infraestrutura de transporte para escoar a produção de petróleo das camadas pré-sal passam por licenciamento ambiental. Apesar da previsão legal, os Rimas não apresentam linguagem acessível aos povos e às comunidades tradicionais.

A ampliação do sistema viário, por sua vez, contribui para o aumento do fluxo dos turistas, afetando a economia local de forma direta. Dentro do Quilombo da Caçandoca, fica nítido o aumento de edificações nas áreas próximas à praia e à estrada de acesso. Não apenas é aumentado o número de edificações, como estas também possuem técnicas construtivas diferentes daquelas consideradas tradicionais pelos quilombolas: a taipa de mão, existentes em maior número no setor do sertão.

O avanço da infraestrutura e, conseqüentemente, o incremento da economia proveniente do turismo podem trazer conseqüências negativas para os povos e as comunidades tradicionais. Nesse sentido, é importante haver um planejamento da própria comunidade para lidar com os novos vetores de crescimento.

Para que o turismo não seja uma atividade predatória, colocando em risco a qualidade ambiental e a preservação dos territórios tradicionais, a próxima seção apresentará o turismo de base comunitária como alternativa econômica para aliar as demandas de desenvolvimento com a geração de renda integrada à preservação da cultura dos povos e das comunidades tradicionais.

CAPÍTULO VI

Projeto de turismo de base comunitária na praia do Bonete, Ilhabela - SP

Mariane Carla Checon Salvador¹⁶

Roberta Pedroso¹⁷

Fátima Bezerra Bastos¹⁸

A praia do Bonete fica localizada em uma área de difícil acesso no município arquipélago de Ilhabela, no litoral norte paulista, área do entorno do Parque Estadual de Ilhabela. Nessa localidade vive uma comunidade de pescadores e produtores de canoa de voga, público-alvo do “Projeto de turismo de base comunitária na praia do Bonete, Ilhabela-SP”.

O projeto foi iniciado em 2009 e promovido pelo Centro de Experimentação em Desenvolvimento Sustentável do Litoral Norte de São Paulo (CEDS/LN), por meio de um convênio entre Unisantos, ONGs ambientalistas da Rede de Entidades Ambientalistas do Litoral Norte Paulista (ReaLNorte) e Petrobrás, com apoio do Instituto Costa Brasilis.

Este projeto teve como objetivo desenvolver um modelo alternativo de desenvolvimento turístico no litoral norte, orientado pelos princípios da economia solidária, valorizando a cultura tradicional, fazendo do turismo de base comunitária uma estratégia de conservação ambiental, fortalecimento comunitário e fonte de renda. Através das Oficinas de Planejamento Participativo foram realizados o levantamento da oferta turística, a elaboração de um produto turístico de

16 Guia de turismo, consultora de projetos de desenvolvimento local e empreendedora na área de ecoturismo. Especialista em Educação Ambiental. Contato: mariane.checon@gmail.com.

17 Mestre e Docente em Turismo desde 2000.

18 Guia de turismo. Especialista em Planejamento e Marketing de Destinos e Produtos Turísticos.

base comunitária, e a consolidação de um roteiro de visitação gerido pela comunidade (Salvador; Pedroso; Bastos, 2013, p. 1053-1054).

A princípio foi feito um mapeamento das comunidades tradicionais do litoral norte paulista. Além do levantamento de dados secundários, foi feita observação in loco por meio de visitas, e a comunidade do Bonete foi escolhida após a sistematização dos dados coletados.

Antes de apresentarmos o desenvolvimento do projeto na comunidade público-alvo deste trabalho, é importante refletirmos sobre o conceito de turismo de base comunitária (TBC) e a importância desse modelo de desenvolvimento turístico para a sustentabilidade da atividade turística nessa localidade.

Conforme levantamento e análise realizados por Uyeti e Di Nápoli (2021), o TBC contribui para as dimensões da sustentabilidade, cujos benefícios e avanços dentro e no entorno de Unidades de Conservação acontecem quando as comunidades e iniciativas são fortalecidas por meio de redes de TBC, organização interna ou com a gestão pública mais acessível, que presta maior comunicação ou suporte.

Segundo Pigato e Pereira (2020), o TBC não é considerado uma tipologia do turismo convencional, mas sim uma alternativa diferente, com ideias e princípios que visam a equidade social, protagonizando a comunidade local que será a maior influenciada pelo processo turístico.

Buck (2020) verificou que o TBC apresenta-se como uma proposta alternativa e de contestação ao turismo de massa, não como um substituto a ele, mas como uma nova maneira de se fazer turismo. Mais do que uma atividade, representa uma prática social em razão de sua natureza multidimensional e complexa, que tem o potencial de influenciar diretamente o modo de vida e o trabalho das populações visitadas.

Atualmente presencia-se um significativo avanço de atividades turísticas em comunidades de diferentes conformações. Estas iniciativas se apresentam de inúmeras formas, considerando a diversidade e a complexidade das realidades locais. No entanto, percebe-se, como um elemento comum, a interpretação da comunidade como sujeito de seu próprio avanço, participando da concepção, desenvolvimento e gestão do turismo. Para tais experiências têm-se atribuído genericamente o título de turismo de base comunitária – TBC ou turismo comunitário (LTDS, 2011 *apud* Fabrino, 2013, p. 17).

Para fomentar a reflexão a respeito do conceito de TBC, citaremos o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio).

Turismo de base comunitária é um modelo de gestão da visitação protagonizado pela comunidade, gerando benefícios coletivos, promovendo a vivência intercultural, a qualidade de vida, a valorização da história e da cultura dessas populações, bem como a utilização sustentável para fins recreativos e educativos, dos recursos da Unidade de Conservação (ICMBIO, 2018, p. 20).

É importante destacarmos alguns dos princípios comuns entre as experiências que podemos identificar como TBC, conforme a citação a seguir.

A falta de consenso no campo conceitual do turismo comunitário, segundo o Ministério do Turismo - MTur (Brasil, 2010), resulta da heterogeneidade das experiências, da origem do território e da perspectiva política da organização não governamental (ONG), responsável por organizar e viabilizar a experiência. Todavia, o MTur (Brasil, 2010) traça como princípios comuns entre as diversas definições: a autogestão; o associativismo e cooperativismo; a democratização de oportunidades e benefícios; a centralidade da colaboração, parceria e participação; a valorização da cultura local e, principalmente, o protagonismo das comunidades locais na gestão da atividade e/ou na oferta de bens e serviços turísticos, visando à apropriação por parte destas dos benefícios advindos do desenvolvimento da atividade turística (Brasil, 2010 *apud* Fabrino, 2013, p. 18).

O protagonismo da comunidade normalmente atua de forma positiva em prol da sustentabilidade da atividade turística nessas localidades, já que em outros modelos de desenvolvimento turístico muitas vezes há a “presença de grandes empreendedores, que exploram determinada localidade até o esgotamento de sua atratividade, fazendo com que o local atinja seu declínio e depois passam a explorar outro destino” (Salvador *et al.*, 2013, p. 1054).

A comunidade não quer degradar o ambiente onde vive, local onde irá criar seus filhos. A sua relação de interdependência com os recursos é mais respeitosa que para o empresário que só visa lucros a curto prazo e normalmente não reside na destinação, deixando de divulgar o atrativo, quando este não lhe for mais lucrativo (Salvador *et al.*, 2013, p. 1054).

Diagnóstico de turismo de base comunitária: litoral norte de São Paulo

Antes da escolha da comunidade do Bonete, em Ilhabela (SP), para a realização das oficinas para o planejamento do turismo de forma participativa, foi realizado um mapeamento das comunidades tradicionais do litoral norte paulista.

O projeto teve início em setembro de 2009 e foram realizadas visitas em dez comunidades tradicionais do litoral norte paulista: comunidade caiçara da Barra Seca (Ubatuba); comunidade caiçara do Bonete (Ilhabela); Quilombo da Caçandoca (Ubatuba); comunidade caiçara da praia da Cocanha (Caraguatatuba); comunidade caiçara de Picinguaba (Ubatuba); comunidade caiçara do Porto Novo (Caraguatatuba); comunidade caiçara da praia da Almada (Ubatuba); Quilombo da Fazenda (Ubatuba); Quilombo do Cambury (Ubatuba) e comunidade caiçara do Bairro São Francisco (São Sebastião).

Para a escolha da comunidade onde as oficinas seriam realizadas, foi feito um trabalho de campo em que se considerou os seguintes critérios: caracterização da comunidade; organização comunitária; centro comunitário; atividades desenvolvidas; projetos de turismo em andamento; apoio institucional; acesso; infraestrutura turística; infraestrutura básica e interesse no projeto.

Cada comunidade recebeu uma pontuação, conforme a presença e ausência dos critérios acima citados. A comunidade tradicional do Bonete, em Ilhabela, foi a que apresentou maior pontuação e, por isso, foi contemplada para fazer o chamado Planejamento Participativo.

Planejamento Participativo de TBC na praia do Bonete de Ilhabela (SP)

Foram realizadas oito oficinas: Construção de conceitos; Levantamento da oferta turística; Identificação de nossos valores; Elaboração de produto de TBC; Elaboração de roteiro; Bom atendimento no

turismo; Dicas para um bom condutor de turismo; e Consolidação de um roteiro para o Bonete.

I. *Oficina de Construção de conceitos*

Na primeira oficina realizada, foram construídos coletivamente os conceitos para as palavras: “comunidade”, “tradição”, “turismo” e “turismo de base comunitária”.

Os resultados foram os seguintes.

- Comunidade: “um grupo de pessoas que vive em um mesmo local (bairro)”; “é sempre viver em grupo, um grupo comum”; “onde todos se conhecem”; “pessoas que se identificam”; “solidariedade”; “participação”; “responsabilidade coletiva para tornar a vida melhor”.
- Tradição: “o que é passado de geração para geração”; “manter coisas antigas”; “forma de manter sua cultura”. Exemplos de tradição: “fazer canoa, remo, farinha de mandioca, rede, pescaria, comida caçara, buscar lenha”.
- Turismo, na visão do turista e da comunidade. Para o turista: “preservar a natureza”; “conhecer lugares diferentes”; “chegar em um lugar e ser bem atendido”; “conservar o local”; “opções de esporte e lazer, segurança, opções de alimentação e estadia, pontos turísticos”; Para a comunidade: “meio que gera trabalho, viagem, pesca etc. Para quem tem *camping* gera dinheiro de acampamento, comida, convive melhor com as pessoas, amizade, aluguel de casa, quartos, pousada, melhor qualidade de vida, quer ser respeitada”.
- Turismo de base comunitária: “traz benefícios para a comunidade”; “união/oportunidade para todos”; “gera emprego para a comunidade”; “o turista vem visitar a comunidade para ver o seu modo de vida”; “é o turismo voltado para as tradições da comunidade”; “interação dos turistas com a comunidade”; “o turista comunitário é o que se integra com a comunidade e suas belezas naturais”; “há distribuição de renda”.

Ao final, as frases construídas pelos participantes da oficina foram comparadas aos princípios do Turismo Responsável proposto pelo Manual de Ecoturismo de Base Comunitária (WWF, 2003):

O turismo deve ser parte de um desenvolvimento sustentável amplo e de suporte para a conservação;
O turismo deve usar os recursos naturais de modo sustentável;
O turismo deve eliminar o consumo insustentável e minimizar a poluição e o desperdício;
O turismo deve respeitar as culturas locais e prover benefícios e oportunidades para as comunidades locais (WWF, 2003, p. 24-25).

II. *Oficina de Levantamento da oferta turística*

Oferta turística pode ser entendida como bens e serviços oriundos da estrutura de atrativos, utilidade pública, geral e turística de uma localidade que, combinados de diferentes maneiras, permitem formar produtos turísticos (Balanzá; Nadal, 2003).

Para a oficina de levantamento da oferta turística de forma participativa na comunidade do Bonete, inicialmente foram apresentados os conceitos dos componentes da oferta turística (recurso turístico, atrativo turístico, equipamento turístico, equipamento de apoio, serviço turístico e serviço de apoio). Em seguida, os participantes da oficina identificaram os componentes da oferta turística da praia do Bonete.

Recursos turísticos levantados junto à comunidade do Bonete:

- Culturais: casa da farinha/produção de farinha de mandioca; peixe seco; cultivo de alimentos; artesanato; pescarias; confecção de canoas; confecção de rede de pesca; confecção de peneira, tipiti, chapéu, balão; fabricação de remos; caminho do Estevão;
- Naturais: Toca do Nego e Cachoeira do Saquinho.
- Atrativos turísticos levantados junto à comunidade do Bonete:
- Culturais: Festa de Santa Verônica; praça da conversa mole e roda de conversa (Seu Jessy);

- Naturais: praia boa para surfe; mar bom para mergulho; trilhas (fauna e flora) e cachoeiras.
- Serviços turísticos: passeio de lancha; monitor ambiental e passeio de canoa.

Foram identificados também os equipamentos turísticos e os equipamentos de apoio do Bonete:

- Equipamentos turísticos: Pousada Canto Bravo; Pousada Porto Bonete; Pousada Margarida; Pousada da Rosa; Camping Guapuruvu; Camping da Vargem – Eugênio; Restaurante e Camping da Roseli; Restaurante do Martin; Restaurante Mac Bonet's; Quiosque do Totó; Quiosque do Beto Cação; Quiosque *Swell* (na praia); Petiscaria Nema; Bambus Bar.
- Equipamentos de apoio: Bar do Sílvio; Mc Bone's; Posto de saúde; Telefone público e Internet.
- Em relação à infraestrutura básica e de acesso, o Bonete possui:
- Infraestrutura básica: telefone público, coleta de lixo etc.
- Infraestrutura de acesso: Estrada do Bonete – SP 131, que é na verdade uma trilha de 20.000 metros (único acesso por terra e não circulam veículos); transporte em lancha e canoa de particulares. Essa dificuldade de acesso é, inclusive, o que manteve a cultura tradicional da comunidade.

III. *Oficina de Identificação de nossos valores*

Uma parte muito importante, que antecede o planejamento em si, é uma reflexão sobre os valores da comunidade e discussão acerca da maneira como estes valores podem ser respeitados, incorporados e até mesmo fortalecidos com o desenvolvimento do turismo.

Com o objetivo de levantar os valores da comunidade, os participantes da oficina deveriam refletir e com os olhos fechados visualizar algo especial, de grande valor na comunidade, que deveria ser conservado para as futuras gerações. Simbolicamente foi utilizado um baú, dentro do qual foram depositadas fichas de papel com os tais valores nelas escritos. Os resultados foram os seguintes: “a própria natureza preser-

vada - o Rio Nema, a praia (limpa e linda), o Canto Bravo (formação rochosa), as ondas, a mata, a piscina natural, o mirante, entre outros; também alguns costumes – como a pesca artesanal, a fabricação de farinha de mandioca, a luz elétrica gerada através da pequena represa e gerador; família; união; cooperação; lendas e histórias.

Para ilustrar a possibilidade de transportar os valores da comunidade para o desenvolvimento do turismo foi utilizada a figura de uma canoa, assim, ao serem revelados os valores eles eram colocados dentro de uma canoa feita de papel (Salvador *et al.*, 2013, p. 1061-1062).

IV. *Oficina de Elaboração de produto de TBC*

Foram abordados os seguintes conceitos:

Marketing (mkt) – é uma atividade humana que tem como objetivo satisfazer necessidades e desejos por meio de processos de intercâmbio; 4 P's de *marketing*: produto, preço, praça e promoção.

Usando o conceito dos 4 P's, foi feita uma análise coletiva sobre se o produto será desenhado para um grupo de terceira idade ou um grupo escolar? Preço – o preço será popular ou exclusivo? Praça ou distribuição – a estratégia de distribuição será de vender direto ao turista ou via intermediários (agências; operadoras de viagem)? Promoção – será feita por meio de *folders*, anúncios, divulgação?

Para a elaboração do produto foram abordados nove passos principais para facilitar a logística de como se faz um produto turístico, considerando: acesso, transporte, alimentação, hospedagem, condutores, seguro-viagem, informações, equipamentos necessários, além de Ficha de Saúde, Termo de Responsabilidade, etc. (Salvador *et al.*, 2013, p. 1063).

V. *Oficina de Elaboração de roteiro*

Munidos de prancheta, caneta e câmera fotográfica, o grupo saiu em busca de potenciais atrativos para a elaboração de um roteiro. No Quadro 1, seguem os comentários sobre algumas das atividades turísticas que se pode fazer no Bonete.

Após a atividade de levantamento e registro dos atrativos do Bonete, foram redigidos dois roteiros durante o exercício para sua elaboração: Bonete Tradição Caiçara e Descobrindo as riquezas do Bonete (Salvador *et al.*, 2013, p. 1063).

As três últimas oficinas realizadas durante a execução do projeto tiveram como temáticas:

a) Bom atendimento no turismo

Bom atendimento no turismo: primeiramente foi mostrado um episódio do vídeo “Meu negócio é turismo” da Fundação Roberto Marinho e Ministério do Trabalho e Emprego, que mostrou exemplos de bom atendimento no turismo, além de revisar alguns conceitos trabalhados em oficinas anteriores. Em seguida, juntos discutimos: o porquê de uma boa prestação de serviços, quem são os turistas e o que eles esperam encontrar, princípios de uma boa comunicação com o turista, o que se espera de um atendimento com qualidade, sete erros que caracterizam um atendimento sem qualidade e qualidades de um bom prestador de serviços [...] (Salvador *et al.*, 2013, p. 1063).

b) Dicas para um bom condutor de turismo

[...] utilizando o Manual de guia de turismo da Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (EMBRATUR), foram usadas fichas que ajudaram a destacar que dentre os deveres e responsabilidades do condutor, está a de usar sua própria iniciativa e bom senso, a fim de desenvolver suas habilidades pessoais na função que ocupa, e que, portanto, são algumas características essenciais (Salvador *et al.*, 2013, p. 1063).

c) Consolidação de um roteiro para o Bonete

Consolidação de um roteiro: considerou-se muito importante consolidar algum roteiro no Bonete para deixá-lo pronto para a comercialização. O resultado desta oficina foi a formatação de um roteiro cultural e opções de atividades de ecoturismo [...] (Salvador *et al.*, 2013, p. 1063).

O **Quadro 1** apresenta os resultados de uma das oficinas com os componentes da oferta turística do Bonete, as necessidades identificadas para o desenvolvimento do turismo e os potenciais parceiros.

Quadro 1 — Levantamento da oferta turística

COMPONENTES DA OFERTA TURÍSTICA		O QUE FALTA?	RESPONSÁVEL/ PARCEIROS
Recurso natural	Produção da farinha de mandioca Casa da farinha	Pessoas qualificadas para a produção da farinha de mandioca Motivação dos jovens	ASSOBI/moradores mais antigos/Fundaci
	Artesanato	Qualificação: pintura, bordado, produção de tipiti, balaio, peneira, gamela, canoinha (souvenir), cuia, remo para decoração, pilão, rede	Alexandre Xavier (arte-são)/ASSOBI/ Sebrae/Sérgio (produção de rede)
	Produção de canoas	Espaço físico Licença para extração da tora e/ou doações	ASSOBI/Parque/ Secretaria do M.A./ Fundaci/moradores que produzem canoas
Recurso cultural	Caminho do Estevão	Articulação entre ASSOBI e o Parque Para reabrir a trilha com infraestrutura	Parque (responsável) ASSOBI (parceira)
	Trilha Bonete – Castelhanos (direto)	Reabrir a trilha com infraestrutura (ponte, sinalização etc.)	Parque/ASSOBI
	Toca do Nego (recurso natural/cultural)	Reabrir o acesso para o salão principal	Fundaci/ASSOBI
	Cachoeira do Saquinho	Trazar consultoria de especialista em turismo de aventura em parceria com o parque e a prefeitura	Parque/Prefeitura / ASSOBI
Equipamento de apoio	Posto policial	Espaço físico Pessoal deslocado para cá	Prefeitura/Governo do Estado
	Posto de saúde	Soro antiofídico; preservativos; remédios; equipamentos; profissionais qualificados para revezamento e abertura do posto nos finais de semana e feriados	Prefeitura

COMPONENTES DA OFERTA TURÍSTICA		O QUE FALTA?	RESPONSÁVEL/ PARCEIROS
Infraestrutura de acesso	Trilha do Bonete (SP- 131)	Melhoria/implantação de infraestrutura para passagem de pedestres e carros oficiais autorizados	Parque/Prefeitura/ Governo do Estado/ASSOBI/Câmara Técnica de Comunidades Tradicionais
Infraestrutura básica	Energia elétrica	Articulação com os órgãos responsáveis Consenso na comunidade	ASSOBI/Câmara Técnica de Comunidades Tradicionais/Governo Federal

Fonte: elaborado pelo autor, 2013.

Vale destacar alguns pontos positivos e negativos para o desenvolvimento da atividade turística, identificados nessa experiência piloto na comunidade do Bonete.

Pontos positivos:

- sensibilização da comunidade para a necessidade de um turismo planejado e responsável;
- existência de demanda para o TBC, além da atividade turística já existente;
- alternativa de geração de renda;
- perspectiva de futuro para os jovens locais.

Pontos negativos:

- pouca articulação entre a comunidade e as instituições públicas;
- infraestrutura básica precária (saneamento, energia etc.);
- falta cultura de trabalho em parceria, apesar de viverem na mesma comunidade;
- falta estrutura para venda/comercialização dos produtos turísticos;
- necessidade de capacitação.

Há resultados alcançados que merecem destaque: além do inventário da oferta turística e a produção pela comunidade de três roteiros turísticos, temos a sensibilização acerca das possibilidades de geração de renda por meio do desenvolvimento da atividade turística local, da importância da reafirmação da identidade cultural dos jovens e da transformação de recursos turísticos em atrativos de TBC.

Referências

BALANZÁ, I. M.; NADAL, M. C. **Marketing e comercialização de produtos turísticos**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

BUCK, Nick Kantorowicz. **Turismo de Base Comunitária no território da Bocaina-Brasil: tecendo parcerias e redes em busca da sustentabilidade**. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão para a Competitividade) — FGV EAESP, São Paulo, 2020.

FABRINO, Nathália Hallack. Turismo de base comunitária: dos conceitos às práticas e das práticas aos conceitos. 2013. 185 f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) — Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

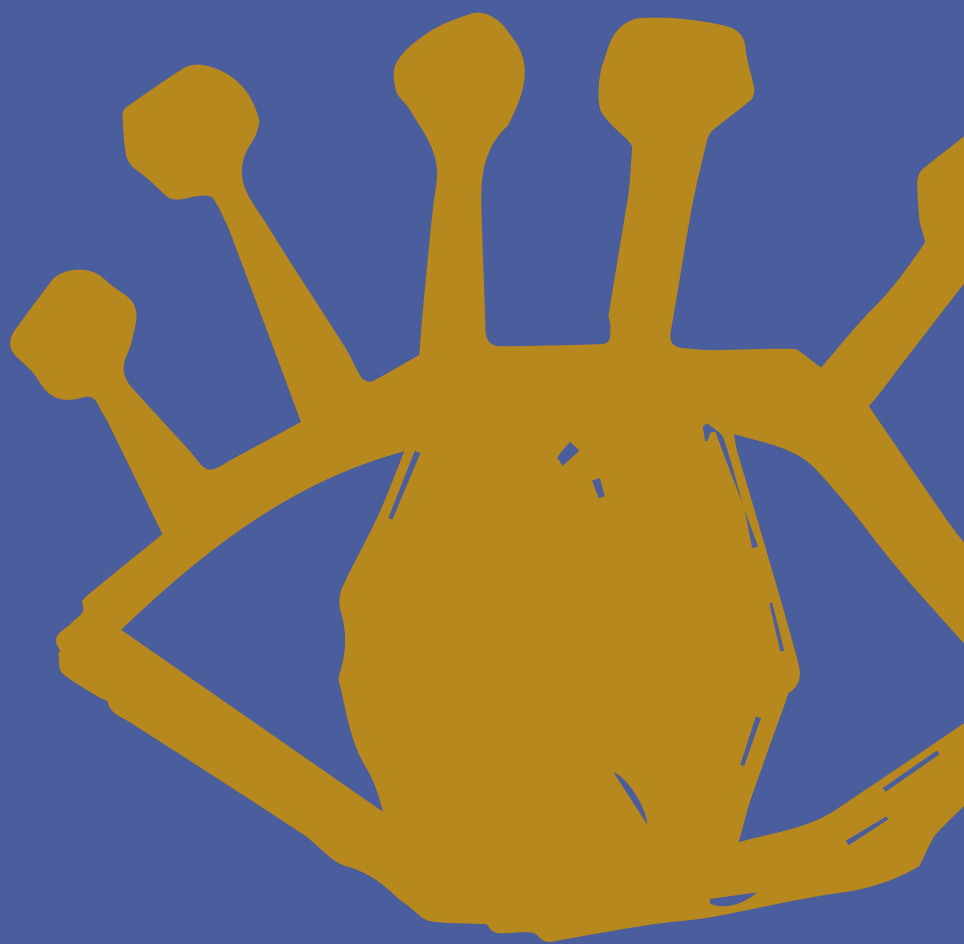
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBIO. **Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federal: Princípios e Diretrizes**. Brasília, DF: ICMBIO, 2018. p. 1-22. Disponível em: https://ava.icmbio.gov.br/pluginfile.php/4592/mod_data/content/19095/turismo_de_base_comunitaria_em_uc_2017.pdf. Acesso em: 8 dez. 2022.

PIGATO, Ana Carolina Honorato; PEREIRA, Lucimari Acosta. O turismo de base comunitária no quilombo da fazenda: uma análise à luz do materialismo histórico-dialético. **Fólio-Revista Científica Digital-Jornalismo, Publicidade e Turismo**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 112-125, 2020.

SALVADOR, M. C. C.; PEDROSO, R.; BASTOS, F. B. Projeto de turismo de base comunitária: comunidade tradicional do Bonete, Ilhabela (SP). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 6, n. 5, 2013, p.1052-1069.

UYETI, Joyce Hiromi; DI NÁPOLI, Érika Sayuri Koga. Mapeamento de iniciativas de turismo de base comunitária em unidades de conservação paulista. **Tourism and Hospitality International Journal**, v. 17, n. 1, 2021.

WORLD WIDE FUND FOR NATURE. **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável**. Brasília: WWF Brasil, 2003.



Olhar das lideranças populares

As seções anteriores foram escritas por professores, pesquisadores, estudantes e profissionais que atuam na temática dos povos e das comunidades tradicionais, porém não são membros ou moradores desses territórios. Assim, há um distanciamento em relação à realidade, e as abordagens são teóricas, empíricas e reflexivas.

Por isso, a próxima seção é composta por autores que são membros, moradores ou ex-moradores das comunidades tradicionais. Esta seção traz uma perspectiva mais prática sobre as lutas e as resistências dessas comunidades, inclusive dos indivíduos que saem desses espaços e se mudam para as cidades.

É interessante notar que, nessa abordagem mais prática, serão retomados pontos discutidos pela teoria reflexiva das seções anteriores, como a autoidentificação e o turismo de base comunitária como estratégia para a geração de renda. A discussão desses pontos fica evidenciada no capítulo intitulado Perguntas e Respostas.

Cada seção deste livro foi originada de um dos dias de webinar, e o dia dedicado à fala das lideranças comunitárias foi o que teve maior interação com o público, por meio de perguntas recebidas via chat. Dessa maneira, as perguntas feitas pelo público e as respostas dos líderes comunitários foram incluídas ao final desta seção.

CAPÍTULO VII

Superação dos impactos do derramamento de petróleo na produção de marisco

José Luiz Alves¹⁹

Boa tarde a todos! Obrigado pelo convite. O tema da minha apresentação é a superação dos impactos do derramamento de petróleo na produção de mexilhões, no caso, aqui na praia da Cocanha.

A fazenda marinha fica localizada na praia da Cocanha, no município de Caraguatatuba, no litoral norte (**Figura 1**).

19 Presidente da Associação de Aquicultores da Cocanha. Essa fala foi transcrita por Pablo Gomes dos Reis, aluno do curso de Tecnologia em Processos Gerenciais do IFSP-Caraguatatuba, a quem agradecemos.

Figura 1 — Local da fazenda marinha acima e do rancho de pesca abaixo



Fonte: elaborado pelo autor, 2021.

A foto mostra a fazenda e a praia. Primeiramente, tem o rancho de pesca entre as duas linhas, e a fazenda fica a quinhentos metros da praia. A primeira ilha chama-se Cocanha e a segunda, Ilha de Fora. Na ilha da Cocanha são dez famílias e na Ilha de Fora são sete. No total, são dezessete famílias nesses dois parques.

A fazenda teve início aqui na Cocanha, em 1990, com um projeto chamado Martim Pescador, mas, um pouquinho antes, ela começou na Prainha, próxima ao centro de Caraguatatuba, em 1986, com a parte mais prática; depois, em 1989, foi montada a estrutura do mar lá. Como as condições na praia não eram muito favoráveis e houve uma ressaca que acabou destruindo tudo lá na fazenda, por sugestão do Beto Carlota a fazenda foi transferida para a Cocanha. De lá para cá, ela se estabeleceu e vem até hoje.

Assim, falarei um pouco da importância da criação dos mexilhões para a comunidade. Nesses anos todos que está aqui, ela já virou,

em primeiro lugar, uma fonte de renda, uma vez que a pesca, com o extrativismo, vem diminuindo cada vez mais. Então, a fazenda é uma opção de renda a mais para os pescadores poderem criar mexilhões e ter uma renda a mais. A partir de 2000, começamos os festivais de mexilhões, isso foi um marco para a nossa cidade. Mas, uma pena, isso foi apenas até 2012, pois logo em seguida veio 2013 com o derramamento de óleo e não deu para realizar mais. Até agora não conseguimos fazer outro festival.

Essa experiência acabou sendo como uma identidade aqui para a comunidade. Virou uma referência tanto aqui para nós, como para a própria cidade. Por concentrar um maior número de maricultores aqui na praia da Cocanha, a fazenda acabou se tornando a maior do estado de São Paulo. Até o pessoal do Instituto de Pesca usa a fazenda aqui, da Cocanha, como trabalho de pesquisa, porque tem uma concentração grande, então acaba sendo uma referência na identidade.

Há também os benefícios para o meio ambiente: por ser um local abrigado, com muita oferta de alimentos, tornou-se um berçário marinho. Então, muitos peixes vêm para esse local, acabam se reproduzindo e formam uma cadeia alimentar na região.

A **Figura 2** mostra o Tebar, do lado esquerdo da imagem se vê o Terminal Tebar - São Sebastião, e do lado direito a Fazenda Marinha. Então, em linha reta, tem vinte e cinco quilômetros e seiscentos metros entre eles.

Figura 2 — Distância entre o TEBAR e a Fazenda Marinha na Cocanha e direção da corrente marinha



Fonte: elaborado pelo autor, 2021.

Quando há algum acidente lá, por exemplo, vazamento de óleo, a chance de atingir a praia da Cocanha é grande. Foi o que aconteceu. Os dois últimos vazamentos eu acompanhei diretamente, em 2003 e 2013. Quando há o vazamento, o óleo vem para esse canal da fazenda. Só que ele não vai direto para lá, geralmente ele é levado por uma corrente daqui, vai para o mar aberto e depois retorna para a terra. E foi assim que aconteceu nas duas vezes que ocorreu derramamento no local. Esse foi um momento bem difícil que nós passamos [...]

Figura 3 — Imagem do óleo

Vazamento de óleo ocorreu no terminal TEBAR de São Sebastião no dia 5 de abril de 2013 e no dia 7 de abril por volta das 11:00h óleo atingiu a fazenda marinha em seguida a praia.



Fonte: elaborado pelo autor, 2021.

O vazamento ocorreu em São Sebastião no dia 5 de abril de 2013, numa sexta-feira. No dia 7 de abril, por volta das 11 horas, o óleo atingiu a Fazenda Marinha e, em seguida, a praia. O vídeo mostra (entre as fotos há um vídeo) o óleo na fazenda e nas boias. É uma pasta grossa, até.

É possível ver na superfície do mar uma camada bem grossa de óleo. Nesse dia, inclusive, passamos num barco e o motor, assim como o casco do barco, ficaram impregnados de óleo.

Apesar de terem dito na sexta-feira que já tinham controlado o vazamento, uma parte do óleo ainda veio para cá, para o lado da Cocanha. E dá para ver que é uma parte grossa ainda. Aí logo em seguida também atingiu as praias.

Olha eles aí avisando o pessoal, ligando para o pessoal da Transpetro. Nesse horário, entre 11h e 14h, o pessoal começou a chegar aqui na praia da Cocanha, já com um monte de equipe para começar o trabalho de limpeza. Esse trabalho acho que durou uns 3 dias assim mais pesado mesmo, e eles ficaram até mais uma semana retirando todo o óleo possível da praia.

Após o término do trabalho de limpeza da Transpetro na praia, o pessoal se retirou e aí começou nosso desespero. Ficamos totalmente desamparados, sem renda alguma durante alguns meses, já que a fazenda ficou desativada.

Estávamos psicologicamente abalados, porque a gente não sabia para onde correr e buscar ajuda, sempre tentamos buscar, mas não tinha nada no momento. Então, foi o momento mais difícil para nós também. Alguns maricultores tiveram que vender seus apetrechos da maricultura: motor, embarcação e até outros bens pessoais. Nesse tempo todo tentamos buscar contato com a empresa, mas não tivemos nenhum retorno.

Depois de uns 5 meses, apareceram uns representantes da empresa nos procurando para uma conversa. Eles falaram que tinham montado um setor de responsabilidade social, então estariam disponíveis para resolver o dano causado pelo vazamento. Nessa conversa, vai e vem, eles apresentaram, depois de alguns meses, um convênio para nós, foi o primeiro convênio. Nesse convênio, havia uma proposta de equipar o galpão onde a gente faz reunião, lá da associação, com computador e dar capacitação para o pessoal. Até o pessoal ficou meio revoltado, porque não era isso que estávamos buscando naquele momento. Queríamos a reparação do dano causado, e por esse motivo a conversa não seguiu.

Após mais uns meses eles voltaram com outro convênio. Compraram as boias de sinalização para maricultura, de proteção. Também pagariam a gente para que nós mesmos instalássemos essas boias. Isso ocorreu em novembro, e aceitamos o acordo.

Repassaram o dinheiro da mão de obra, mas o valor da sinalização das boias foi repassado apenas parcialmente. No mês de novembro daquele mesmo ano, 2013, houve uma determinação judicial para a Transpetro retirar toda a estrutura da Fazenda Marinha. Porque até aí, a fazenda estava lá, parada. A população em geral estava consumindo mexilhões, o pessoal estava retirando, comendo, levando mesmo. Vinham até de caminhonete, enchiam os veículos, sem se importar se estavam contaminados ou não, então avisamos a Cetesb. Daí veio essa determinação judicial para retirar toda a estrutura do mar.

Durante o trabalho de retirada da estrutura da maricultura, a Transpetro acabou divulgando uma nota nos jornais locais. A empresa

afirmou que o trabalho de responsabilidade social é permanente e especificamente nos projetos dos maricultores da praia da Cocanha já foram investidos R\$ 402.393,00.

O pessoal ficou muito revoltado, porque esse dinheiro, se gastaram, não foi com os maricultores da Cocanha, e solicitamos uma nota no jornal para explicar. Foi publicado no jornal que maricultores contestavam o investimento da Transpetro na Cocanha e a acusavam de má-fé. Para quem não estava acompanhando, deu a entender que eles já estavam investindo no retorno da maricultura, e não era nada disso que estava acontecendo.

Percebemos que a empresa só queria ganhar tempo, até porque nesse intervalo eles já passaram um questionário para nós por meio da Fundesp para cada um declarar o material perdido e os valores, que eles falaram que iam fazer essa indenização, e então iludiam cada vez mais o pessoal enquanto ganhavam tempo, aí perceberam que já estava virando o ano.

Já ia fazer um ano, porque isso foi em abril e aí já estava em fevereiro de 2014. Entramos com uma ação judicial para nos assegurar. Depois daí o contato ficou mais difícil com a empresa, praticamente cessando o diálogo.

Nesse primeiro momento, quem nos atendeu e ajudou foi a prefeitura, aprovando aqui na Câmara Municipal uma ajuda de custo de dois salários mínimos por 11 meses e, depois, custeando a compra de todo o apetrecho da maricultura, no valor da época de R\$ 200.000,00. Mais tarde, a prefeitura veio a ser ressarcida pela Transpetro.

Todo esse levantamento de produção foi realizado pelo Instituto de Pesca, e o dos materiais, pela prefeitura, por meio da Secretaria do Meio Ambiente.

Somente em 2015 começamos realmente a retomada da fazenda, e ainda não foi tão fácil – até a gente achava que ia ser mais rápido, mas não foi. Foi preciso dar início ao projeto do zero.

Começamos com os coletores. O primeiro passo que você tem que dar para começar a lançar os coletores é fazer a captação da semente, que são os mexilhões juvenis. Mas como a fazenda não existia mais, já

não tinha essas sementes em abundância no mar como antes, então o negócio foi mais lento do que se esperava.

Os coletores não faziam essa captação do jeito que se fazia antes. O que a gente pegava lá demorava 6 meses para conseguir encher um *long line* no máximo, então foi tudo bem lento. Aí o negócio foi demorado, demorado mesmo.

E até porque aquela fazenda já estava estabilizada ali... já tinha uma biodiversidade naquele local, então ela já era autossustentável. Então, esse processo foi bem mais lento, durou pelo menos 2 anos.

O Instituto de Pesca fez uma projeção de que a fazenda iria voltar ao normal em 5 anos, mais ou menos, 20% a cada ano. Então, ela acabou um pouquinho. Eu acho que levou uns 6 anos, e os 2 primeiros anos foram os mais difíceis, então foi realmente uma [inaudível, problemas no sinal].

Nós mesmos tivemos que retirar as estruturas. O pessoal que não tinha muita afinidade, então nós mesmos fomos contratados para fazer a retirada da nossa estrutura, e isso acabou nos marcando... você mesmo retirando o seu ganha pão ali... foi bem difícil para nós a retirada daquilo, que durou uma semana.

Então depois veio a retomada dos materiais. Achávamos que, com os materiais em mãos, nós iríamos, o mais rápido possível, já estar criando. Mas também não foi fácil. Foi outro abalo psicológico, porque queríamos retomar o negócio, mas o processo não caminhava.

O tempo acabou, então quero agradecer. À época do ocorrido, a prefeitura, na gestão daquela época, ajudou muito; o Instituto de Pesca, em especial nos nomes da pesquisadora Valéria e do Hércio; a Colônia de Pesca e outros que nos ajudaram, nem dá para lembrar o nome de todos, porque foi tanto movimento na época. Então tá aí o fim, obrigado. Esse foi um momento bem difícil para nós.

CAPÍTULO VIII

Preservação do mangue e educação ambiental infantil no Quilombo da Caçandoca, Ubatuba-SP

Marlene Almeida²⁰

Boa noite.

Eu sou uma caçara de uma família da praia da Caçandoca. Atualmente moro em Caraguatatuba. Estou aqui para falar do projeto Manguezal Terra do Guaiamum e da minha experiência com o manguezal.

Eu nasci na praia do Quilombo da Caçandoca, que fica na região sul de Ubatuba. Tem lindas praias, uma paisagem maravilhosa, e o nosso manguezal fica à direita da praia.

Tenho recordação de uma infância muito feliz, porque eu nasci ali, na restinga, bem perto da areia da praia, do lado do manguezal. Este era um local onde a gente brincava e tirava parte do nosso sustento. O rio era longo, em zig-zague, relativamente fundo, dava para brincar de canoa, de jangada feita de bambu. A gente pescava, pegava os camarões com a peneira, pulava do barranco e andava pelo manguezal e desarmava as armadilhas que meu irmão colocava para pegar os guaiamuns.

Meu pai era pescador, minha família vivia da roça e também criavam galinhas para o nosso sustento. A Caçandoca, era um quilombo, mas também uma comunidade caçara. Lá circulava pouco dinheiro, e as pessoas viviam de trocas. Quando tinha excesso de pescado, era dividido

20 Representante do Grupo Terra do Guaiamum: Praia da Caçandoca, Ubatuba-SP. Essa fala foi transcrita por Laura Mathias Madio, aluna do curso de Tecnologia em Processos Gerenciais do IFSP-Caraguatatuba, a quem agradecemos.

para a vizinhança. O que se retirava da roça, se era muito para família, também era dividido para os vizinhos. E assim a gente ia vivendo em um ambiente de harmonia. Nos momentos alegres, nos momentos tristes, estava todo mundo ali, junto.

Mas um dia, com a abertura da Rodovia Rio-Santos, que cortou todo o nosso litoral, passando por dentro dos nossos manguezais, a Caçandoca, embora estivesse um pouco distante, também foi prejudicada, porque se iniciou a especulação imobiliária. Um dia apareceram umas pessoas, sendo bem acolhidas pelos caiçaras, que sempre foram um povo acolhedor, e foram convencendo as famílias, eu falo pela minha. Diziam que lá fora o mundo era muito melhor de se viver do que na Caçandoca, que o futuro estava garantido... mais ou menos um discurso assim.

O assédio tentava convencer as pessoas a irem embora da Caçandoca, dizendo que ali ninguém ia ter futuro, que no futuro não ia ter nada se a gente continuasse lá. E a minha família cedeu a esse assédio. Nós fomos parar numa casa, no loteamento da Maranduba, local que era um brejo, uma casa velha e pequena, e a maioria das nossas coisas ficaram para trás. E lá fomos nós para Maranduba.

Havia a empresa Continental, que tinha um setor imobiliário e um de loteamentos. Essa empresa, assim que a estrada foi aberta nessa área da restinga, onde nós morávamos, aconteceu um desmatamento. Aterrou a restinga. Colocou animais, como boi, cabrito para pastar e, assim, aterrou uma parte do manguezal, desviou o rio que era relativamente longo para um canto do manguezal, o rio foi cortado num curso bem pequeno em linha reta, chegando rapidinho na praia. A água do rio começou a entrar mais dentro do manguezal, e a água do mar não conseguia entrar tanto dentro do manguezal. O manguezal começou a se transformar. Passados 30 anos, esse manguezal já era muito diferente daquele que eu conhecia na infância. Crescia outros tipos de vegetação sufocando a vegetação nativa, e alguns animais já não existiam mais.

Mas a empresa Continental não conseguiu realizar o seu empreendimento porque algumas pessoas não cederam. E assim, quando eu falo da minha família, foi uma troca: trocou tudo que nós tínhamos na Caçandoca, que eram as roças, na várzea e a parte de baixo na restinga onde era nossa casa. Trocou a Caçandoca pelo que temos na Maranduba.

Passaram-se mais de 30 anos, o manguezal foi todo transformado com esse impacto violento dentro desse sistema. Por volta dos anos 2000, eu não sei exatamente a data precisa, a Caçandoca foi reconhecida como um território quilombola. E as famílias que se foram então tiveram direito de voltar.

Na volta, no entanto, essas famílias também não podiam mais caçar, que era o hábito do passado, e não podiam mais fazer roças. E com os peixes mais escassos, tiveram que arranjar uma maneira de sobreviver, que foi começar a atender o turista de um dia, aquele de alta temporada, no feriado. Os moradores começaram a montar os seus carrinhos e as suas barracas. Com o aumento da população, esse número de barracas aumentou muito e o de casas também. Por falta de infraestrutura e de saneamento básico e em razão dessas construções desordenadas, a área do manguezal continuou sofrendo impacto. As águas da pia, do tanque, da máquina de lavar, enfim, infiltrando no manguezal e no brejo, na beira do rio. Tudo isso começou a poluir a área do rio.

Entendemos que a comunidade precisa sobreviver, e a gente tem que respeitar isso, mas também compreendemos que o ecossistema precisa desse carinho, desse apoio.

Com esse impacto todo, algumas espécies do manguezal, da flora e da fauna ainda podem ser vistas por lá, porque são espécies muito resistentes. Dentre elas, está o caranguejo guaiaumum, uma espécie ameaçada de extinção, protegido por lei, mas que conseguiu sobreviver a todo esse impacto.

Observando o manguezal, que não era mais o mesmo, passou a ser uma área de mangue, e vendo que as pessoas não respeitavam mais os momentos do defeso, da andata e da desova dos caranguejos guaiaumum, me veio a ideia de montar um grupo de educação ambiental. Conseguimos voluntários para iniciar esse grupo e, entre 2010 e 2011, começamos a fazer esse trabalho.

Um pouco mais tarde, a dona Angelina Pagés fez um projeto de educação ambiental chamado “Manguezal, Terra do Guaiaumum”, e nós apresentamos para a associação em uma assembleia. A Emilia Gabriel, que era presidente, autorizou o projeto, e começamos a fazer esse traba-

lho de educação ambiental com o grupo voluntário, atendendo crianças e adolescentes, entre 4 e 16 anos.

Também começamos a atuar na parte social, com a Isabel, que é uma quilombola, moradora do Caçandoca, nosso braço direito dentro da comunidade, apesar de que muita gente nos ajuda também. Mas a Isabel é a líder lá dentro, nosso apoio do projeto. Fazemos oficinas, bazar, eventos e festas para as crianças. No projeto tinha a proposta também de uma cartilha, porque a gente fazia observação da andada e da desova do caranguejo guaiamum. Eu escrevi um texto, auxiliada pela dona Angelina Pagés, que conseguiu uma doação para editar 50 exemplares de uma cartilha e nós distribuímos essa cartilha para as crianças da Caçandoca.

Eu vou falar um pouco da andada e da desova do caranguejo guaiamum. É quando as guaiamuns fêmeas estão ovadas, cheias de ovas, o que nós chamamos de guaiamum choca. Ela sai do manguezal, caminha até o mar e banha os seus ovinhos. Nós falamos “lava ova”. Em movimentos rítmicos, como se fosse uma dança, elas batem a “pança” na água do mar, e os ovinhos desprendem com o auxílio das garras, e elas voltam para a área de manguezal. Só que esse percurso, que elas faziam entre 15 e 30 minutos, hoje leva mais tempo. Preciso dizer que lá na Caçandoca esse momento da andada e da desova acontece no mês de abril ou maio, na lua cheia ou nova, a partir das 15h-16h.

Só que antes era fácil, pois em um curto período elas iam e voltavam, porque tinha a vegetação de restinga, que as protegia até chegarem ao mar. Hoje, elas levam de 1 hora a 3 horas para fazer esse percurso, porque no meio do caminho tem barracas, quiosques, casas, banheiro, turistas e carros estacionados. O turista curioso fica lá, incomodando e estressando os guaiamuns. E elas correm, se escondem nas raízes das árvores, dentro do banheiro, atrás do quiosque, onde elas podem, e lá permanecem, embaixo dos pneus dos carros, às vezes entrando embaixo dos carros.

A gente fica observando isso, sabendo por que elas levam um tempo maior nesse percurso. E anoitece, fica menos gente, mais tranquilo, elas saem e vão para o mar, e voltam para o manguezal. Mas quando elas voltam, também é meio trágico, porque tem pessoas desinformadas, pessoas que estão lá na Caçandoca que não sabem que é proibido pegar

o caranguejo guaiamum, não sabem que a lei protege esse animalzinho, que está em extinção, e capturam. Só que quando a gente está e percebe isso, explicamos para as pessoas, fazendo o trabalho de informação. Mas nem sempre somos bem recebidos, e nem sempre as pessoas vão ouvir com atenção. Enfim, se eu estiver lá, não leva para a panela.

E tem os mais espertinhos ainda, que ficam dentro do manguezal, no escuro. Primeiro, a gente não entra nesse período dentro do manguezal; segundo, está escuro e ninguém vai lá dentro. Mas, infelizmente, alguns desses animais vão para uma panela de água quente.

Na Caçandoca as pessoas não fazem comércio do caranguejo guaiamum. Eu acho que aqui no litoral norte não existe essa prática. Pelo menos eu nunca vi, e na Caçandoca também não. Mas existe o hábito que as pessoas têm, por que era uma comunidade tradicional, de existir a necessidade de pegar, de consumir, mas lá também temos esse projeto há 8 anos e a gente informa, e vamos aprendendo, pegando informação e ensinando a comunidade que é proibido. Informamos que mesmo as que desovaram, que antigamente eram capturadas para consumo, agora são muito poucas e não devem ser pegas ou não vai ter mais nenhuma.

E a gente vai dando essa informação, só que estamos muito contentes porque o número de indivíduos de caranguejo na Caçandoca aumentou nesses últimos 8 anos. No último um ano e meio passaram duas andadas e duas desovas, e nós não estávamos lá, a comunidade nos informou que saíram muitos caranguejos, e isso nos traz muita alegria.

Isso, então, é o processo de andada. Agora eu tenho um sonho, porque nós realizamos a primeira parte do projeto. Na segunda parte, a gente não conseguiu recuperar e preservar a área. Embora eu saiba que só por milagre vai voltar a ser manguezal, mas a gente pode ter uma área de mangue, para ter um atrativo, onde você pode observar os pássaros, os guaiamuns, e, com a restauração, até os peixes e a vegetação também. Um local para fotografar, ter um espaço de educação ambiental, onde você possa levar os alunos para observar todo esse ecossistema. Enfim, é uma coisa muito positiva para o Quilombo da Caçandoca, para essa praia.

Lá dentro ainda tem um braço do rio, mas esse braço está muito sufocado com a vegetação e com a areia da praia, já que não existe mais o jundu, então a areia vai para dentro da área de mangue. Eu sei que o gru-

po Terra do Guaiamum sozinho não vai conseguir fazer isso, mas muita gente junto, quem sabe um dia, conseguimos, porque é todo um trabalho de quem está lá dentro, e de quem está aqui fora.

Observe que os manguezais não são iguais. Eu conheço todos os manguezais de Caraguá e de Ubatuba, e um é diferente do outro, cada um tem sua característica. É um lugar maravilhoso, é um lugar que, para mim, me atraiu desde criança, onde sempre procurei passear.

A gente ouve dizer que é um berçário natural do oceano. Tem muitas coisas maravilhosas dentro do manguezal. Mas eu também não sabia explicar e nem teria tempo para isso. Tem coisa que a gente precisa ter muita informação correta para estar passando, mas eu sei que o manguezal é um lugar que só tem um tesouro para a humanidade. Assim como tantos outros ecossistemas.

Eu convido vocês a conhecerem o RENAMAN, que é a rede nacional dos manguezais, com os quais eu já aprendi muito. Lá vocês vão encontrar muitas pessoas que são pesquisadores, professores, cientistas... enfim, os grupos, as ONGs, pessoas que entendem do assunto e podem nos ajudar a saber mais sobre o tema.

Convido também a conhecer a rede litoral norte de manguezais, que é um grupo recente, que está fazendo o levantamento dos nossos manguezais do litoral norte e de São Paulo. E é com isso que podemos ver como estão todos os nossos manguezais. Daí para frente podemos ver também o que podemos fazer para recuperar e preservar esse ecossistema.

Aqui no litoral norte, eu posso dizer, em Caraguá e Ubatuba, nossos manguezais estão judiados, fragmentados por causa da concessão de casa de temporada em cima deles, gramado, marina, loteamento, fora as ruas que cortam ou estão do lado dos manguezais. A prefeitura vem com aquela máquina, raspa, leva tudo. Eu falo isso porque hoje estou no manguezal da Caçandoca, mas eu também observo os manguezais da região sul de Ubatuba. Eu vejo e para mim é uma tragédia.

Então temos que ter mais amor pela natureza, e eu costumo dizer também que os hábitos podem ser mudados, inclusive o de comer guaia-mum. Devemos recolher e separar o nosso lixo e cuidar do nosso esgoto para não poluirmos nosso ecossistema. E por que temos que fazer isso? O

planeta não aguenta mais! Então vamos mudar nossos hábitos. E eu vou continuar sonhando com a recuperação da área de mangue da Caçandoca.

Muito obrigada e boa noite. Agradeço imensamente à professora Carminha pelo convite. Agradeço ao grupo Terra do Guaiamum e aos meus amigos que permitiram que esse projeto chegasse até aqui. Muito obrigada.

Eu agradeço imensamente também ao IF, pois estamos juntos já faz um tempo. Já tivemos curso para aprender a elaboração de projeto, e eu aprendi um pouquinho sobre o assunto. Também já fizemos algumas coisas juntos no levantamento da Caçandoca e, se Deus quiser, vamos continuar fazendo. Já tivemos apoio de outros grupos e eu só agradeço em nome do projeto Manguezal Terra do Guaiamum.

CAPÍTULO IX

Movimento negro organizado em Caraguatatuba

Teresinha Marciano Costa ²¹

Eu sou Teresinha de Oliveira Marciano Costa, também conhecida como Teresinha da Zambô ou do movimento negro. Sou presidente de uma associação de movimento negro chamada Zambô do Movimento Negro de Caraguatatuba - SP, que nasceu da necessidade de nos organizar enquanto negros. Hoje nós temos essa associação, que a gente trabalha com as escolas e as entidades, e o nosso trabalho é voltado à questão do racismo estrutural, com a discriminação, que é uma coisa que sempre acontece, principalmente com as pessoas negras.

Hoje eu estou aqui, sou professora de História também e vou dar uma localização de Caraguatatuba, que fica entre Ubatuba, São Sebastião e Ilhabela, no litoral norte paulista. E eu vou estar aqui falando também sobre a questão do racismo estrutural.

Por que a gente está falando de racismo estrutural? Porque não fomos nós, negros, que criamos essa palavra. O racismo foi uma forma de nos separar, de dar sentido a uma condição menor ao negro, porque o negro não veio da África para cá, ele foi arrancado da África para cá. E ele era um motor desse país. O país foi criado em cima das costas, do suor, do sangue e de toda a força braçal do negro, que foi trazido para cá como coisa.

E o que nós falamos hoje dos movimentos negros? Eu sou fruto de movimento negro. Este começou desde que os negros foram arranca-

21 Presidente da Associação do Movimento Negro de Caraguatatuba - ZAMBÔ. Essa fala foi transcrita por Eulália Diane Souza Vieira, aluna do curso de Tecnologia em Processos Gerenciais do IFSP – Caraguatatuba, a quem agradecemos.

dos da África e trazidos para o Brasil e foi se estruturando para poder estar discutindo as políticas públicas. Nós negros não somos descendentes de escravos, mas sim de pessoas escravizadas.

E então a Zambô passa a ser uma associação organizada de movimento negro para ter esse poder de discutir de igual para igual, ter um espaço de fala, para gritar nossas dificuldades, nossos anseios etc. Porque isso é uma sequela. O racismo é um racismo estrutural porque ele foi criado em cima de leis. Nós tínhamos a Lei de 1834, que era uma lei que proibia o negro de estudar. Estava na Constituição de 1934. E depois eles criaram também a Lei da Terra em 1850, que proibia o negro de comprar terras. Era proibido para o negro e para o indígena possuir a terra dele, mesmo sendo o indígena o dono da terra, já que chegou aqui primeiro.

Então vem para nós a questão da Lei Áurea. O dia 14 de maio foi o pior dia para o negro (porque em 13 de maio veio a Lei Áurea), já que jogou o negro na rua sem lenço e sem documento, como até canta a música do Caetano Veloso.

E aí nascem outras leis em cima dessa questão, como a Lei da Vadiagem e a proibição da capoeira. Então, o negro saía para a rua e ia preso, pois ele era considerado um vadio. Como ele iria enfrentar um emprego sendo que ele não sabia ler, escrever e nem tinha noção da sua própria existência? Logo, essa Lei Áurea é uma enganação. Foi uma grande enganação, falsa libertação, para o país e para nós, negros.

E como se não parasse por aí, veio a Proclamação da República, em 1889. Aí que começa realmente o grande problema para nossas questões raciais, porque a essa altura o país começou a trazer para cá os estrangeiros. Italianos, japoneses e outros, essas pessoas que vinham em melhores condições de vida, pois a eles foram doadas terras, ferramentas e até dinheiro, enquanto os negros locais estavam nas ruas.

Então, como a gente fala dessa estrutura? Ela veio caminhando. E na teoria científica o que que ela desabafa? Que o negro é considerado de baixa intelectualidade e não tinha mão-de-obra qualificada, mas isso é uma grande mentira porque o negro tinha sim uma mão-de-obra qualificada para aquela época, ele conhecia as ferramentas e possuía uma tecnologia dos engenhos e da canalização da água, que foi desvalorizada.

E hoje o que consideram é o que vem daquela história: que o negro que está na rua é vagabundo, preguiçoso, não sabe trabalhar etc. Então essa estrutura foi criada e nós somos fruto disso. Nós, negros, hoje, somos fruto de toda essa estrutura que foi feita constitucionalmente, tirando assim toda condição de direitos ao negro. E essa é uma questão, porque em 1941 acontece a Lei da Vadiagem, que passa a prender os negros que estivessem nas ruas.

E veja bem a problemática do negro: se ele estava na rua, ao ser preso ele acabava quase que implorando ao seu Senhor para voltar para a fazenda, porque lá ele não seria preso. Então, essa era uma coisa muito bem pensada pela estrutura da época, europeia branca, porque aqui no Brasil eles dependiam dessa mão-de-obra do negro de graça para manter seus privilégios.

Da forma como o estrangeiro chegou aqui, ele tinha que posuir uma terra, porque ele não era como o negro. E o país não estava independente, não tinha recursos para pagar, então eles necessitavam manter a escravidão. Como nos sentimos até hoje, dizemos que a escravidão mudou? Acabou? Ela só mudou de nome porque o trabalhador que recebe um salário mínimo está na mesma situação. E o que a gente coloca no nosso país é uma sequela do nosso passado com os sofrimentos, porque se você não tem família, não tem direito a ler, escrever ou ter terras. Então a estrutura do nosso país se torna fraca, e isso está acontecendo e refletindo nas escolas.

Nós sabemos que é grande o número de crianças negras nas creches, mas ao longo dos anos o país clareou um pouco a pele. Mas à medida que se chega no ensino médio e vai para a faculdade, o número de negros praticamente desaparece. Então é uma questão muito séria que a gente traz hoje, quando nós falamos do racismo estrutural. É exatamente nessa questão que nós colocamos quando o pessoal fala: “o negro pode trabalhar”. É fácil, mas não é assim, a situação é muito mais séria. É necessário que funcionem de fato as políticas públicas de ações afirmativas com recorte racial.

Hoje nós trabalhamos com a Lei Federal nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003. Nós tínhamos uma grande conquista, que tinha status de Ministério da Cultura, a Fundação Palmares, e hoje ela está praticamen-

te destruída por esse governo. Eles colocaram um negro lá na frente da Fundação Palmares (webinário realizado em 2021), mas ele pensa que é branco, então ele faz ainda uma política do Capitão do Mato em cima de nossas leis, que garantia os nossos direitos, que foram criadas em cima de muitas lutas dos movimentos sociais negros.

Nós tivemos alguns avanços e hoje nós estamos voltando a um retrocesso muito grande. Isso para nós é bem dificultoso. Quando o jovem vai para a rua, é abordado por uma polícia que também foi preparada com base em uma cartilha branca. E eles rezam essa cartilha.

Hoje na Zambô a gente está buscando nossa pauta na educação. Sabemos muito bem que sem a educação se torna difícil para o jovem, principalmente trabalhamos muito com os jovens sobre a prevenção. A nossa luta é pela promoção da igualdade e contra a desigualdade. Acho que um pouco da mensagem que a gente coloca é isso, dessa questão de injustiça, que hoje existe e às vezes as pessoas ainda falam: “olha, o meu melhor amigo é negro”. Isso é até uma brincadeira, né? A pessoa falar isso. Às vezes tem pessoas que falam, mas nem entendem.

A discriminação dói muito. O racismo ainda é um grande problema e uma dificuldade para o negro, principalmente para a mulher negra. Então isso aí é uma coisa contra a qual a Zambô vem lutando. E a gente tem muito a agradecer ao IF, através da professora Carminha, Maria do Carmo, que tem esse olhar, uma pessoa que tem essa compreensão pela luta com a gente.

Porque o movimento negro, a luta negra, ela não é somente do negro, é uma luta de todos. Principalmente nas escolas, porque nós estamos no século 21 e até hoje, quando tem aquelas brincadeiras de roda, a criança procura brincar mais com as crianças de pele clara, deixando as negras de lado. E a grande situação nossa é que o professor não sabe lidar com isso, professores de escolinhas, primárias ou creche. A criança é um espelho do adulto, mas ele não foi preparado para isso, e o IF é uma escola que tem esse comprometimento, esse espaço. Aqui a gente está organizando, falando, e isso é muito importante para nós.

O que são as formas do movimento negro? Por que as pessoas ainda perguntam: “é só negro que participa?” Claro que não, porque as formas de organização são sistêmicas. Lá sempre teve o papel da igreja,

do sindicato, das ONGs, dos centros culturais, do movimento de mulheres, estudantes, terreiros de candomblé, de umbanda, capoeira, escolas de samba etc. Tudo isso são formas de resistência, formas das nossas organizações. A gente precisa ter essa clareza, que o movimento negro não é uma coisa que agora a gente tem essa visibilidade, até por conta da nossa própria organização.

E hoje nós temos negros publicando livros, artigos, estudando em universidades, sendo esses uma grande referência para a comunidade negra. Nós usamos a política pública de ações afirmativas com base na Lei Federal nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003, que nos fornece essa garantia de estar trabalhando para a promoção da igualdade racial do povo preto e no combate antirracista por meio das escolas.

Hoje o IBGE coloca que nós somos mais de 51% da população desse país, mas quando vocês olham nos cargos elevados, nos cargos de decisões, nós não temos negros, somos poucos. Isso também é uma coisa que a gente está buscando, através de cotas e da lei, fazendo com que exista cota não só para as universidades, mas também para trabalhos em que a gente vê que não tem negros. Quando a gente olha a grande maioria, posso até citar o próprio IF, a grande maioria dos professores são brancos. Onde estão os nossos negros? Qual o espaço que está sendo aberto? Qual é a forma de contribuição que as instituições estão fazendo?

Porque quando a gente vê num concurso de uma vaga se vai pessoa negra bem preparada e vai uma pessoa branca, isso já dá garantias ao branco. A gente sente na pele. O branco tem esses espaços. E o negro não tem esse espaço garantido. Então é por essa busca de oportunidade que nós trabalhamos por meio das leis de garantia de direitos e das cotas raciais.

As manifestações hoje do litoral norte paulista são muito fortes. No nosso trabalho a gente tem os grupos de capoeira, os terreiros de candomblé, umbanda, a pastoral afro, que é uma pastoral que enfraqueceu muito. Ela ainda é um pouco existente no pessoal do Quilombo da Caçandoca. Eu não sei, tem na Ilhabela, mas em Caraguatatuba a gente não conseguiu manter. Nós tínhamos alguns padres que sempre estavam à frente, como o padre Alessandro, e que hoje não está mais lá. Por isso a gente enfraqueceu muito, mas temos os grupos de referência que são os grupos do moçambique, hip-hop, maracatu, capoeira, samba de tambor

e outros. Aqui a nossa congada também acabou. Então a gente ainda tem o quilombo, que é com a Marlene, pessoa com um trabalho bacana lá também na Caçandoca.

Aqui estão os trabalhos que a gente faz nas escolas, nas entidades com as manifestações para as quais nós somos convidados. Nessa foto (**Figura 1**) tem-se o registro da 1ª Conferência da Igualdade Racial do Litoral Norte e Vale do Paraíba, que aconteceu em Caraguatatuba, organizada pela Zambô e pela Secretaria Estadual da Justiça e Cidadania do Estado de São Paulo.

Figura 1 — 1ª Conferência da Igualdade Racial Litoral Norte e Vale do Paraíba



Fonte: acervo pessoal da autora, 2009.

A **Figura 2** mostra uma mesa da partilha, que é uma questão da cultura negra, muito ligada para nós à alimentação e a gente valoriza muito. Atribuir o partilhar com o próximo: isso é muito importante dentro da cultura negra.

Figura 2 — Mesa da partilha



Fonte: acervo pessoal da autora, 2008.

E aqui (**Figura 3**) tem ainda o sítio arqueológico de São Francisco, de mais de 200 anos, que também era um sítio com escravos. Quando chegavam aqui no Brasil, ficavam lá para serem engordados e depois comercializados. Mesmo após a abolição, ainda existia o comércio clandestino de pessoas escravizadas.

Figura 3 — Sítio arqueológico São Francisco em São Sebastião (SP)



Fonte: acervo pessoal da autora, 2021.

Figura 4 — Sítio arqueológico São Francisco em São Sebastião (SP)



Fonte: acervo pessoal da autora, 2021.

Aqui também é um ato ecumênico inculturado afro-brasileiro, que é feita pelo grupo lá da Caçandoca.

Figura 5 - Ato ecumênico inculturado afro-brasileiro



Fonte: acervo pessoal da autora, 2008.

Temos também um trabalho lá. Como a religião é muito forte em devoção à Nossa Senhora, o Dia das Crianças sempre acontece todo ano e, em outubro, comemora-se também o dia de Nossa Senhora. É uma questão muito forte lá no quilombo.

Figura 6 — Procissão na Caçandoca - comemoração do dia 12/10



Fonte: acervo pessoal da autora, 2019.

Aqui é uma área, a Caçandoquinha, lá no quilombo, espaço onde o pessoal se reúne.

Figura 7 — Caçandoquinha



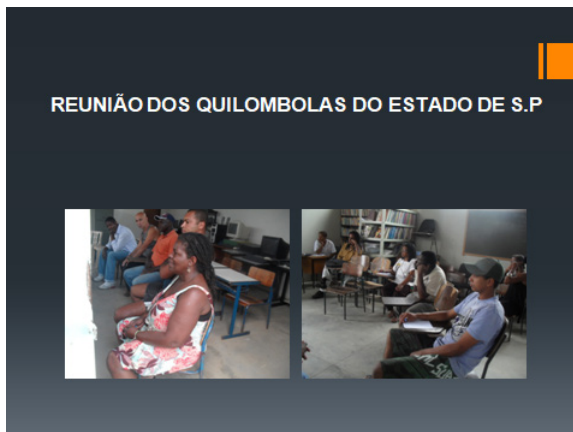
Fonte: acervo pessoal da autora, 2021.

É um local muito perseguido. Aqui a gente está fazendo um trabalho no Quilombo do Cafundó em Salto de Pirapora (SP).

Figura 8 — Quilombo do Cafundó

Fonte: acervo pessoal da autora, 2012.

Aqui se vê algumas reuniões das quais a gente participa. Eu participo muito com o pessoal, levando as informações e fazendo um intercâmbio.

Figura 9 — Reunião dos quilombolas do estado de São Paulo

Fonte: elaborado pela autora, 2012.

Aqui é o momento da manifestação do moçambique, que também é uma festa religiosa aqui em Caraguatatuba.

Figura 10 — Moçambique



Fonte: acervo pessoal da autora, 2015.

E essa aqui são minhas raízes, né? Que a gente passa, de família. É o que a gente valoriza muito.

Figura 11 — Familiares



Fonte: elaborado pela autora, 2021.

E com muita luta, eu me formei com quase 60 anos. Você vê que não é fácil, mas eu me sinto vitoriosa pois me formei em História. Foi muito importante para mim.

Figura 12 — Minha formatura



Fonte: elaborado pela autora, 2008.

Aqui está o nosso grupo dos historiadores.

Figura 13 — Minha turma



Fonte: acervo pessoal da autora, 2008.

A função da Zambô, como a gente coloca aqui, tem como objetivo combater de todas as formas o racismo por intermédio da legislação contra a discriminação, e a nossa missão é difundir e apoiar as nossas ações.

O que eu gostaria de registrar de importante para nós, nesse momento, é que a gente teve um apoio muito importante, que foi agora a Lei Aldir Blanc, que nasceu de uma luta das deputadas Benedita da Silva e Jandira Feghali. Tal lei trouxe esse recurso para o Brasil. Então, Caraguatatuba recebeu uma média de mais de R\$ 850.000,00 para todo o município, e, com esse dinheiro, conseguimos pagar o aluguel do nosso espaço. Hoje, graças à Lei Aldir Blanc, desse recurso que Caraguá recebeu a ONG Zambô obteve R\$ 9.000,00, dinheiro que valeu muito para a gente manter a nossa sede.

Esse recurso é administrado pela Fundação Cultural de Caraguatatuba e pelo Conselho Municipal de Políticas Públicas de Caraguatatuba (CMPCC). Esse conselho é paritário: 50% da sociedade civil e 50% do setor público. É um conselho muito atuante que trabalha muito. Eu sou do setorial de etnia e gênero e participo também do conselho deliberativo da Fundacc no setor do Folclore e Tradições Populares. A gente tem esse apoio aqui da prefeitura porque o recurso vem para o fundo do CMPCC, e ele é quem decide onde será aplicado, mas a prestação de contas é feita pela prefeitura e pela Fundacc.

E a gente tem na tela os logos [das instituições federais envolvidas], também falando do nosso Brasil que teve essa representação que veio de Brasília. Então a gente tem muito o que falar dessa Lei Aldir Blanc, porque ela veio ajudar muito o setor artístico do Brasil, principalmente nós, de Caraguatatuba.

Eu agradeço a todos, todas e todes, né?

CAPÍTULO X

Perguntas e respostas²²

Francisco

Eu achei muito interessante a fala dos três convidados hoje. Na verdade, me pareceu que são narrativas de pessoas e grupos que foram atropelados pelo desenvolvimento. Isso que me parece, pois são pessoas, no caso da Cocanha, são pescadores, que vivem do turismo e, de repente, são atropelados por esse derramamento de óleo. A moradora do quilombo, a Marlene, que está ali e aí vem uma empresa imobiliária vendendo o futuro e a tira do seu lugar de origem. E na última apresentação, Dona Terezinha, que mostra isso também, que esses africanos estavam lá em suas comunidades e de repente são retirados à força do seu lugar de origem em nome desse desenvolvimento injusto, desigual, que é prejudicial.

É difícil um grupo de pescadores lutar contra a Petrobrás. É difícil um grupo de moradores sair da sua terra na beira da praia e ser levado para a periferia de um bairro rural, que é o caso da Maranduba, além da situação dos africanos, que foram escravizados. Pior ainda: chegar aqui em um outro país, numa condição desumana, sem qualquer possibilidade de diálogo, de negociação ou mesmo de manutenção de seus hábitos.

Então as três falas mostram como esse desenvolvimento que a gente tanto defende achando que é a solução econômica e tecnológica para a nação é recebido na outra ponta pelos pequenos grupos, por pessoas que vivem em pequenas comunidades, e isso é muito importante a gente pon-

22 As falas que geraram esse capítulo foram transcritas por Tais Taciana da Silva Mariano, aluna do curso de Tecnologia em Processos Gerenciais do IFSP – Caraguatatuba, a quem agradecemos.

tuar. Por quê? Porque nós estamos hoje passando por uma nova fase de desenvolvimento. O litoral norte, em função da descoberta do pré-sal, começou a receber uma série de investimentos que trouxeram grandes empreendimentos para a cidade, como a ampliação do porto, a duplicação da Tamoios e da avenida de contorno, o que refletiu na alteração das políticas: alteração do plano diretor, alteração do zoneamento ecológico-econômico. Isso vai do mesmo jeito... Essas comunidades já foram impactadas num primeiro momento, ou seja, isso novamente pode se repetir. A tendência é que isso se repita. E aí a grande esperança é que a gente tenha conseguido aprender um pouco com essa história. Estar se organizando, estar mais fortalecido, estar mais atento para não ser ludibriado como aconteceu no passado.

Então eu queria falar agora com o Zé Luiz. Por exemplo, é muito interessante essa história que ele conta, porque como a comunidade precisou se organizar, ela não conseguiu isso sozinha, mas também precisou de ajuda institucional, então ela precisou envolver a prefeitura, o Instituto de Pesca e, mesmo com um apoio disso tudo, ela ainda ficou à deriva. Demorou quatro meses para eles começarem a ter uma resposta. Demorou quase um ano para receber essa bolsa. Vieram 2 salários mínimos de indenização, mas, ao mesmo tempo, durante todo esse processo, não é só o dinheiro. Seu Zé Luiz, eu imagino que os hábitos dos pescadores foram alterados. Como que é? Eu imagino que todo mundo deva ter ficado meio perdido, perguntando: o que eu vou fazer agora, né? Porque eu conseguia pescar e aí de repente eu não posso mais pescar. Eu já vendi o meu material porque achei que não ia ter futuro. O dinheiro está entrando, mas não é simplesmente uma questão financeira, né? Tem outras coisas aí que estão relacionadas, e, no meio de uma situação como essa, como você vai convencer o adolescente, o seu filho, que já estava meio na dúvida se ele ia seguir esse caminho ou não? E aí, de repente, ele se vê atropelado por tudo isso. Eu achei importante, muito importante, essa discussão, porque quando é em função desses empreendimentos que estão acontecendo aqui no litoral norte, muitos deles passam por um licenciamento ambiental, por meio dos estudos de impacto ambiental, e esses estudos muitas vezes não contemplam essas comunidades. Eu lembro, por exemplo, de

quando foi a audiência para a perfuração do poço do pré-sal na Ilhabela. A discussão era que Caraguatatuba, por exemplo, e São Sebastião não estavam inseridos como área de influência direta. O estudo se limitava somente ao município de Ilhabela, e esse derramamento de petróleo mostra como as coisas estão interligadas, né? Não dá para a gente separar uma coisa da outra. E aí? Foi graças a essa articulação da comunidade, que foi lá, que pleiteou, que questionou esses estudos, que conseguiu trazer alguma diferença, mas ainda assim faltam muitas coisas, e então, eu queria saber do Zé Luiz, como que foi isso? Além dessa questão financeira, teve outros impactos no comportamento da comunidade? Porque o acidente foi em 2013. Vocês pararam de pescar e de coletar os mexilhões em 2013 e só em 2015 começaram a retomar essas fazendas. Então, o que aconteceu? Quais foram as atividades que esses pescadores desenvolveram nesses dois anos? E o que isso virou hoje? Se hoje está a pleno vapor, está trabalhando 100%? E teve algum aprendizado disso que ficou e trouxe alguns frutos dessa história?

José Luiz

Boa noite, então nossa retomada é assim. Durante o processo, nós ficamos com 6 meses sem renda nenhuma, foi o momento mais difícil mesmo, mas depois de conseguir esse auxílio mensal da prefeitura, acho que o pessoal sentiu uma segurança. Mas ainda assim era uma coisa incerta, você não sabia se a gente ia voltar e como ia ser essa retomada, né? Então, assim, nós também tivemos esse apoio psicológico de pessoas de fora, que diziam: vocês vão conseguir, vamos ajudar. Principalmente de pessoas de algumas instituições de pesquisa, que diziam: vamos lá, que vamos ajudar vocês a retomar, tá? Mas foi um momento difícil, mesmo que ele não tivesse uma garantia, vamos lá e vai voltar ao normal, né? É totalmente com insegurança.

Então foi um momento bem difícil. Até mesmo voltando em 2015, ficamos dois anos totalmente parados. Acho que cada um pensou: acabou, né? Alguns tiveram mais uma pesca de subsistência, até porque tinha essa bolsa de 2 salários mínimos; outros optaram por pintar ou fazer ou-

tros serviços, né? Para poder melhorar a renda. Mas aí a retomada só em 2015, mesmo assim foi difícil. E deixou aí totalmente inseguro. Será que tem como conseguir? Será que vai dar certo? Será que vale a pena de novo? Voltar depois, passar por isso de novo, então foi isso. A nossa sorte é que nós somos um grupo, né? Que são 17 famílias, todas em um local só, então um se apoiou no outro e o pessoal de fora também nos ajudou. Mas eu até vejo alguma outra comunidade mais isolada e se a gente tivesse em menor grupo, talvez nem retomaria. Então, foi muito disso.

Francisco

Hoje 100% da produção foi retomada?

José Luiz

Voltou ao normal, está produzindo assim. A gente tem uma oscilação durante o ano, mas por condições, fatores ambientais, né? Que nem em janeiro agora, esquentou demais em uma fase, nossa produção deu uma queda, mas isso é normal. Não um acidente, né? Tirada pelo homem, o resto está acostumado.

Francisco

E essa associação de que você faz parte hoje, Zé Luiz, ela já existia na época desse acidente ou ela foi construída naquela época, quando vocês precisaram se organizar para conseguir retomar as atividades?

José Luiz

Não, a associação já existia. Foi fundada em 2000, então aí no mesmo ano praticamente a gente começou, fizemos o festival do mexilhão até 2012. Foram doze festivais. Aí, no ano seguinte, 2013, teve o vazamento e de lá para cá não conseguimos realizar nenhum outro festival, por enquanto. Mas já existia e foi fundamental, porque, na verdade, nós tivemos

um vazamento já em 2003, e também foi de proporção bem maior que atingiu até Ubatuba, só que, por falta de conhecimento, acabou que o pessoal veio e a gerência da época repassou os materiais de maricultura para nós e voltamos. Mas a fazenda foi mexida e aí o pessoal também foi consumindo o que estava lá por falta de informação, por não ter o envolvimento da CETESB ou de outra instituição na época. Então passou batido, só que com esse de 2013 já estava com mais informação e mais conhecimento, até porque o Instituto de Pesca já fazia trabalho de pesquisa aqui desde 2007, e a própria CETESB também. Como a Cocanha é uma concentração grande de maricultores, ela usava como base de pesquisa, referência para outros locais, para dar licenciamento ambiental para outros locais, em tamanho menor. Então a gente tinha todo esse amparo. Já, mais ou menos... já o pessoal, mas mesmo assim foi difícil porque percebe que a Petrobrás financia muitas instituições aqui, né? Então é que ninguém quer pôr o nome dele contra, a quem está financiando, né? Então essa foi a dificuldade. Aí houve algumas pessoas da instituição que ela mesma acabou ajudando, mas sem a autorização da chefia, né? Por trás, de trás, e por fora. Então foi. Foi difícil pra caramba, mesmo assim.

Francisco

É, mas é essa situação, né? Você está contando da importância do apoio, e ao mesmo tempo, com um medo de apoiar. Tem uma frase que fala assim: em briga de rochedo com o mar, quem apanha é o marisco. É isso, foi o caso de vocês. Mas é muito importante, né? Na verdade, queria agradecer a sua fala, o fato de você mostrar a importância da organização da comunidade e a importância dessas comunidades estarem sendo apoiadas por outras instituições, né? Que é mais ou menos isso que nós estamos fazendo aqui. O IF enquanto instituição está se aproximando dessas comunidades para fazer esse fortalecimento, então é legal que a gente procure lugares que já existam, essas organizações. Isso é uma coisa que surge naturalmente, né? Por uma vontade ou mesmo por uma necessidade. Ao longo da história dessa organização, é preciso adquirir parceiros para continuar nessa trajetória. E agradecer vocês também por estarem

se aproximando da gente, por trazerem esse conhecimento e compartilharem essa experiência, porque daí assim, o ensino fica muito mais rico, foge da sala de aula. Ele fica mais interessante porque ele se confronta com situações do dia a dia, que não é mais o livro de história longe, mas é o município de Caraguatatuba, aquilo que aconteceu no meu vizinho, aquilo que aconteceu há 10 anos e não é só uma teoria. Isso é muito interessante, então, muito obrigado, viu Zé Luiz? Muito obrigado, parabéns.

José Luiz

Eu também agradeço a vocês pelo convite. Como você falou, é um ganho para os dois lados, para nós, como uma comunidade, e para vocês como instituições, né? Para os alunos, então, é um ganho... isso é bom.

Francisco

A Marlene contando a história dela lá do Quilombo da Caçandoca fez eu me lembrar de alguns relatos de uns alunos. Eu tenho uma aluna cuja avó era da Ilhabela, e ela me contou que a avó trocou uma casa na costeira da Ilhabela por uma casa no Tinga, porque queria morar na cidade. Então, hoje sei lá quantos anos depois, se foram 30 anos depois, se foram 50 anos depois, quanto vale um terreno na costeira da Ilhabela e quanto vale um terreno no Tinga, né? Eu acredito que na costeira, em Ilhabela deve ser por volta de milhões, né? E no Tinga vale o que, 100 mil, 200 mil, vale 10%, 20%, e essa pessoa, quando fez a troca, achou que estava ganhando naquele momento. E aí isso mostra como que é muito, não sei se é ilusão, se é malícia, porque a pessoa que mora numa comunidade e ela vai atrás de um sonho da cidade grande, mas ela não tem uma estrutura, ela não vai conseguir ter competitividade, né? Para chegar nessa cidade para pleitear um emprego qualificado, para conseguir disputar, porque nessas comunidades é difícil, a escolarização e o transporte não chegam, é afastado. A estrada é de terra, quando chove não chega, você não tem recurso, então aí quando muito, existe uma escola e de formação de ensino infantil, ensino médio, mas você conseguir preparar essa pessoa para

chegar em pé de igualdade na cidade e conseguir ter o seu espaço ao sol é muito difícil, né? É muito desigual. É muito injusta essa competição, né? Então é muito importante essa narrativa que você conta, de como as pessoas, elas dentro da sua simplicidade, acabam sendo enganadas porque todo mundo quer crescer, né? Você oferece possibilidades de melhoria. Todo mundo aceita. Quem não quer ganhar mais? Quem não quer morar num lugar melhor agora? Será que realmente essas pessoas que estão aparecendo estão sendo de boa-fé ou será que não? E aí, não só vocês foram atropelados pelo desenvolvimento, como o próprio guaiamum, né, que sobrou para ele agora... demora três horas para fazer um trajeto que demorava meia, que nem a gente na temporada, né? Não consegue nem ir trabalhar em função desses turistas.

Então, eu acho muito importante esse relato dessa transformação, porque a Caçandoca continua crescendo, né? Ela está crescendo, ela está recebendo maior número de visitantes, e como que a população, como que a comunidade, Marlene, está lidando com isso? Quais são as ações que ela está fazendo? Quais são os avanços? Eu soube que a escola vai voltar a funcionar, você sabe um pouco disso?

Marlene

Eu não participo diretamente da associação do Quilombo da Caçandoca, pois sou de família caiçara. Meu pai era um caiçara da Praia Grande do Bonete e a minha mãe uma caiçara da Maranduba. Quando as pessoas, por serem ingênuas e acreditarem nas outras, foram embora do quilombo em razão do assédio, mais tarde, por volta dos anos 2000, quem pertencia à árvore genealógica da Caçandoca pôde voltar, já os caiçaras não podiam voltar. Eu falo que eu não voltei para lá, pois sempre me senti pertencente àquele lugar. Mas quando é para falar sobre o Quilombo da Caçandoca e como estão as coisas, eu só posso falar aquilo que eu estou vendo. Eu falei o que eu vi e o que eu vivi, é minha história, né? Então, assim, hoje eu vejo lá muitas construções desordenadas que estão avançando muito para as áreas de proteção permanente e, além do mais, há a presença dos esgotos sem o devido tratamento. Uma notícia boa que eu

ouvi é que a escola vai ser reformada e vai voltar a ter aula na Caçandoca, o que faz muitos anos que não tem. As crianças têm que enfrentar uma estrada sem condições que quase sempre não passa condução, porque é uma estrada que não é cuidada. Então o ônibus da escola não consegue ir até lá para buscar as crianças que não conseguem sair.

Na Caçandoca já tem número de crianças suficiente para uma sala de aula, até duas, não sei. Então, a notícia boa que eu ouvi é que vão reformar, que vai voltar a ter aula na Caçandoca. Eu não acredito que isso aconteça logo, pois acho que vai demorar um pouco, mas a gente tem fé e esperança que aconteça.

E a estrada, também do mesmo jeito, é promessa sempre aos moradores que continuam lá com essa dificuldade de sair da Caçandoca, tem que sair a pé, até porque de carro, quando chove muito, é impossível. É isso que eu sei, né? A organização da área do estacionamento e quiosques fica em uma área de restinga, mas também já ouvi várias vezes que tudo isso vai ser revitalizado e que vão recuar um pouco, mas continua lá. O jundú era lindo, maravilhoso, mas pela necessidade que as pessoas tiveram de construir suas barracas lá ele não existe mais, mas pode vir a ser reconstruído, pois a natureza é maravilhosa. A partir do momento que você não mexe, ela se reconstrói.

Existe uma associação do Quilombo da Caçandoca que tenta fazer o que pode. Não sei, também não posso falar por eles, né? Pois não sou associada. Mas acredito que coisas boas irão acontecer. Sobre o manguezal, ele não existe mais. Quando eu falo de manguezal, ele existia no passado, mas, na realidade, hoje é uma área de mangue. E se a gente não se fortalecer para salvá-lo, nem a área de mangue daqui a pouco vai existir. Então, eu não posso falar em nome do Quilombo da Caçandoca e da associação do quilombo, mas posso falar em nome da caicara que eu sou, da cidadã que sou e daquilo que eu vejo. Saí de lá, mas nunca deixei de ir lá, desde a minha infância, minha juventude e agora que eu estou aposentada. A gente ficou um ano e meio parado por causa da covid-19, sem fazer nenhum trabalho lá na Caçandoca, mas eu estou voltando aos poucos, porque lá é meu lugar. Caraguatatuba é o lugar que eu escolhi para morar,

mas a Caçandoca é a minha terra natal, né? E se Deus quiser, o projeto sobre o manguezal e o grupo irão avançar, e a gente vai conseguir ajudar naquilo que for possível.

Francisco

Sim, mas eu acho assim, você... é interessante, né? Já reconhece que tem esse crescimento que vem acontecendo cada vez mais, e é muito importante esse trabalho de vocês que pontuam a preservação do manguezal. Que esse crescimento não seja prejudicial. Quanto aos moradores, pode ser que demore muito tempo para acontecer. No Brasil, tudo demora muito. O que é coletivo demora mais ainda, né? Porque depende da associação, da aprovação, da deliberação. Nunca se tem um consenso, mas o primeiro passo para a gente resolver um problema é saber que ele existe. E só o fato deles estarem conscientes que existe um crescimento que precisa ser controlado, que existe uma perda do manguezal que vai garantir a qualidade ambiental, já é o primeiro passo para eles caminharem na melhoria disso tudo.

Eu também tenho alguns outros trabalhos que a gente desenvolve lá na Caçandoca e na comunidade. O último trabalho que a gente fez foi exatamente um mapeamento da infraestrutura para localizar por foto aérea onde estão as construções hoje, do que elas são feitas, se são de madeira, se são de alvenaria, se são de taipa, e se elas têm energia elétrica, para que eles possam ter esse registro da situação atual, no caso 2020, que foi feito ano passado, e, a partir disso, poder pensar como vai ser essa Caçandoca no futuro. Se vai ter que recuar, se pode avançar, que tenham esses dados para que possam ser levados em discussões coletivas, né? E para que a comunidade tome as rédeas do seu próprio desenvolvimento.

Então é muito legal que eles tenham essa preocupação. Tem uma coisa do morador, que eu sinto lá na Caçandoca, e você, como uma moradora, tem a sensação de que as coisas não caminham, né? Porque vocês estão ali o tempo todo e aí dá essa sensação de que poderia ser melhor. Poderia ser melhor, pode ser melhor... mas quem está de fora consegue olhar com menos paixão, sabe? E aí você consegue. Você percebe que existem

muitos avanços. Então, por mais difícil que seja, a Caçandoca está dando passos muito importantes. Começou desde a sua mudança, né? As pessoas que resolveram “a gente não vai mudar, a gente vai ficar”, elas resistiram. Isso depois virou um reconhecimento legal do território. Em 2003, e agora aí, 20 anos depois, já está pensando, né? Em pensar no zoneamento, em garantir a preservação do manguezal, aliado para esse crescimento populacional... Então, por mais que pareça ser a passos de formiguinha, eles estão sendo dados, né? Isso tem que ser reconhecido sim. Então eu agradeço também a você pelo seu depoimento, por estar lutando e contribuindo para o manguezal, para as crianças, né? Mesmo que isso não seja um mar de rosas, Marlene, porque a gente sabe que nunca é.

Marlene

Eu acredito em um resultado a partir da educação. É, eu não sou técnica, eu sou uma pessoa que viveu ou que vive isso, né? Não tenho nem a capacidade de ficar fazendo determinadas coisas, mas eu tenho apoio, um grupo, e a gente sabe que tem que respeitar esse ecossistema, tem que proteger para preservar e respeitar também a comunidade, que é uma comunidade tradicional. A gente não pode ir além daquilo que nos é permitido, né? Então só vai acontecer se a comunidade, como parte, abraçar nosso trabalho, e a comunidade abraçou o trabalho. Eu acredito em um futuro melhor para a Caçandoca, nas questões do saneamento básico, das construções e na preservação das áreas de proteção permanente. Agradeço imensamente a você e a professora, com vocês eu tenho aprendido muito. Agradeço ao pessoal da Caçandoca. Eu estou muito feliz e muito contente, pois eu não imaginava nunca estar aqui conversando e falando sobre tudo isso. Quando me convidou, fiquei morrendo de vergonha, pois eu não sei dominar a tecnologia, mas eu acho que deu certo e agradeço muito mesmo a todos.

Francisco

Tem umas perguntas aqui no YouTube que eu gostaria de ler para vocês. Para você, Marlene, é a Cleide Azevedo do ITESP. Ela está perguntando se o projeto de vocês já recebeu algum tipo de financiamento?

Marlene

Não. Nosso grupo é voluntário, e o grupo começou entre 2011 e 2012. Em 2013, foi aprovado pela associação o projeto. Todo mundo trabalha voluntariamente, tanto as pessoas dentro da Caçandoca, como quem é de fora, todo mundo pertence ao grupo. É um trabalho voluntário, e eu posso dizer que nós já fizemos muitas coisas e que não dá para falar em tão pouco tempo, mas nós fizemos muito na área ambiental e na área social. Infelizmente, na questão da área do manguezal nós não conseguimos avançar, porque a gente tem que respeitá-los, pois os moradores precisam trabalhar. Em relação aos caranguejos, tem um trabalho legal lá, e a população de caranguejos aumentou muito. Então é um trabalho voluntário, onde já fizemos muitas coisas, nós nunca recebemos e a gente até coloca o nosso dinheiro na hora de fazer. Cada um colabora um pouco em dinheiro e, quando não pode, pede doação ou pede ajuda para alguém, compra alguma coisa... É assim que a gente realiza os nossos eventos e festas.

Francisco

Excelente, então. E aí, tem pergunta para Dona Teresinha e para o Zé Luiz. Para Dona Teresinha, a Cleide, também do ITESP, pergunta se existe algum bairro negro em Caraguatatuba, algum bairro que tenha a predominância de população negra ou até, possivelmente, de origem quilombola em Caraguá. Tem que ligar o microfone... Dona Teresinha, chama o seu netinho, aí.

Teresinha

A gente em Caraguatatuba tem os bairros do Perequê e do Travessão. São bairros onde a gente fez um trabalho, e que parece assim, até pelo trabalho de convivência que a gente tem, que é uma grande população negra e afrodescendente nesses bairros. E tem uma característica: Caraguá é uma cidade em que a gente não tem esse dado. É uma coisa que inclusive está no nosso planejamento, que até foi o IF que fez um diagnóstico, né? E a gente está trabalhando em cima desse diagnóstico, que apontou várias coisas e a gente está indo no que é prioridade. O que nós pudemos fazer primeiro era ter a sede, o que a gente conseguiu aí, como eu falei, graças à lei Aldir Blanc, e a gente conseguiu manter.

E agora vemos a pesquisa, o que a gente pretende fazer, mas o bairro é de população grande e eu participo do conselho da assistência social, já participei, na verdade. Eu já participei da Criança e do Adolescente e a gente tem esses dados que nos foram dados, a gente tem esse olhar porque convivendo você percebe. E um grande arrimo da família lá são as mulheres, porque elas ainda conseguem ter seu emprego de faxineira, de empregada doméstica, ao passo que o grande contingente de homens é de trabalho de obras, da construção civil.

Então a gente não tem um dado especificamente, que eu acho que nem tinha, nem todas as cidades. Em Ubatuba que parece que tem um pouco, um bairro que tem lá, o Cazanga também que o pessoal comenta, o que que é um bairro, né? Mas Caraguatatuba não tem ainda esses dados, é uma coisa que nós precisamos fazer.

Francisco

Sim, superimportante, porque essa questão do dado oficial, do registro, a gente não tem esse costume quando se trata dessa temática, né? De afro-brasileira e indígena. Assim, isso passa despercebido. Eu digo isso porque você fez um comentário sobre que, um grande desafio, que são os próprios professores, né? Conseguir saber do caçara às crianças, e você comentou que o IF tem essa iniciativa, o que de fato tem, mas também

porque ele foi cobrado por isso, né? A Lei nº 10.639, quando cita as políticas afirmativas, fala não só de cota, mas também da ementa da disciplina que tem que ser discutida dentro da sala de aula. Ela fala que na biblioteca tem que ter livros com essa temática.

Bem, então foi graças a essa legislação que foi criado o NEABI, que é o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas do IFSP. Ele tem verba específica para promover ações na área de ensino, na área de pesquisa e na área de extensão. É por meio dessa verba que a gente consegue bolsa para fazer uma iniciação científica na Caçandoca e para fazer o projeto Touba com a comunidade dos imigrantes no município. As coisas também dependem desse apoio legal. Então, o primeiro passo é criar a comunidade, se articular, se organizar, pressionar o governo, porque o governo cria a lei, e uma vez que ele cria lei, as instituições correm atrás para fechar o ciclo e levar isso até a comunidade.

Sobre os dados, a gente, o NEABI, começou a ir atrás e também não tinha nada para oferecer. Quantos são os alunos cotistas em Caraguatatuba? É só aluno, tem técnico administrativo, tem professor? Esse aluno entrou, se formou, recebeu apoio, conseguiu emprego? O que aconteceu, né? Para que não seja de novo uma outra Lei Áurea. Agora ele caminha com suas próprias pernas? Tem que ter toda uma estrutura de acompanhamento. Você tem a sua vaga, você vai conseguir ter a sua permanência, você vai conseguir se formar, e ser encaixado no mercado profissional. Mas é importante que tenha esse acompanhamento, né? Isso é muito importante. A organização pressiona a formulação de política.

Você está de parabéns também pelo seu trabalho, viu Dona Teresinha! É um trabalho de esclarecimento, de alerta, que é muito importante porque, como dizia o Milton Santos, é preciso explicitar o óbvio, né? Todo mundo vê que o Perequê, o Travessão, a população, é a maioria negra, mas se ninguém registra, se ninguém se articula, essa população não ganha força. Então, esse trabalho que a senhora faz é muito especial. Ele é muito importante para que isso aconteça.

E agora eu queria, para finalizar, fazer as perguntas para o Zé Luiz. A gente tem muita coisa aqui, e não dá para ir se estendendo muito. O Edu-

ardo Gigliotis pergunta: o quanto a atividade do vale-cultura ajudou na permanência das famílias caiçaras na praia da Cocanha? Essas fazendas de marisco ajudaram na permanência dessas famílias? E quando teve o acidente, vocês chegaram a pensar que isso seria irreversível, que vocês não iriam conseguir mais produzir? E vocês estão conseguindo produzir na mesma velocidade como era antigamente?

José Luiz

A fazenda, sim, ela ajudou pessoalmente a geração mais nova, né? Já o pessoal mais antigo, pescador já tinha que lá na tradição mesmo, é dele que está pescando. Essa geração nova que veio foi que segurou esse pessoal aqui na comunidade, porque se não tivesse essa fazenda podia ser uma atividade um pouco diferente, né? A pesca extrativa, você vai lá, coleta e volta no dia do extrativismo. Aqui não, você tem que plantar para colher. Tem um pouco disso, um pouco diferente, então é isso daí, da geração mais nova, tanto é que são os filhos, netos do pessoal aqui mais antigo. E sobre a retomada, como falei no início, foi difícil e chegamos a pensar que não íamos conseguir, né? Se não tivéssemos tido um apoio do pessoal animando a gente... E a terceira pergunta, não estou lembrado.

Francisco

O que você acha da fazenda de mexilhões? Voltaram a produzir a mesma quantidade que ela produzia antes do acidente, ela consegue produzir a mesma quantidade de hoje?

José Luiz

Não, ainda não, não chegou. Acho que no ano de 2013, né? Aquele lá fui eu. A melhor época estava produzindo, né? Ainda não conseguimos produzir igual antes.

Francisco

E vocês acham que quais seriam as melhores atividades para manter o local produzindo e protegido? E outra: O que pode ser feito para ajudar, que você acha que seria bacana acontecer ali?

José Luiz

Seria o que estava falando agora, o turismo de base comunitária, né? Aproveitar o local para dizer isso, desenvolver um turismo sustentável. Então devemos aproveitar esse turismo que já temos e organizá-lo para poder gerar mais renda para a comunidade, daí o pessoal fica aqui, na nossa comunidade, e não sai do local tranquilo.

Francisco

Muito legal, muito legal, porque do viés turístico na nossa região não tem como escapar, né? Então, em vez da gente ficar lutando contra ele, tem que ser estratégico: entender como ele funciona para a gente conseguir tirar o melhor partido, porque senão a gente vai ser atropelado por esse desenvolvimento. Vão ser esses grandes empreendedores, com redes de hotéis padronizadas que acabam comprando a troco de banana um lote, que depois vai ser supervalorizado quando chegar a infraestrutura. Então é muito importante que vocês tenham essa preocupação. E tentar aproveitar a onda também, né? Surfar nessa onda que está dando dinheiro.

José Luiz

Eu vejo por aí. Se a gente não se organizar e fizer esse turismo, vai vir outro e vai acabar fazendo. Não vai acontecer assim. Então o lema é não remar contra a maré.

Francisco

Para finalizar, o José Ramos de Carvalho disse que eles estão estruturando a Coordenadoria da Associação Paulista dos Gestores Ambientais aqui no litoral norte. O coordenador é o Rafael Pinheiro, e eles estão à disposição para futuras ações e projetos. Eu gostaria de salientar e agradecer a participação do público que mandou perguntas para a gente.

Tivemos muitas perguntas, de pessoas, de instituições, de organizações da sociedade civil, discussões públicas. Essa nova coordenadoria são pessoas que estão preocupadas em conhecer a realidade de outros movimentos populares, hoje foi o dia dos movimentos populares e foi o dia que a gente mais recebeu essa interação com o público, tá?

Esse é um reflexo muito positivo, porque mostra que é interessante e que é uma demanda da população, que quer ouvir sobre isso. Quando se abre o espaço, as pessoas participam, então agradeço imensamente a todos vocês, em especial à professora Carminha, que foi a idealizadora desse webinar. Foi uma maneira de a gente conseguir driblar a pandemia, né? A gente faz um trabalho de extensão voltado às comunidades, mas, em função desse contexto, precisamos parar de atuar, e aí a Carminha, de uma maneira brilhante, veio e falou: vamos fazer esse webinar, vamos chamar pessoas... Então foi muito legal, viu Carminha, que é uma maneira da gente, ao mesmo tempo, fazer um retrospecto da nossa história, voltar a conversar com pessoas que conhecemos nessa trajetória e juntar com pessoas novas, né? Então eu agradeço imensamente a sua companhia e a sua motivação.

CAPÍTULO XI

Considerações finais

Francisco Fabbro Neto

Maria do Carmo Cataldi Mutterle

O livro apresenta narrativas de diferentes olhares sobre povos e comunidades tradicionais: indígenas, ribeirinhas, quilombolas e caiçaras. O contexto dos povos indígenas e das comunidades ribeirinhas é analisado a partir do olhar acadêmico, proveniente de pesquisas de doutorado e pós-doutorado realizadas em universidades no Brasil e no exterior. A problemática das comunidades quilombolas e caiçaras são apresentadas a partir do olhar estudantil, realizado por alunos dos cursos de níveis técnico e superior do IFSP Caraguatatuba. As comunidades caiçaras e respectivas estratégias de geração de renda e preservação cultural são abordadas por meio do olhar profissional. Por fim, o olhar das lideranças populares envolve membros das comunidades caiçaras, quilombolas e do movimento negro urbano organizado do litoral norte de São Paulo.

Interessante destacar que, mesmo separadas geograficamente, os povos e as comunidades tradicionais analisadas na primeira e na segunda seção, sejam indígenas, ribeirinhas, caiçaras ou quilombolas, enfrentam problemas com os atuais modelos de desenvolvimento focados no setor energético e sofrem desrespeito às prerrogativas legais, conduzidos pelo próprio poder público.

Na terceira seção, soluções para a exploração turística aliada à autonomia das comunidades caiçaras são descritas, e são apresentados os passos metodológicos para a ação ser replicada em outros territórios tradicionais.

Na quarta seção, dedicada ao olhar dos movimentos populares, lideranças das comunidades tradicionais do litoral norte de São Paulo nararam suas trajetórias, vividas no enfrentamento do progresso associado ao provimento de infraestrutura, e nos trazem a reflexão sobre os custos so-

ciais e ambientais do desenvolvimento econômico. Por fim, temos o capítulo de perguntas e respostas, com participação efetiva dos agentes de órgãos públicos relacionados a esse enfrentamento no Litoral Norte de São Paulo.

É importante notar que, mesmo sendo povos e comunidades diferentes, situadas em distintas regiões, os conflitos enfrentados são parecidos. As pressões vêm da iniciativa privada, do setor público e da própria fragilidade na organização interna dessas comunidades. A experiência na solução desses problemas, desenvolvidas em cada uma dessas comunidades, poderá servir de modelo para as demais.

Assim, o intuito deste livro é organizar os olhares e as experiências narradas, a fim de disseminar o conhecimento para fortalecer a gestão de territórios e recursos, a serem realizadas pelos próprios moradores. Porém, autogestão não significa isolamento. A busca por parceiros, sejam de outros povos e comunidades, sejam de outros setores ou níveis de governo, também deve compor as estratégias de ação e resistência.

As ideias principais apresentadas em cada capítulo deste livro nos inspiram a destacar dois aspectos fundamentais: as noções de desenvolvimento e a participação dos membros dos povos e das comunidades tradicionais na elaboração e compreensão de projetos e documentos.

Muitas são as obras que tratam do desenvolvimento, mas o que se apresenta na noção de desenvolvimento sustentável é o reconhecimento da verdadeira riqueza do nosso planeta. Como diria Milton Santos (2013), rico em biodiversidade, nosso planeta é também rico em socio-diversidade. Portanto, faz-se necessário reconhecer que as noções de desenvolvimento devem rever as noções de progresso.

Amartya Sen (2000) também ressalta a importância do caráter multifacetário do desenvolvimento, sugerindo a noção de Desenvolvimento como Liberdade e definindo liberdades substantivas como fins e liberdades instrumentais como meio desse desenvolvimento²³.

23 O enfoque nas liberdades humanas contrasta com as visões restritas que consideram a renda, a indústria e o avanço técnico, fatores de desenvolvimento. Amartya Sen (2000) considera que questões econômicas e sociais são igualmente importantes nas formulações de políticas que ampliam a condição de agente. Para o referido autor o crescimento do PNB ou das rendas individuais importa, somente enquanto meio de expandir as liberdades que, por sua vez, dependem das disposições sociais (serviço de saúde e educação), econômicas (liberdade de troca) e os direitos civis (a liberdade de participar de discussões e averiguações públicas) (Muterle, 2010).

O segundo aspecto, a participação dos membros de povos e comunidades tradicionais na elaboração e compreensão de projetos e documentos, nos remete à definição de condição de agente, também apresentada por Amartya Sen (2000), que deve estar contemplada nas propostas de políticas públicas. Os povos e as comunidades tradicionais, ao dominar os códigos hegemônicos de comunicação e compreender o funcionamento do sistema dominante, poderiam fazer valer seus direitos e preservar suas vidas e culturas, eliminando as barreiras que os privam de liberdades.

Referências

MUTERLE, Maria do Carmo Cataldi. **Quilombo da Caçandoca**: caminhos da (re)construção. 2010. 150 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) — Orientadora: BLASS, Leila Maria da Silva. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC-SP, São Paulo, 2010.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 23. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

SEM, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Biografia dos organizadores do livro

FRANCISCO FABBRO NETO é professor doutor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - Caraguatatuba, na área de Construção Civil. Possui pós-doutorado em Segurança Hídrica pelo Centro de Ciência e Tecnologia de Antioquia - Colômbia (2023/2024) e pós-doutorado em Geografia pela Universidade de Barcelona - Espanha (2017/2018). Doutor (2013) e Mestre (2010) em Ciências da Engenharia Ambiental pela Universidade de São Paulo. Especialização profissional em Análise de Risco Ambiental (2009) pela Universidade Estadual de Campinas. Arquiteto e Urbanista (2004) pela Universidade de São Paulo. É fundador e coordenador do grupo Povo & Mar, onde desenvolve atividades de pesquisa e extensão, para o fomento de tecnologias sociais em territórios tradicionais do litoral norte de São Paulo.

MARIA DO CARMO CATALDI MUTERLE é professora doutora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - Caraguatatuba, na área de Gestão. Possui doutorado em Ciências Sociais (Sociologia) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2010), mestrado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1996) e graduação em Ciências Econômicas pela Universidade de São Paulo (1980). É membro do grupo de pesquisa Povo & Mar e coordena o projeto de curricularização da extensão do curso de Tecnologia em Processos Gerenciais.



Povos e comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e intrinsecamente relacionados com os ecossistemas de seus territórios. O livro “Autogestão de Territórios Tradicionais: Diferentes Olhares” traz perspectivas de atores que atuam com a gestão dos territórios tradicionais: acadêmicos, estudantes, profissionais e lideranças populares. O leitor terá a oportunidade de refletir sobre os saberes construídos no litoral Norte de São Paulo e na Amazônia brasileira, abarcando questões teóricas, práticas e conflitos do cotidiano.

O livro teve sua origem como um projeto de extensão, um webinar promovido pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de São Paulo - campus Caraguatatuba, realizado durante o isolamento social, quando não era permitida a atuação presencial nesses territórios. A separação por grupos, que culminou nas quatro seções do livro, foi um cuidado adotado para não inibir a fala e posicionamento entre atores-autores com diferentes escolaridades, permitindo um ambiente favorável para a explanação e debate entre os palestrantes do mesmo grupo.